

**INFORMAÇÃO, INOVAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO: A TRANSFERÊNCIA
DE CONHECIMENTO E O MOVIMENTO ASSOCIATIVO**

Volume 1

10803

Maria Nélida González de Gómez

Área: Ciência da Informação

Tese apresentada ao Curso de
Doutorado em Comunicação da Escola
de Comunicação da Universidade
Federal do Rio de Janeiro -
ECO/UFRJ, como requisito parcial
para a obtenção do grau de Doutor
em Comunicação.

Orientador: Prof. Aldo de Albuquerque Barreto, PhD


Rio de Janeiro

1992

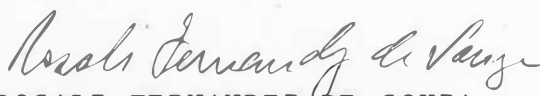
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

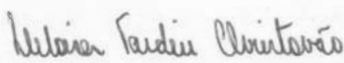
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

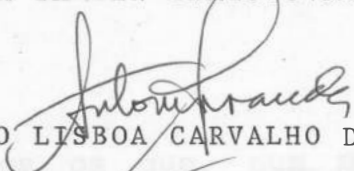
ORIENTADOR:


ALDO DE ALBUQUERQUE BARRETO

BANCA EXAMINADORA:

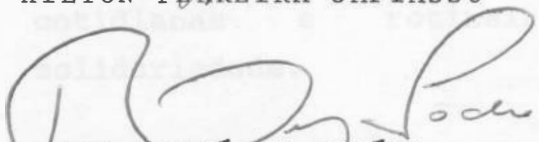

ROSALI FERNANDEZ DE SOUZA

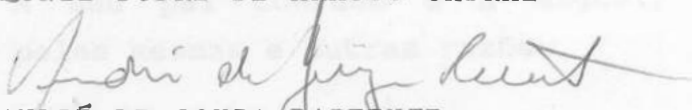

HELOISA TARDIN CHRISTOVÃO


ANTONIO LISBOA CARVALHO DE MIRANDA


HILTON FERREIRA JAPIASSU

SUPLENTE:


MUNIZ SODRÉ DE ARAÚJO CABRAL


ANDRÉ DE SOUZA PAREENTE

RIO DE JANEIRO, 1992

A todos os que, num momento ou outro de suas vidas, ocuparam seu tempo e energia em ações

A todos os que, num momento ou outro de suas vidas, ocuparam seu tempo e energia em ações cotidianas e rotineiras de solidariedade.

A meu pai Conrado e a Miguel,
pelas mesmas e outras razões.

AGRADECIMENTOS

A meu orientador, sempre lúcido e calmo.

Ao IBICT, à Escola de Comunicação e, especificamente, à pós-graduação em Ciência da Informação, onde encontrei as condições de realização de meu trabalho; a todos os colegas que colaboraram com seu estímulo e com seu apoio.

Aos alunos e orientandos que, com suas inquietações e demandas, contribuem para manter vivos os espaços de pesquisa e reflexão.

Ao Laboratório de Tecnologia da Informação e a Luiz Carlos pelo seu apoio na editoração e impressão do texto final deste trabalho.

A Lena Vânia, Cláudia e Geni, que encontraram tempo para colaborar na revisão final dos textos.

A Nazinha, com quem trocamos muita literatura e partilhamos muitas dúvidas e umas poucas respostas.

À Graça e a Ilse, pessoas sempre presentes com sua eficácia e solidariedade.

À Mônica, Letícia e, especialmente, à Thelma, sem cuja paciência e competência, este trabalho não teria chegado ao fim.

A Benigno, companheiro generoso de minhas buscas.

A Gregório, que trata de ensinar-me, docemente, a valorizar os caminhos da auto-realização.

RESUMO

Coloca-se em questão um dos paradoxos das sociedades industriais capitalistas: a medida que aumentam seus recursos e excedentes de informação, diminuem os espaços e as ações intersubjetivas de comunicação. Nos países de modernização dependente, o hiato comunicação-informação é reforçado por novos processos de dualização. Naqueles países, os profissionais têm um papel principal na institucionalização da informação e de padrões culturais modernos. Nesse contexto, estuda-se o papel do movimento associativo dos profissionais de informação, como agentes alternativos na reformulação das cadeias de transferência de conhecimento/informação.

ABSTRACT

It is questioned a paradox of industrial capitalistic countries; when ever these societies increased their excedents and recourses of information, the actions and spaces of intersubjective communication decreases. In the dependent modernization societies, the communication-information "hiatus" is reinforced by new processes of dualization. In that situation, the professional's categories have a role in the institucionalization of information and cultural patterns. In this context, it is studied the professional association of information ativities, and its possible participation in the reformulation of knowledge-information transfer's chain.

SUMÁRIO

VOLUME 1

RESUMO/ABSTRACT.....	
LISTA DE QUADROS.....	
LISTA DE ANEXOS.....	
INTRODUÇÃO.....	13
PARTE 1 - AS FORMAS DE INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES MODERNAS: PADRÕES COGNITIVOS E PADRÕES ASSOCIATIVOS....	24
CAP.1 <u>O Conhecimento Objetivo: premissa de sociedade de informação e de sua informatização.....</u>	25
1.1 O Conhecimento: mudanças de "conteúdo" ou mudanças de "Continente"?.....	25
1.2 A Mudança de "Estatuto" do Conhecimento e da Informação no Mundo Moderno.....	32
1.3 Objetividade, Conhecimento Público e Conhecimento Publicado.....	44
1.4 Popper e os Dilemas da Racionalidade. A linguagem como Espaço de Constituição de uma Esfera do Conhecimento Objetivo.....	50
1.5 A Integração Econômica e Tecnológica de uma Esfera de Conhecimento/Informação.....	63
1.6 Dos Paradoxos da Racionalidade aos Paradoxos da Informação.....	72
CAP.2 <u>A Concepção Identitária do Ser Social e a Elabora- ção de um Modelo de Sociedade Civil. A Comunicação como Procedimento de Inclusão.....</u>	82
2.1 A Sociedade, Construção do Imaginário Moderno.....	82
2.2 A Construção do Social entre o "Indivíduo Potência" e o Estado Constitucional. Liberalismo e Democracia.	88
2.3 Hegel e as Aporias da Sociedade Burguesa: a Identida- de Absoluta Frente às Segmentações que Constituem o Social.....	97
2.4 Gramsci, a "Sociedade Civil", a "Hegemonia".....	108

CAP.3	<u>A Busca de Novas Lógicas Sociais</u>	134
3.1	A Lógica Identitária da Modernidade.....	134
3.2	Hegemonia e Identidade Coletiva.....	141
3.3	Democracia e Novas Lógicas de Ação Social.....	152
3.4	"Esfera Pública" e "Discurso Prático".....	159

PARTE 2 A SEGMENTAÇÃO DAS FORMAÇÕES COLETIVAS DA
MODERNIDADE: O HIATO COMUNICAÇÃO-INFORMAÇÃO...172

CAP.1 Dissolução das Formações Coletivas pela Perda de Reciprocidade.....173

1.1	A Fragmentação dos Coletivos da Modernidade Além das Versões Economicistas da "Diferenciação Estrutural".....	173
1.2	A "Divisão do Trabalho" na Esfera da Cultura. Autoridade, Leigos e Especialistas.....	179
1.3	Do Comportamento Orientado pela Tradição ao Comportamento Orientado pela Informação.....	187
1.4	A dissociação das "cadeiais" de transferência de informação	197

CAP.2 A Segmentação dos Coletivos do Trabalho.....204

2.1	A "Divisão do Trabalho" na Esfera da Representação.....	204
2.2	Do "Paradigma" da Comunidade Orgânica ao Paradigma Moderno da Relação Social.....	208
2.3	Produção e Conhecimento na Moderna Sociedade Industrial.....	212
2.4	As Lógicas de Ação Coletiva do Trabalhador.....	218
2.5	O Monopólio dos Conhecimentos e o Monopólio da Qualificação.....	227
2.6	Produtividade e Qualificação.....	244

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....249

VOLUME 2

PARTE 3 O HIATO COMUNICAÇÃO-INFORMAÇÃO NAS SOCIEDADES
DE MODERNIZAÇÃO DEPENDENTE.....266

CAP. 1 As Idéias e Seu Lugar.....267

1.1	O Hiato Comunicação-Informação nas Sociedades do Terceiro Mundo.....	267
1.2	O Imperativo Industrial-Capitalista e o Temas das Elites "Certas".....	274
1.3	A Busca de Novos Rumos.....	282
CAP. 2	<u>Modernização e Neocorporativismo</u>	306
2.1	A Modernização e os Novos Atores Sociais.....	306
2.2	Os Horizontes Institucionais e Novos Atores Sócio-Políticos.....	315
2.3	A Institucionalização dos Novos Coletivos: Entidades Associativas de Profissionais e Outros Segmentos dos Setores Médios.....	329
2.4	Tecnocracia, Neocorporativismo e o "Hiato" Comunicação-Informação.....	344
PARTE 4	A TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO E O MOVIMENTO ASSOCIATIVO DOS PROFISSIONAIS DO SETOR DE INFORMAÇÃO	
CAP. 1	<u>A Transferência de Conhecimento/Informação no Contexto de Entidades Associativas. Novas Questões</u>	353
1.1	As "Bases de Conhecimentos" e os Contextos Organizacionais.....	353
1.2	Associações Profissionais, Sindicatos e a Transferência de Conhecimento Informação.....	369
1.3	A Formação de um Novo Coletivo: O Setor dos Profissionais de Informação.....	383
CAP. 2	<u>Movimentos Associativos de Bibliotecários</u>	399
2.1	Da Modernização Liberal à Concessão de "Status Público" à Profissão de Bibliotecário.....	399
2.2	A Luta pelo Controle do Processo de Trabalho e a "Qualidade" do trabalho Informacional.....	417
2.3	Abrangência do "Nós" associativo: a Construção de um "Nós" Político ou a Reformulação do "Nós" Neo-Corporativo.....	430
CAP. 3	<u>Os Movimentos Associativos dos Profissionais em Processamento de Dados</u>	446

3.1	A Construção da Identidade Coletiva e as Variações do Contexto.....	446
3.2	A sindicalização do profissional de processamento de dados.....	465
3.3	Estado, Empresa e Movimento Associativo.....	476
3.4	Os Homens, as Palavras e as Máquinas: a Definição da "Variável" Tecnológica.....	493
	CONCLUSÕES.....	502
	POST-SCRIPTUM.....	526
	NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	534
	BIBLIOGRAFIA.....	555
	ANEXOS.....	570

LISTA DE ANEXOS

- 1 Lista de Entrevistas.....
- 2 Estatutos de Associações e Sindicatos.....
- 3 Comissões Diretivas das Associações e Sindicatos estudados (alguns casos).....
- 4 Comissões Permanentes da FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS - FEBAB.....
- 5 O Estado e o Movimento Associativo - setor de informática.....
- 6 Lista de Boletins Informativos e Revistas dos Movimentos Associativos Estudados: 1980-1989.....
- 7 O associativismo no Brasil.....
- 8 Ofício nº 001/89, apresentado ao Secretário Executivo da Comissão Constitucional do Centenário da República, Dr. Virgílio Costa. Brasília, 4 de agosto de 1989.

LISTA DE QUADROS

- 1 O Duplo Operar da Informação no Quadro da Modernidade..... 80
- 2 A Dissociação das Cadeias de Transferência da Informação.....202
- 3 As Figuras Modernas dos Atores Coletivos.....207
- 4 Tipologia das Atividades de Informação - a.....386
- 5 As Profissões do Setor das Atividades de Informação e de Outros Setores - Comparação.....391
- 6 O Movimento Associativo no Contexto das Atividades de Informação.....393
- 7 Tipologia das Atividades de Informação - b.....398

INTRODUÇÃO

As teorias políticas do pós-guerra acerca dos países menos industrializados, situados dentro da esfera do capitalismo, afirmam a existência de uma relação positiva entre os processos de industrialização e de consolidação das estruturas capitalistas e a democratização dos quadros institucionais. À medida em que aqueles países tornaram-se sociedades mais "modernas", deveria acontecer um retrocesso das formas de organização autoritária, consideradas "pré-capitalistas" e, devido a uma maior "racionalidade" das relações e das instituições sociais, teria ocorrido uma mudança do regime político em direção às formas das democracias representativas.⁽¹⁾

Poder-se-ia pressupor, então, a partir da redefinição política dos vínculos associativos e da expansão dos procedimentos da racionalidade - próprios do "paradigma" produtivista -, que seriam satisfeitas também as condições cognitivas e comunicacionais da mudança, as quais ficariam, assim, homologadas com as outras condições de uma democratização política e econômica em vias de realização.

Nos países de maior industrialização dentro da América Latina - Brasil, México, Argentina, entre outros -, as expectativas de "desenvolvimento e modernização" ficam, porém, frustradas em muitas e significativas áreas da vida

social. Parece que um conflito irresolúvel coloca em confronto o avanço das formas econômicas capitalistas da modernização e da inovação tecnológica com a emergência e a sustentação de formas democráticas de governo e de ação social.

Nas últimas décadas, novas premissas introduzem ora o discurso da modernização, ora o discurso de sua superação: a "pós-modernidade".

Nesses discursos, as demandas de inovação tecnológica e de democratização são reunidas sob um mesmo princípio de realização no campo da informação. Assim, a inovação tecnológica manifestar-se-ia nas novas tecnologias de comunicação e informação e os direitos da cidadania seriam reformulados nos "jogos de soma não-zero" da informação.⁽²⁾

A "sociedade da informação" seria, assim, a nova premissa metadiscursiva da argumentação política, e a ela dever-se-iam remeter todos os textos de definição do social. A partir dela seriam reformulados os imperativos da sociedade industrial nos países fadados a realizar o ciclo sustentado do "desenvolvimento".

Em meados dos anos sessenta, estudiosos e políticos chegam, novamente, à comprovação do insucesso: a expansão das tecnologias e dos recursos de informação só teria levado,

naqueles países, a uma "elitização da informação" - tal como afirmam SARACEVIC, BRAGA e AFOLAYAN⁽³⁾, ao mesmo tempo que instalou-se uma "nova ordem mundial" - "através da qual ficou consolidado um novo 'imperialismo da informação'" (Relatório de Mac Bride a UNESCO, em 1980).⁽⁴⁾

O "estoque" de informações organizadas e acessíveis dentro dos "mercados de informação" ou de agências e programas dos governos cresceu, de fato,. São, porém, informações definidas e agregadas conforme os critérios de valor e relevância das grandes organizações - os Estados, as Empresas de grande porte e transnacionais. O conhecimento/informação é codificado em umas poucas línguas, tratando de assuntos circunscritos por aqueles critérios de relevância, e é representado - em bases de dados referenciais - por conceitos e termos específicos a tais critérios. O crescimento das ofertas de recursos e serviços de informação ocorre ao mesmo tempo em que ficam excluídos - de sua definição e de seu acesso - os interesses e as demandas de grandes contingentes populacionais dos países menos industrializados.

O ciclo da "pobreza da informação" parece ter o caráter de um ciclo reprodutivo, circular. As pessoas não estão preparadas para lidar com os códigos e os procedimentos de registro, busca, decodificação e uso da informação, o que

esvazia suas demandas, por outras razões, já descontínuas e fracas.

Os serviços e sistemas de informação orientados para esses múltiplos - mas frágeis segmentos de demanda -, recebem uma insuficiente atenção dos governos e quase nenhuma atenção da iniciativa privada, reproduzindo-se, de modo circular, a limitação da disponibilidade e da acessibilidade, efeito e causa das restrições da demanda.

À desigualdade frente à disponibilidade e controle de grandes estoques de informação devem-se agregar outras assimetrias situadas nos segmentos de sua transferência: educação geral e especializada, serviços de informações para os diversos públicos, transmissão de conhecimentos de e acerca da Ciência e da Tecnologia, sistemas de comunicação.

O problema não deve ser abordado, porém, do ponto de vista "quantitativo", como entre países e grupos sociais "ricos" ou "pobres" em termos de conhecimento/informação. Trata-se, antes, de um "hiato" entre comunicação e informação, que parece manifestar-se como uma relação inversa, expressa nestes termos:

À medida e sempre que aumentam as "ofertas" sociais de informação, reduzem-se as "oportunidades" sociais de comunicação, enquanto exercício interativo da intersubjetividade.

O "hiato" tende, logo, a realizar-se como distanciamento entre a geração e a disponibilidade de conhecimento/informação e entre os coletivos de enunciação e de ação e seus processos comunicacionais.

Em países como o Brasil e outros da América Latina, que passaram por processos de modernização de "fora" para "dentro" e de "cima" para "baixo", existem diversos pontos de "cisão" onde atuam os efeitos "desvinculantes" da comunicação e da informação.

Para compreender de que maneira o desajuste dos contextos de inovação e democratização estaria associado àquele "hiato" comunicação/informação, consideramos que, no cerne da própria modernidade, onde se estabelece a centralidade daqueles valores, encontrar-se-iam os princípios de resposta àquelas interrogações.

A sociedade moderna, caracterizada na tradição filosófica pela ênfase no conhecimento, pode-se caracterizar, também, por sua preocupação com a obtenção e a acumulação de excedentes de conhecimentos, primeiro, pela ruptura com os quadros normativos e institucionais que antes regulamentavam sua produção e transmissão e, segundo, pela nova associação entre o conhecimento e o sistema produtivo.

Removidas, em princípio, as bases "motivacionais" e normativas da religião e da tradição, pretendeu-se substituí-las por modelos deterministas e identitários que procuravam preencher, com um "universo de regularidades previsíveis", o vazio deixado pela "perda de fundamento", própria outrora de um mundo teleologicamente orientado, no passado, pela providência.

Aquela centralidade do conhecimento nas novas lógicas de ação da modernidade adquire, porém, a figura de uma dualização, pois o homem moderno, no mesmo lugar onde colocara o princípio de legitimação e equilíbrio de suas relações com os outros e com o mundo, vai colocar também os princípios de expansão, de domínio e de eficácia de sua ação, ou seja, na racionalidade e sua expressão mais acabada, o conhecimento científico.

Em tese, seria a própria busca de formação de excedentes de conhecimentos e de sua agregação cumulativa a que conduziria a processos de especialização, parcialização e segmentação dos conhecimentos e de outras esferas da cultura. São esses processos de geração e transferência de conhecimentos e seus desdobramentos em contextos assimétricos de relações sociais os que produzirão um "hiato" cada vez mais profundo entre "informação" e "comunicação".

Caracteriza-se, assim, uma dualização da função de conhecimento/informação, que manifesta-se na dupla localização das atividades de informação: por um lado, como instância e setor da "sociedade civil", onde as redes de geração e transferência de conhecimento/informação respondem à definição do vínculo social, e por outro lado, como setor de atividades econômicas no quadro da economia de mercado, sujeito aos mecanismos reguladores do paradigma produtivista.

Trata-se de colocar, num mesmo quadro, a centralidade e a dualização da função de conhecimento/informação na moderna sociedade industrial capitalista, e seu efeito na dissociação da comunicação e a informação.

É no interior desse quadro que podem ser compreendidas a tensão entre inovação e democratização e, por outro lado, a dualização de papéis na ordem mundial da informação, entre sociedades geradoras e sociedades receptoras de tecnologia e informação.

Entendemos como inovação a modificação intencional da base prévia de conhecimentos e técnicas em alguns dos setores principais da atividade social (de produção, de serviços, de comunicação/informação), de tal modo que a própria atividade social seja também modificada, parcial ou estruturalmente.

Conforme um dos pontos de partida, explícito na própria enunciação do problema, a questão da "inovação" teria que ser interiorizada no mesmo plano de indagação onde foram colocadas todas as questões acerca da expansão da sociedade industrial capitalista e seus desdobramentos.

A técnica e a ciência não só afetam como são afetadas pelo contexto social em que se inscrevem: como tecnologias de informação e comunicação podem interferir de modo imediato na definição do vínculo social e sua estruturação organizacional e política.

Consequentemente, é no quadro da ação coletiva e dos padrões instituídos que pretendem regulamentá-la, que se pode recortar um plano onde se "cruzam" as "três dimensões" de nossa questão: da inovação, da democracia e da informação. De fato, a primeira parte do estudo é dedicada à redefinição dos termos do problema nesse novo plano resultante de sua junção.

Tratamos, assim, de reconstruir os padrões cognitivos e associativos através dos quais as modernas sociedades industriais e capitalistas organizaram seus processos de integração e de expansão e reelaboraram os parâmetros de experiência do homem do Ocidente. Procuramos fazer isso selecionando discursos críticos ou legitimadores, que são

reconhecidos como expressivos dos "repertórios culturais" daquelas sociedades.

Na segunda parte, procuramos explicitar alguns processos e mecanismos que, a partir daqueles padrões culturais, ao mesmo tempo que induzem a expansão das bases sociais de conhecimento/informação, produzem um "hiato" entre comunicação/informação, desarticulando os processos intersubjetivos de formação da vontade coletiva e de formulação de "conteúdos" culturais e políticos.

Numa terceira parte, pretendemos esboçar os impactos e a manifestação daquele "hiato" comunicação/informação, nos países de modernização exógena e dependente, incluindo algumas considerações acerca do estágio atual da "função hegemônica" na nova ordem internacional e seus prováveis desdobramentos sobre a "tercialização" acelerada das sociedades dependentes.

Na quarta parte, pretendemos analisar alguns nexos entre a transferência de conhecimento/informação em um setor de atividades sociais e econômicas e sua repercussão no movimento associativo que agrega profissionais do setor.

Dado que procuramos juntar num mesmo quadro a inovação tecnológica - equacionada na sociedade dependente como "imperativo tecnológico e industrial" - e a democratização,

procurou-se reconstruir de que modo os atores coletivos emergentes dos processos de modernização lidaram com esse "imperativo" tecnológico-industrial.

A complexidade, a diversificação e a descontinuidade dos movimentos sociais contemporâneos fizeram-nos optar por um "ponto de corte" baseado na relevância do setor escolhido para nossa questão, e não por sua representatividade desde o ponto de vista do associativismo - em toda sua extensão.

Escolhemos, assim, os movimentos associativos dos que trabalham com atividades de informação e dois de seus segmentos: bibliotecários e profissionais de processamento de dados. A escolha resultou da posição da atividade desses profissionais no contexto da centralidade e dualização da função de conhecimento/informação.

Os processos que provocam suas respostas, como coletivos de reivindicações e demandas, são indicadores locais do processo de modernização e das novas figuras políticas e econômicas das ofertas e demandas de conhecimento/informação: recursos, tecnologias e áreas prioritárias.

Concentramos nossa leitura no período que vai de fins da década de 70 à década de 80 e nos movimentos associativos do Rio de Janeiro, sendo que o Estado do Rio de Janeiro

caracteriza-se pelo predomínio do setor terciário, de onde provêm aproximadamente 70% de suas rendas. Recorremos, porém, a discursos associativos e a acontecimentos significativos para esses movimentos na esfera federal. No caso dos bibliotecários, o discurso associativo circulante em boletins e informativos do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília (Cif. Anexo nº 6).

Não pretendemos explicar "fatos": através de processos argumentativos que estabelecem relações e contextualizam discursos e conceitos ou que reconstroem nexos entre "posições" e "representações" de atores coletivos, realizamos uma leitura possível, não a única.

Só poderemos saber de sua validade e relevância quando ela não nos pertencer e seguir seus caminhos de interlocução.

Por razões que explicitaremos oportunamente, deslocamos o tratamento do método da pesquisa, apresentando-o como um "post scriptum". Queríamos levantar a questão do "lugar" do método na pesquisa, antes de mudar os "conteúdos" ou as "técnicas" metodológicas de coleta de informação.

Esperando ter dado conta de nossos objetivos, é nesse movimento que fechamos e reiniciamos o movimento recursivo do "pesquisar".

capítulo I - O conhecimento objetivo: primeiras
tentativas de integração e sua informatização

1. O conhecimento "objetivo" e a "informação"
"contingente"

Problemas de integração são, em primeiro lugar,
problemas de conhecimento. A integração é, portanto,
um processo de conhecimento. A integração é, portanto,
um processo de conhecimento. A integração é, portanto,
um processo de conhecimento.

PARTE I - AS FORMAS DE INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES MODERNAS: PADRÕES COGNITIVOS E PADRÕES ASSOCIATIVOS

A integração é, portanto, um processo de conhecimento.
A integração é, portanto, um processo de conhecimento.
A integração é, portanto, um processo de conhecimento.
A integração é, portanto, um processo de conhecimento.
A integração é, portanto, um processo de conhecimento.

A integração é, portanto, um processo de conhecimento.
A integração é, portanto, um processo de conhecimento.
A integração é, portanto, um processo de conhecimento.
A integração é, portanto, um processo de conhecimento.
A integração é, portanto, um processo de conhecimento.

A integração é, portanto, um processo de conhecimento.
A integração é, portanto, um processo de conhecimento.
A integração é, portanto, um processo de conhecimento.
A integração é, portanto, um processo de conhecimento.
A integração é, portanto, um processo de conhecimento.

CAPÍTULO I - O Conhecimento Objetivo: premissa da sociedade de informação e de sua informatização

1. O Conhecimento: Mudanças de "Conteúdo" ou Mudanças do "Continente"?

Presentes nas tradições culturais e em diversas "classificações" teóricas e empíricas, podem reconhecer-se três grandes domínios nos quais a moderna cultura ocidental organiza suas concepções do real: o "mundo", ou a esfera de relações entre as coisas, o "sujeito", ou a esfera da "auto-referência", e os "outros", ou a esfera das relações sociais. As variações na ênfase e nas "relações" que vinculam os "domínios" parecem melhor confirmar a presença de um "horizonte ontológico" comum, regulador, onde se inscrevem os conceitos, as ações, os discursos ou, preferencialmente, sua "gramática". Podemos dizer: trata-se de um "módulo cultural" da Sociedade Ocidental. (1)

A partir desse horizonte, como pressuposição, procuraremos reconstruir aqueles "padrões" de formação, organização e transferência de conhecimentos que deram suporte aos principais projetos de integração e de expansão das novas sociedades urbanas e industriais.

Considera-se, assim, que toda ação humana, enquanto social⁽²⁾, tem, no mínimo, um momento comunicacional e um

momento cognitivo, ou seja, estabelece uma relação direta ou indireta com os "outros" e com o "mundo".

Conforme os objetivos de seus próprios agentes, podem ser mais enfatizadas alguma dessas "facetas" da ação.

Quando o "foco" se coloca no "ato cognitivo", ele fica condicionado por "pré-requisitos" culturais de realização, que podemos designar como "condições epistemológicas" e que estipulam as possibilidades e natureza das relações entre o "conhecer" e o "real". De fato, e nesse caso, as "condições comunicacionais" convertem-se numa das condições epistemológicas.⁽³⁾

Quando em função de uma orientação intencional do agir, enfatiza-se o "ato comunicacional", ele fica condicionado por pré-requisitos - culturalmente especificados - que estabelecem as dimensões possíveis e aceitas de uma relação intersubjetiva mediada pela linguagem. O momento cognitivo - que sustenta a pretensão de referir-se a "estados das coisas" no mundo - converte-se, então, numa cláusula das condições pragmáticas do agir comunicativo.⁽⁴⁾

Enfim, se o conhecer concretiza-se em conhecimento, mediado pela linguagem, pode-se considerar que as formas

de transferência intersubjetiva de conhecimentos, são formas de organização das relações sociais.

Os padrões culturais de formação e transferência de conhecimentos, estariam, então, sujeitos às definições histórico-culturais do vínculo social. (5)

Condições epistemológicas, condições pragmáticas e condições sociais operam como premissas - nunca porém totalmente estáveis nem consistentes, que tendem a definir "padrões culturais" de produção, organização e transmissão dos conhecimentos.

Chamaremos "padrões recorrentes de formação dos conhecimentos" àqueles conjuntos de regras e premissas que, resultantes de procedimentos experimentais e seletivos - na medida em que permitem a realização de um valor - são reproduzidos e institucionalizados em seus domínios de origem e às vezes, expandidos a novos campos de aplicação.

"Natureza", "acaso", "intencionalidade", são todos qualificadores muito "fortes" para definir, cada um isoladamente, as origens desses "padrões". Sendo que, por outro lado, é próprio dos padrões cognitivos ocidentais serem acompanhados por um princípio de legitimação, onde se assentam suas demandas de validade, uma vez que emergem da ruptura com a "autoridade" e a tradição. Ou seja: as

regras de validade são parte das regras do jogo organizado pelo próprio padrão. Desse modo, a remissão à "ordem biológica", ao "ensaio-erro", à "vontade de poder" ou à "cultura", fica sempre sendo uma remissiva interna ao próprio padrão de formação e transferência do conhecimento.

A desvinculação do conhecimento de toda narrativa de legitimação, pode ser assim mais uma intenção falida que uma crítica radical. Normativas epistemológicas, regras pragmáticas e modelos institucionais de produção e transferência de conhecimentos, só podem ser problematizados "in media res", ou seja, a partir da aceitação dos constrangimentos normativos, classificatórios e linguísticos - estipulados no próprio agir comunicacional e cognitivo. Agregam-se àqueles constrangimentos, objetivos e condicionamentos que resultam do "lugar" da interrogação, numa "rede" institucional ou associativa.

O "lugar" da interrogação sobre o conhecimento estaria situado, também, num outro sentido: foi a partir da dita "modernidade" que o conhecimento "transbordou" seus espaços tradicionais de inserção, e se converte ele mesmo em "tema", ao ponto que geralmente chamasse de "modernidade" a esse tempo em que se tematiza o conhecimento.

É esse "interrogar sobre" que foi esquadrinhando as "dimensões" do conhecimento em relação aos "estados de coisas no mundo" (Epistemologia, Filosofia da Ciência), em relação à linguagem e a ele próprio (Filosofia da Linguagem, Lógica, Metodologia) e em relação ao contexto social (Sociologia da Ciência, Sociologia do Conhecimento, Comunicação Científica). Ou seja, gerou-se um discurso sobre o próprio conhecimento que primeiro acolheu-se nos domínios da Filosofia para em seguida procurar o domínio da Ciência - como uma de suas "disciplinas" ou com a pretensão de apreensão globalizadora de seu referente, como "Ciência da Ciência" ou "Ciência do Conhecimento"⁽⁶⁾.

Qual é, porém, o sentido dessas mudanças? Mudou o modo de "olhar" ou mudou a situação, deslocando-se o lugar que ocupavam o discurso e o conhecimento, no Ocidente?

A mudança de lugar e de "estatuto"⁽⁷⁾, teria um início anterior ao que pareciam apontar as "novas ciências" do conhecimento, da comunicação e da informação.

Relaciona-se não só ao papel do conhecimento - como instrumento e insumo de sistema produtivo - mas também a figura "produtivista", construtora do próprio conhecimento. É esse lado "procedimental" que se consolida nas novas figuras da "tecnologia intelectual".

Como "produto", "insumo" e "procedimento", o conceito de "conhecimento" associa-se ao conceito de "informação", de modo que o novo lugar do conhecimento no Ocidente é, também, o lugar da informação.

Um dos conceitos paradigmáticos que detonaram as "mudanças" e a trajetória moderna do conhecimento foi o conceito de "conhecimento objetivo". (8)

O conceito teria como antecedente uma premissa constante da filosofia clássica, que afirma a existência de uma ordem cosmológica, independente do homem. Na modernidade, o conceito de "objetivo" remete à esfera do sujeito, e designa a potencialidade "mimética" do discurso racional com respeito ao real.

O próprio conceito de "conhecimento objetivo" transformara-se naquela trajetória, mais de modo que transporta de uma a outra figura um núcleo de sentido: é o que faz dele um "auxiliar" da liberação das potências da ação, na medida em que dissolve as grades espaço-temporais do saber tradicional e os limites experienciais do saber da testemunha e do artesão.

O conceito de "conhecimento objetivo" terá, aliás, uma eficácia prática, na medida em que impulsiona e legitima estratégias políticas e econômicas de investimento em Ciência, Tecnologia, Educação. Tanto serve

assim aos fins de crescimento e acumulação do conhecimento, como a legitimação dessa acumulação.

Outros atributos outorgados ao conhecimento, consolidarão essa dupla finalidade. O conceito de "conhecimento neutro" eliminaria toda referência ao momento da intencionalidade, aos critérios seletivos e às "lógicas de privilegiamento", que subordinaram, a fins parciais e específicos, os recursos e as instituições públicas alocados na formação, organização e transmissão dos conhecimentos. O conceito de "conhecimento público", além da expectativa irrealizada da racionalidade democrática, permite "agregar" os esforços e energia de toda a sociedade em projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e formação de recursos humanos - os quais, na maioria das vezes são apropriados por uns poucos, aos que assegurariam lucro e vantagens estratégicas.

Uma nova mudança nos padrões culturais e no "paradigma" econômico-tecnológico, seria anunciada hoje como o advento da "sociedade pós-industrial" ou de uma era da cultura "pós-moderna", sob o predomínio da comunicação e da informação.

Mecanismos de integração tecnológica e de administração sistêmica, reverteriam as tendências "entrópicas", dispersivas, atribuíveis às formas modernas de produção dos conhecimentos: sua "especialização"

crescente, sua produção fragmentada, sua multiplicação acelerada. As formas flexíveis e quase simultâneas com que se desenham e interagem as redes de informação, parecem reformular as relações entre "conhecimento" e ação.

Ao mesmo tempo, se a partir da redefinição moderna do vínculo social, teria-se estabelecido um novo lugar e estatuto para o conhecimento, ficaria a expectativa de que a "Sociedade da Informação", na medida em que renova o estatuto do conhecimento e da informação, poderia levar à reformulação do vínculo social.

Preocupa-nos, porém, a reprodução de tendências dissociativas e continuadoras das formas assimétricas de distribuição de conhecimento/informação, que manifestariam-se agora, com toda clareza, pela intensificação de um "hiato" cada vez mais profundo, entre "comunicação" e "informação". Trata-se agora de entender se a idéia "reguladora" de "conhecimento objetivo", que pareceria ter uma função integradora, "agregadora" de saberes particulares, tem, como efeito ou resultado, um papel dissociativo na relação comunicação/informação.

2. A Mudança de Estatuto do Conhecimento e Informação no Mundo Moderno

A relação entre conhecimento objetivo e informação, passaria por mostrar como a informação, que inicialmente designaria um "operador de inclusão" dirigido aos estados de coisas no mundo, ficaria atrelada à representação e ao signo.

Para isso, convém situar-se com respeito a três momentos em que o conhecimento "muda de lugar" na cultura ocidental⁽⁹⁾.

Num primeiro momento, a excelência do conhecer não passa pelo representar: o "solo" do conhecimento é ontológico, é da ordem do ser. Num segundo momento, conhecer é representar, o mundo só é enquanto é representado, e o "solo" do conhecimento é a consciência. Num terceiro momento é o representado, o produto do conhecimento que aparece como autônomo, independente do representar do sujeito e do objeto representado. O "solo" do conhecimento é agora a linguagem, mas também o signo, o arquivo, uma infra-estrutura tecnológica de registro e agregação de registros.

É nesse terceiro momento que a informação, as atividades de informação, as tecnologias e a indústria de informação, ganham um papel de relevância.

É no contexto do "conhecimento objetivo" que será desativado o movimento de "in-formação" do intelecto pela

coisa (no modo da função de "sínteses" de um "logos apofântico")⁽¹⁰⁾, e concebendo-se o passo da informação em/através do conceito, como instância da representação.

A informação "im re" (no meio das coisas) é assim absorvida pela informação "im dito" (através da linguagem e do signo).

A partir daí, a relação entre conhecimento/informação passa pela representação e pelo signo: esse é o caminho preferencial do Ocidente.

Que acontece, porém, quando a informação se interioriza no círculo da representação? Perde sua função inclusiva de gerar um "surplus" da representação?

De onde a eficácia do interrogar que move o representar, conduz a eficácia da informação como resposta à interrogação?

Ficaram interrompidos todos os liames entre o tempo e o espaço da co-presença e o tempo e o espaço da co-representação (o "juntamente" do conhecimento e da informação no "entre-meio" do signo)?

O ponto de partida do conceito de "conhecimento objetivo", seria de fato uma premissa constante da filosofia clássica: a existência de um mundo ordenado

independente do sujeito⁽¹¹⁾ e a "transparência" desse real num saber de evidências ou "mimético" - de modo que a vinculação no plano do ser precede e legitima toda vinculação predicativa.

Em Platão, a Dialética lida com as "Formas" dentro da estrutura do real e a palavra, convencionalmente ligada à Idéia-significado, esgota-se na existência material ou "sensível", enquanto "significante" não mediado por entidades lógicas (o conceito, o juízo, a proposição).⁽¹²⁾ Assim, o lugar da apreensão do real é o "nous", a "intuição racional" e não o "logos"⁽¹³⁾. O saber é o domínio da intuição e não da representação.

Atribui-se a Aristóteles⁽¹⁴⁾ ter redefinido a relação do pensamento com as coisas, como "locus" da verdade. Trata-se de um espaço específico, a partir do qual são lançadas relações em duas direções: em direção ao pensar e em direção ao ser. O espaço organizado dessas relações (organizado pela gramática e pela lógica) é a proposição e sua expressão enunciativa: "..... o verdadeiro é a afirmação da composição real do sujeito e do atributo e a negação de sua separação real"⁽¹⁵⁾.

Em Aristóteles, porém, o princípio de reunião é da ordem do ser, a "síntesis" do "logos apofântico" tem seu embasamento no "estar junto algo com algo", e no "estar

junto com" assenta-se a possibilidade de "afirmar algo de algo".

"É só enquanto a função do 'logos' como 'apofansis' consiste no permitir ser algo mostrando-o, pode ser o 'logos' a forma estrutural da 'sínteses'. Sínteses não quer dizer aqui enlace de representações, num andar manipulando com processos psíquicos, uniões acerca das quais necessariamente surgirá o 'problema' de sua concordância, sendo interiores, com o físico exterior. O 'sin' tem aqui uma significação meramente apofântica e quer dizer, permitir ver algo em seu estar junto com algo, permitir ver algo como algo." (16)

É num momento posterior, na "adaequatio" pós-aristotélica, na relação "intellectus-res", que existe o problema da "concordância" porque existe a fissura entre um "interior" (o representar da "consciência") e o exterior (o "objeto" como aquilo que é representado). Se na Filosofia Clássica além do "todo" formado pela relação predicativa teria-se uma "estrutura ontológica" sustentando esse todo, quando chegamos a filosofia moderna o "todo" que sustenta a relação predicativa é de natureza gnoseológica, é da ordem da consciência e não da ordem do ser.

O estreitamento do "logos" enquanto "logos apofântico", e do "dia-lógos" (17) que, a partir de Sócrates, iniciara os caminhos comunicacionais da argumentação, expressa-se, concretamente, no

"aplainamento" do lugar do pensamento na delgada superfície de uma proposição declarativa. Todos os esforços posteriores para pensar a linguagem mal conseguem perfurar o horizonte-guia da proposição⁽¹⁸⁾.

A ruptura da unidade cristiana, espiritual, "onto-teológica", levará o homem moderno a defrontar-se com a contingência de uma existência sem resguardo, num duplo movimento em que, quanto mais se distancia do mundo, mais se aproxima.

As formas de "participação", de "comunhão" com o real e suas profundezas, são substituídas pela nova experiência da fissura do tempo que coloca a ele, o homem, como condição e limite de todo o que pode ver, fazer, acreditar.

A unidade orgânica do homem com o mundo, a intuição, a presença das coisas nelas mesmas e o saber da testemunha, serão assim substituídos pela unidade da consciência, a representação, o documento e a prova.

Sumariamente, e a partir desse momento, conhecer é representar, e o mundo - como totalidade do real - é enquanto representado pela consciência, que é agora o lugar da representação. O signo é um instrumento da representação.

Para Heidegger, é a descoberta moderna

"... que por imenso e volumoso que seja o mundo, toda sua existência está pendente de um só e delgado fio que é, em cada caso, a consciência em que se apresentar." (19)

Por outro lado, a experiência da contingência transforma-se na potência do indivíduo responsável dele mesmo (liberdade moral). O homem cartesiano, que leva no seu voluntarismo as marcas da "voluntas Dei" (20), absoluta, é quase um substituto demiúrgico da criação, tendo dentro de si os princípios do real (as idéias claras e distintas) e os critérios de reconhecimento do verdadeiro (certeza e evidência). Juntam-se assim o sujeito de eficácia da vontade e a representação como ato de eficácia do sujeito do conhecimento. Pois a consciência do conhecer como representar é a expressão de uma experiência organizada e organizadora que lança sobre o mundo as malhas reguladoras dos significados.

Locke permite acompanhar a trajetória da compreensão representacional do conhecimento, no contexto da modernidade. Nele é possível identificar como o signo (como aquilo que ao substituir o que se apresenta é também o lugar de sua ausência), invade como uma cunha o espaço da relação entre o pensamento e o real.

Isabelle Stenger⁽²¹⁾, lembra que se fala do representar em dois momentos do pensamento moderno: quando se trata do conhecimento e quando se trata da Política. Locke, não por acaso, estuda os dois lados do "representar".

Do ponto de vista do conhecimento, parte de um sujeito cognoscente como "tabulas rasae": o conhecer, como deflagrado pelo impacto de um "input" externo parece pender totalmente do lado do objeto.

O nominalismo, porém, se não requer uma figura forte do sujeito da razão, requer um sujeito de vontade, pois arbitrariamente um nome se converte em "sinal" de uma idéia, de modo que o universo dos signos cresce atrelado à potência de um querer.

Um entre-meio substitui o "entre" do homem que é "no mundo", entre as coisas⁽²²⁾. E esse "entre-meio" é ocupado pelo signo, "instrumento" do conhecimento⁽²³⁾.

É nesse entre-meio da representação e do signo, como seu instrumento, onde se constitui, e sempre a posteriori a relação entre os estados do pensar (as "idéias") e os estados das coisas.

Se o ponto de partida do conhecer não é o estar no mundo entre as coisas, o ponto de partida da comunicação

não é o estar com uns aos outros, mas o estar juntamente no "entre-meio" do signo⁽²⁴⁾.

Junto ao nominalismo de Locke, o a priori kantiano oferece uma outra figura para a elaboração histórica do conceito de representação, entendendo esta como construção e o conhecimento como ato⁽²⁵⁾.

"A priori", ou seja, antes de qualquer experiência particular, o sujeito organiza toda experiência do mundo enquanto fenômeno, ou seja, enquanto se apresenta no domínio da representação.

A síntese produtiva do entendimento⁽²⁶⁾ como operação fundadora do conhecimento, estipula as condições do "objeto de experiência possível". No domínio da finitude, o possível é anterior ao real, pois não tem outra maneira de algo real ser para o homem se não nos limites de sua possibilidade gnoseológica.

A preeminência do sujeito não atinge em profundidade o conceito paradigmático de "conhecimento objetivo" - melhor, o resguarda sob uma nova figura. De fato, as formas e categorias kantianas que modelam o objeto da experiência possível, são tanto "trans-individuais" quanto "trans-culturais". O sujeito racional "a priori" é assim uma condição externa para os sujeitos

empíricos, tão alheio a seus sentimentos e diferenças como aos seus contextos de ação e interação.

O conhecimento do "objeto possível" é o novo resguardo da objetividade possível do conhecer.

A mudança de lugar do conhecimento, no Ocidente, acontece quando o encontro do homem com as coisas se dá no espaço de representação.

Se o compreender do conhecer como representar era um olhar do homem sobre o homem, a partir de sua contingência, o subterfúgio do homem moderno foi transformar a contingência em princípio de atividade e construção, e a iniciativa do sujeito em seu princípio de determinação.

Ao mesmo tempo, a racionalidade, no projeto da modernidade, não dá conta dos conteúdos, antes, estipula formas, nexos, "métodos". A própria representação, enquanto tal, é mais um "indicador" que supre uma ausência, um limite, mais que um território, uma proposta do sujeito antes que uma resposta do mundo. A informação preencherá esse vácuo conceitual, que não poderia ser preenchido pelo "quantum" da "idéia" ou da "sensação", por suas referências a um sujeito. Ela entraria no cenário moderno - e antes de ser tematizada e definida de modo discursivo - como um operador de "inclusão", de

"interiorização" da alteridade, do novo, da diferença, e, ao mesmo tempo, fator de eficácia e de temporalização da representação.

Como "quantum" do conteúdo e temporalização da representação, a informação expressaria, assim, o sobre que do enunciar. Heidegger⁽²⁷⁾ sintetiza:

"Enunciar, no sentido mais estrito não significa pronunciar, senão o dizer que dá informações sobre a coisa, seu estado. Enunciar significa dizer algo sobre... em vista à situação e às circunstâncias, desde elas e a partir delas, enunciado, informação sobre... Essa informação se dá fazendo um enunciado daquilo sobre o qual se fala, sobre o qual recai a informação."

O enunciado reúne assim três dimensões: a proposição, a informação e a comunicação:

"o enunciado é então, essa triplicidade: uma proposição que informa, convertendo-se essa informação, cumprida expressamente com respeito aos outros, em comunicação."⁽²⁸⁾

Substituindo o mundo, a coisa, a testemunha, teríamos agora isso que se chama informação: o sobre o que do dizer declarativo.

A informação, aliás, oferece uma nova ancoragem à representação, naquilo que representa - mas não como um

"quid", um "algo" que a fixa, mas como um "valor", um "quantum" que a recorre, que flui no fluxo da representação.

O sujeito ativo colocado no centro do universo, inicia um processo que já não poderá ser detido: imerso na representação não há trégua para o representar. Indivíduos, grupos, instituições atualizam sua existência por meio da representação, a produzem, registram e desenvolvem mecanismos e retóricas para fazê-la reconhecer e legitimar por seus próprios membros e pelos outros. Quem fica de fora das formas instituídas do representar, fica fora da modernidade.

Mas se a representação só flui, se especifica, se temporaliza como "informação", o homem moderno vive em meio à informação, e para a informação.

Num terceiro momento, e à medida em que a representação fica mais longe da consciência e mais próxima do signo, a representação, construção autônoma, simulacro, aparecerá como anônima e independente de contexto.

Nesse momento, que é o momento onde o produto do conhecimento considera-se mais "valioso" que o ato de conhecer, a representação se relaciona com a informação no modo da relação entre as coisas. A figura da relação entre

o conhecedor e o conhecido, ou entre um conhecedor e outro conhecedor, será agora substituível por uma relação impessoal entre "objetos" ou entre representações, na medida em que a informação é agora um modo da representação.

É então que a informação, paradoxalmente, aparece como uma "positividade", um tipo de "entidade" que se aproxima do ser das "idéias" - mas só enquanto, através da informação as idéias são "manipuláveis" por procedimentos e técnicas que o homem usava para lidar com coisas.

3. Objetividade, Conhecimento Público e Conhecimento "Publicado"

Se o conceito de "conhecimento objetivo" é mais um recurso metodológico que utilizamos para reconstruir certas relações de equivalência entre padrões culturais de formação de conhecimento, os conceitos de "uso público da razão" e de "conhecimento público", estabelecem suas séries de equivalência no próprio discurso dos atores da modernidade.

Em primeiro lugar, o uso público da razão oferece um princípio de legitimação que abrange a relação gnoseológica como um todo, deslocando um dos pólos da

relação - o pólo do objeto, da posição privilegiada como "resguardo" da objetividade.

"Entendo como uso público da razão aquele que qualquer homem, enquanto sábio, faz dela diante do mundo letrado." (29)

Ao exercício da razão diante de um "público" corresponde a formação de uma "comunidade de sujeitos racionais". A ela pertencem aqueles que dominam as "competências" cognitivas e comunicacionais: os filósofos, os sábios e o "público letrado".

O "público", na versão iluminista, designa uma esfera potencial de uso da razão, que seria ilimitada, enquanto a racionalidade é um atributo essencial da "natureza humana" e, como tal, pertence tanto ao "ser" como ao "dever ser" do homem moderno. Com efeito, cada indivíduo, enquanto agente da razão - historicamente em processo de realização - deve ser seu público e seu publicitário (30).

Não poderia existir uma demarcação excludente entre os "competentes" e os "não competentes". Só existiriam diferenças de "grau" entre o uso civil e o uso filosófico da razão.

Conforme as orientações finalistas ou teleológicas do iluminismo, a esfera pública da racionalidade busca

sua expansão, e procura-a principalmente na esfera da publicação⁽³¹⁾.

"Cada um está convocado para ser um 'publicador' que fala 'através de textos ao público propriamente dito, ou seja, ao mundo'."

A publicação era o meio através do qual ampliavam-se os círculos da comunicação direta, e a comunidade local de interlocução, então, transforma-se no "público" - comunidade de extensão ilimitada, ou no "mundo"-concretização globalizadora das pretensões de extensão universal.

A publicação, como extensão do espaço de uso da razão, é porém um espaço de "manifestação" e não de "deliberação", de "inteligibilidade" e não de busca negociada do consenso. Daí que não se conceitualiza a diferença entre a comunicação direta ou indireta. A escrita, pelo contrário, é o suporte capaz de levar adiante as pretensões universalizantes do uso da razão, capaz de expandir o discurso racional através do tempo e do espaço.

Temos aqui um dos "paradoxos" entre o plano formal, e o plano concreto das práticas sociais. Os vínculos da socialidade, com suas múltiplas e conflitivas agregações e segmentações, testemunhavam a "fissura" existente entre

uma "comunidade ideal" de uso público da razão e a participação assimétrica dos coletivos de ação e de discurso nas esferas da "publicidade" e da "publicação".

Cabe lembrar como, no período de maior "otimismo" iluminista, os trabalhadores eram proibidos de formar associações nacionais, de mobilizar-se e de realizar reuniões com esse fim. Criaram, então, alguns deles, "sociedades de correspondência", cujo objetivo - expresso em forma desiderativa - reconhecia e desafiava a versão limitadora da esfera pública burguesa: "que o número de nossos membros seja ilimitado"⁽³²⁾.

Se existia uma "fenda" entre as duas "grandezas", a extensão universal da razão abstrata e formal e a extensão regulada e restritiva das subjetividades coletivas, era próprio também da filosofia iluminista pensar que a convergência entre os dois planos, o "ideal" e o "prático", de uso público da razão, era "questão de tempo", uma meta do "progresso" lançada ao futuro.

Por outro lado, "público", além de remeter a comunidade formalmente ilimitada de exercício da razão e atualmente constituída por "sujeitos competentes", designa também um atributo do conhecimento.

"Público", como substantivo, designa uma comunidade de interlocução, como atributo, designa um conhecimento

que, em oposição ao que é privado, não está restrito a uma esfera especializada de interesses - por seus objetivos ou por seu uso - e que, por seu valor gnoseológico não está reduzido a uma esfera subjetiva de crenças ou opiniões particularizadas.

Para Ziman a ciência é um conhecimento público enquanto consiste na busca de um "consenso racional".

De fato, o princípio do "consenso", variável "oculta" da prática científica, não define tanto uma comunidade concreta, realização do "público letrado", quanto uma "publicidade" virtual, assentada no caráter manifesto e reproduzível das regras e procedimentos metodológicos. Essa "publicidade virtual", garantida por premissas metodológicas, sustenta-se, porém, num outro pressuposto que só seria problematizado, tardia e explicitamente, por Kuhn: o pressuposto da "comensurabilidade" das categorias, conceitos e operações cognitivas dos sujeitos da experiência racional (33).

Em todo caso, é na esfera especializada e diferenciada da Ciência que reencontramos um programa de reunião dos três significados de "público": enquanto indica "procedimentos" referidos ao "uso da razão", assentados no método, enquanto denomina uma comunidade de formação racional e discursiva do consenso; e como "atributo do conhecimento", na medida em que o caracteriza

como legitimado numa esfera de consenso, atual ou potencial.

Aconteceria, porém, que a Ciência, quando recebe mais demandas para depor em espaços públicos, o faz pela dissolução do caráter público da questão, contribuindo para sua despolitização.

O cientista, solicitado para dar respostas técnicas a problemas de dimensão coletiva, respaldado pela "autoridade" metodológica da ciência⁽³⁴⁾, não participa nas esferas públicas deliberativas de formação discursiva da vontade coletiva - esferas que teriam que ter a mesma extensão que o coletivo dos que são afetados pelo problema inicial. Pelo contrário, quanto mais a ciência frequenta o domínio do "público", mais se reduzem os espaços democráticos de confronto crítico e de busca de um consenso negociado entre interpretações e interesses.

A "nova hermenêutica" procura reformular as formas de "publicização" da ciência, a partir do caráter consensual das regras metodológicas. Trata-se de "ampliar" a "comunidade discursiva" onde se estabelecem os critérios normativos de construção da ciência. Diz Vatimo, com respeito a Gadamer,

"... o caráter público das regras de verificação das proposições das ciências não é só uma formal universalidade (que se refere ao máximo à comunidade dos

investigadores, ela própria pensada segundo o modelo do puro sujeito cognoscente), mas é seu efetivo radicar-se numa esfera pública histórica e culturalmente determinada". (35)

Por outro lado, o conceito de "público", desdobrado no conceito de "publicação" indicava um dos rumos das linhas preferenciais do Ocidente: o predomínio da comunicação indireta sobre a direta, a tendência de regular institucionalmente discursos e regras de interação comunicativa e de colocar sob grades hierárquicas e "jurisdicionais" as ocorrências locais da comunicação direta - limitando-se às oportunidades de formação de "redes horizontais" e linhas tangenciais de interações "transversais".

Igualando "público" com "publicação" e com "método", gerava-se uma cadeia de equivalências prático-discursivas que levaria a transformar a "esfera de uso público da razão", numa "infoesfera", agregado sem transparência de registros, documentos, "estoques" (36) de informação que, como o inconveniente "cadáver de Amadeus", sem vida, não cessam de crescer.

4 - Popper e os Dilemas da Racionalidade. A Linguagem como Espaço de Constituição da Esfera do Conhecimento

Objetivo

Na formação dos padrões de conhecimento, no que poderia denominar-se "o caminho preferencial do Ocidente", duas "rotas" pareciam ser seguidas, sem encontrar um ponto de "sutura", numa única trajetória. Por outro lado, a publicidade e a crítica são princípios constitutivos do saber de maior valor epistemológico e de maior legitimidade; por outro lado, o controle e a eficácia são fatores fundamentais do conhecimento enquadrado no paradigma produtivo.

O conhecimento objetivo, realiza-se na modernidade como conhecimento objetivante (gerador da relação gnoseológica, polarizada sujeito-objeto) e como conhecimento público e publicado, e pelo tanto objetivo por estar submetido à crítica racional. Apoiando-se nessas características, constitui-se depois uma nova figura de conhecimento objetivado, onde são priorizadas as notas da externalidade, do ser exo-somático. A ação de conhecer cede lugar, em relevância, ao produto do conhecimento.

Acontecerá, porém, um jogo de "trocadilhos", quando, após sustentar-se a equivalência entre "público" e "objetivo" e entre "público" e "publicado", estabelece-se uma equivalência não justificada entre "objetivo" e "publicado".

A ênfase na exteriorização do conhecimento, acontece juntamente com a ênfase no "significante", em

lugar do significado ou, enfim, a valorização do produto sobre a produção intelectual do saber. Por um lado, situa-se no esforço do pensamento contemporâneo para superar a filosofia da consciência. Por outro, porém, pareceria apontar àquela mudança de estatuto do conhecimento/informação, sujeito agora aos critérios econômicos de circulação e de atribuição de valor.

A tese popperiana do "conhecimento objetivo" pretende dar conta dessas "mudanças de estatuto" do conhecimento, mantendo-se dentro das tradições modernas do Ocidente: desse modo, oferece um mapeamento dos principais problemas do racionalismo no contexto do mundo contemporâneo, dentro de uma narrativa de legitimação.

Pensamento o seu contemporâneo ao de Kuhn⁽³⁷⁾, os dois lidam com o enfraquecimento dos critérios de verificação e de demonstração - outrora pilares de uma epistemologia normativa.

Como, nesse quadro, sustentar ao mesmo tempo o indeterminismo do mundo físico, a capacidade de escolha do homem, cidadão da república liberal, e a eficácia e legitimidade do conhecimento científico, a mais alta realização da racionalidade ocidental?

Qual é o lugar epistemológico e ético da Ciência, entre a tecnocracia (e sua fé racional na previsão

determinista) e o decisionismo (como um "salto quântico" da vontade sobre as regularidades do saber)?

Como o conhecimento pode ser um conhecimento capaz de controlar o mundo físico e social (engenharia social), sem perder sua legitimidade e sua potência conjectural, que deriva de sua formação num círculo crítico-argumentativo?

Popper é plenamente consciente de um dos problemas centrais das formas civilizatórias que o Ocidente constrói desde a modernidade. Acontece que no mesmo ponto onde se instalara a função de legitimação, instalaram-se também as funções de controle e de expansão: no conhecimento, ou, ao menos, numa de suas expressões mais valorizadas, a Ciência e a Tecnologia.

Começará por explicitar as teses que, sob diferentes figuras conceituais, sustentam os padrões de formação de conhecimento institucionalizados nas sociedades de capitalismo ocidental. Trata-se de analisar o "conhecimento objetivo" como realidade diferenciada. Seriam antecedentes dessa colocação a "teoria das formas", de Platão, o "Espiritu Objetivo", de Hegel e os "conteúdos objetivos de pensamento", de Frege. Segundo Frege: "Por pensamento entendo não o ato subjetivo de pensar, mas o seu conteúdo objetivo"⁽³⁸⁾.

Popper recorre a uma premissa ontológica pluralista "fraca": o conhecimento objetivo é, à maneira de um "mundo", junto com o "mundo físico" e o "mundo" da subjetividade⁽³⁹⁾. Vejamos como desdobra, agora, o sentido de "objetivo".

Em primeiro lugar, refere-se à dissociação do conhecimento do sujeito cognoscente. Trata-se de uma pretensão de ruptura com a filosofia da consciência:

"O conhecimento no sentido
objetivo é conhecimento sem
conhecedor; é conhecimento sem
sujeito que conheça."⁽⁴⁰⁾

Trata-se assim de um conhecimento que independe das "crenças" ou da "disposição" de alguém para concordar, afirmar ou agir de conformidade a seus conteúdos.

A extensão do conhecimento enquanto objetivo, mostraria as imprecisões e os "resíduos" não dilucidados pela epistemologia poppereana.

A "extensão" do "mundo 3" experimenta um primeiro deslocamento, quando passa de uma "noosfera" de caráter ideacional, a uma esfera semiótico-discursiva, na qual se destacam os "registros do conhecimento":

"Entre os habitantes de meu
'terceiro mundo' há, mais
especialmente, sistemas teóricos:
mas habitantes igualmente

importantes são os problemas e situações de problemas. E argumentarei que todos os moradores mais importantes desse mundo são argumentos críticos e o que pode ser chamado - em analogia com um estado material ou um estado mental, o estado de uma discussão ou um estado de um argumento crítico; e naturalmente o conteúdo de revistas, livros e bibliotecas." (41)

O "mundo 3" se estende, assim, além da consciência individual ou histórica. O que o constitui não é a intencionalidade dada do autor, nem é um "leitor" quem pode totalizá-lo:

"O 3º mundo é amplamente autônomo, mesmo embora constantemente atuem sobre ele e sejamos atuados por ele: é autônomo apesar do fato de ser produto nosso e de ter um forte efeito de retrocarga sobre nós; isto é, sobre nós como habitantes do 2º mundo e mesmo do 1º." (42)

Conforme essas teses, os "resultados" da ação humana, incluídos seus produtos, transcendem a esfera da ação intencional e da consciência: são resultados não planejados, não desejados e fora de toda expectativa e inteligibilidade. Novos alvos, novas necessidades, podem advir de um solo cultural anônimo e sem transparência. (43)

Duas afirmações são logo os corolários dessa independência do produto do conhecimento com respeito ao processo e o agente de produção.

A autonomia do conhecimento objetivo explica que nele se constituam "problemas" e "fatos teóricos" sem intervenção direta de um sujeito intencional.

A opacidade e intransparência do "mundo 3", resultante dessa externalidade e autonomia, exige do sujeito cognoscente um trabalho de "descoberta" em direção a novos problemas e novos processos de refutação. Contribui assim para o crescimento do conhecimento, como um operário anônimo e não como um "autor":

"Todo trabalho em ciência é trabalho dirigido para o crescimento do conhecimento objetivo. Somos trabalhadores que estamos aumentando o crescimento do conhecimento objetivo tal como pedreiros trabalham numa catedral." (44)

O "objetivo" do conhecimento ganha uma nova conotação, no decurso da argumentação poppereana.

A crítica que realiza sobre os procedimentos de verificação, levaram-no a sustentar que nenhum fato pode provar uma teoria. Não existe uma "base de experiência neutra" que permita a construção da prova, nem ao menos reciprocidade entre conceitos teóricos e conceitos empíricos que sustente não só o poder provatório mas a própria qualidade referencial das teorias. Enquanto "conjecturas", sempre pode ocorrer que um fato seja explicado e ainda, redefinido, atingido em seu significado, por uma teoria mais compreensiva e

abrangente. Se o real perdeu "transparência" e o conhecimento perdeu seu fundamento de cópia ou "mímesis", o "objetivo" do conhecimento não pode assentar-se nos métodos de verificação. A "objetividade" se reconstitui, porém, no próprio plano do conhecimento, considerado agora como esfera autônoma, justificada pela própria opacidade do universo das teorias e dos enunciados - "artefatos culturais" independentes dos próprios produtores. Assim, a ciência aconteceria, apesar dos cientistas... e apesar dos fatos.

Os mecanismos "ensaio-erro", aplicados originalmente nas esferas da experiência, seriam trasladados, agora, à esfera opaca, mas preñhe de recursos, do "mundo" do conhecimento objetivo. Trata-se, com efeito, de uma "etapa" num devir evolutivo.

A evolução humana, em lugar de desenvolver "novos órgãos" ou "comportamentos", realiza-se de forma exosomática ou "extra-pessoal", através de instrumentos, máquinas, armas e casas e, especialmente, computadores, principalmente quando são usados em apoio de nossas capacidades argumentativas.

O deslocamento do ensaio-erro ao plano simbólico, implica o desenvolvimento de novas formas de regulação e de controle, para Popper, através de funções da linguagem. Os "padrões ideais" de verdade e validade, os "argumentos

críticos", funcionam assim como "mecanismos de seleção" e "novos métodos para controlar as experiências". (45)

A linguagem argumentativa e seu produto principal, as teorias, seriam "o mais poderoso instrumento de adaptação biológica que já apareceu no curso da evolução". (46)

A linguagem, e não a experiência ou a consciência, é o lugar onde o "objetivo" pode acontecer, como atributo preferencial do conhecimento, ao qual dota da máxima potência evolutiva: o crescimento acumulativo e quantitativo.

Duas são as "funções" superiores da linguagem: a função descritiva, à qual cabe semantizar a experiência do mundo, e a função argumentativa, que permite submeter aqueles conteúdos aos mecanismos seletivos e de controle da argumentação crítica:

"Sem o desenvolvimento de uma linguagem descritiva exossomática - uma linguagem que, como uma ferramenta, se desenvolve fora do corpo - nenhum objeto pode haver para nossa discussão crítica. Mas com o desenvolvimento de uma linguagem descritiva (e mais, de uma linguagem escrita) pode emergir um 3º mundo linguístico; e é só deste modo, e só neste terceiro mundo, que se podem desenvolver os problemas e os padrões de uma crítica racional." (47)

É no meio da linguagem onde as duas funções da racionalidade - a crítica e a de controle - conseguem conciliar-se, na concepção de Popper.

"Não só nossas teorias nos controlam como podemos controlar nossas teorias (e mesmo nossos padrões 'reguladores').

Se nos sujeitamos a nossas teorias, fa-lo-emos então livremente, após deliberação, isto é, depois da discussão crítica de alternativas e depois de escolher livremente entre as teorias concorrentes, a luz daquela discussão crítica."

Trata-se de controles "plásticos":

"Em outras palavras, nossa discussão é controlada, embora plasticamente, pelas idéias reguladoras de verdade e validade." (48)

Não é, porém, com julgamentos, crenças ou atitudes de ordem subjetiva (tal como quando digo: "o pensamento de Popper influenciou as idéias de Brookes") e de natureza individual ou consensual, que são tecidas as cadeias da argumentação. Trata-se de problemas, teorias, argumentos, enquanto tal, que se acoplam e interferem conforme as operações e princípios da lógica hipotético-dedutiva. Temos assim conteúdos descritivos (a força semiótica da linguagem) e redes teórica-conceituais de estrutura dedutiva (a "forma" ordenadora e restritiva da lógica monotônica).

A pretensão era manter ao mesmo tempo a eficácia de um processo de semiósis - na medida em que o conhecimento discursivo passa a integrar a fonte de recursos do modelo produtivista - e o postulado da liberdade, capacidade emancipadora da crítica e da responsabilidade moral.

"... a solução deve explicar a liberdade; e deve também explicar como a liberdade não é simplesmente acaso, mas antes o resultado de uma sutil ação recíproca entre algo quase do acaso ou acidental e algo como um controle descritivo ou seletivo - tal como um objetivo ou padrão - embora não certamente um controle férreo." (49)

Tão distante de Gadamer e de sua recondução do discurso especializado à esfera pública da opinião, quanto distante da solução Habermaseana de um "poder comunicativo", Popper mostra claramente, mais que a solução dos dilemas da modernidade, o novo plano em que se colocam as questões e as alternativas de resposta.

Propõe, assim, a esfera do conhecimento objetivo como síntese totalizadora do saber, substituto possível no mundo contemporâneo de um saber sustentado na unidade cosmológica ou de um saber que descansa, como na modernidade, na capacidade totalizadora da subjetividade - ora unidade "virtual da consciência, ora "regularidade" unificadora da experiência.

Popper sumariza numa metáfora uma série de questões que entravam, hoje, a trajetória do "conhecimento objetivo": "relógios" e "nuvens" oferecem dois modelos do real: um, das "regularidades" previsíveis, outros, do "acontecimento" além das probabilidades⁽⁵⁰⁾. Numa época, teria predominado a visão determinista da natureza, tal como manifestava-se na ciência newtoneana, e aceitava-se que todas as coisas tinham a estrutura mecânica e causal de um relógio. Posteriormente, com a emergência de princípios como o da incerteza, de Eisenberg e das Filosofias do Acaso, toda a realidade virou "nuvem", e todas as coisas deveriam ser pensadas como polimorfos e imprevisíveis, homólogas às nuvens.

O homem, porém, através da linguagem, tem a capacidade de lidar com nuvens e relógios no interior de uma mesma realidade - a realidade cultural - de maneira simbólica, de modo que pode testar, criticar e escolher entre "teorias que vêm no mundo um relógio" - deterministas - e "teorias que vêm no mundo só nuvens" - indeterministas. Mas é nessa mesma cultura, e graças a esse poder simbólico de intermediar o mundo do sujeito e o mundo físico com um "terceiro" mundo, suporte de antecipações e testes, que o homem desenvolve a capacidade probabilística, e pode transformar todo o campo, outrora da crítica discursiva, em um sofisticado mecanismo evolutivo do homem, num campo de "jogos" programáveis de decisão e cálculo.

Como responder a esse aparente risco, detrás do qual estaria de algum modo, um computador?

A resposta estaria... dentro desse mesmo computador.

O homem possuiria mecanismos de "controle plástico", reguladores "ideacionais", como a "idéia de verdade", que poderiam ser mantidos no contexto do processamento da palavra, na forma de modelos lógico-argumentativos.

O problema de Popper (confronto entre o uso público-crítico da razão e a "eficácia" da razão funcional-instrumental), apesar de ser um profundo indagador das normativas epistemológicas do pensamento ocidental, parece resolver-se na simples explicitação de uma tautologia: os princípios reguladores do conhecimento objetivo poderiam ser homologados pelos princípios operacionais do computador. O que não nos transforma no "homem máquina" de Lamettrie, mas deixa suspeitas de que cada vez nos distanciáramos mais das nuvens...

O "uso público da razão", em lugar de desenvolver-se em esferas "civis" deliberativas, transformou-se, agora, na operação de uma lógica da argumentação na esfera, "sem sujeito", do "conhecimento objetivo".

5. A Integração Econômica e Tecnológica de uma Esfera de Conhecimento/Informação

Os processos de formação e transferência de conhecimentos, ao mesmo tempo que orientados a sua "acumulação" e "crescimento", tiveram que lidar com sua dispersão, cada vez maior, devido à progressiva especialização e multiplicação das disciplinas científicas e, em geral, aos processos acelerados de divisão do trabalho.

As duas tendências em tensão (tendência à acumulação e integração, tendência à segmentação e dispersão), gerariam, aliás, novos movimentos de diferenciação e especialização de papéis e de funções e novas "grades ocupacionais".

Primeiro, teríamos a formação de grupos profissionais responsáveis pela geração, comunicação e aplicação dos conhecimentos (cientistas, pesquisadores, professores, tecnólogos), atores concretos de um campo socialmente diferenciado de produção de conhecimentos, parcial e abstratamente reconhecidos na figura da "comunidade científica".(51)

Desenvolveram-se, ao mesmo tempo, aqueles segmentos da atividade social que se ocupavam da conservação,

organização, recuperação e disseminação desses conhecimentos (bibliotecários, arquivistas, museólogos, editores).

Na especialização crescente de funções e papéis, as "funções de informação", outrora difusas e "entranhadas" nos diversos contextos do pensamento e da ação, convertem-se em funções primárias e autônomas.

Seja como setor intra-institucional, nas atividades para as quais a informação é uma função secundária, seja nos casos em que a produção de conhecimento/informação constitui a atividade fim, desenvolveu-se uma infraestrutura complexa de coleta, guarda, organização, recuperação e disseminação de conhecimentos/informações.

À diferenciação de um setor de atividades de informação, acompanhará também uma nova divisão do trabalho, entre os "intermediários" e os "usuários" de informações. (52)

De fato, e a partir das primeiras décadas do século vinte, o incremento das atividades administrativas e técnicas, intensifica os processos de geração e uso da informação.

Organizações empresariais e agências estatais planejam e organizam seus "ambientes" de informação em seus contextos de ação.

Se toda "ação de informação" tem como objeto as informações e as interações informacionais que acontecem num outro contexto de ação social, as novas ações de "informatização" terão como objeto o plano das ações de informação já diferenciadas e institucionalizadas. A expansão das novas tecnologias informáticas e telemáticas, acompanha e alarga a expansão dos espaços do conhecimento/informação na sociedade contemporânea.

À diferenciação e dissociação de uma "função primária" de informação, seguiriam logo dois processos de "integração" de uma esfera de produção e comercialização da informação: um, econômico, outro, tecnológico.

Por um lado, constitui-se um "setor econômico" onde se agregam as atividades de informação, enquadrados nos mercados de bens e serviços e no mercado de trabalho.

Bell, utilizando o conceito de "conhecimento", reformula seus parâmetros de definição, enquanto "bem econômico" (53).

"Conhecimento é tudo o que chega a ser objetivamente conhecido, uma propriedade intelectual, associada a um nome ou grupo de nomes, e garantida por copyright ou por

qualquer forma de reconhecimento social (publicação, por exemplo). Paga-se por este conhecimento - com o tempo consagrado a escrever e pesquisar, com a compensação monetária atribuída à comunicação e aos meios educacionais. Ele fica sujeito ao julgamento proferido pelo mercado, pelas decisões administrativas ou políticas de instâncias superiores ou equivalentes, que aquietavam o valor dos resultados, e às exigências que deles advirão quanto aos recursos da sociedade, sempre que surjam exigências desse tipo. Neste sentido, o conhecimento faz parte do investimento que a sociedade faz em suas despesas gerais; trata-se de uma formulação coerente, apresentada num livro, gravada num lugar qualquer para ser transmitida e sujeita a alguma avaliação aproximada."

Porat, utilizando o conceito de "informação" em substituição ao de "conhecimento", é quem oferece o critério mais correntemente aceito para definir/reconhecer as atividades de informação, agregáveis num único "setor" da economia e organizados em "grades ocupacionais" relativamente bem estabelecidas⁽⁵⁴⁾:

"We are trying to get a different question: which occupations are primarily engaged in the production, processing or distribution of information as the output, and which occupations perform information processing tasks as activities ancillary to the primary function?"

("Estamos tratando de responder a uma questão diferente: quais são as ocupações que tem como função primária a produção, processamento ou distribuição da informação, e quais as ocupações que realizam tarefas de processamento de informação como atividades subordinadas à função primária?")

Zurkowski oferece outro conceito diferenciando as "indústrias de informação", mais especificamente, das empresas que trabalham com processamento de dados (setor de serviços) e as empresas de comunicação: indústrias de informação seriam aquelas que geram e processam suas próprias fontes de informação ou que, se dependem de fontes externas de informação, que as provêm de "matéria prima", apropriam-se delas e as transformam, num processo de agregação de valor, criando um novo produto de informação. (55)

O novo "estatuto" de bem econômico coloca a informação sob o domínio dos mecanismos de integração econômica e seu sistema referencial de equivalência: o dinheiro. Integração econômica que diferencia dois segmentos complementares das atividades de informação: as empresas produtoras e os consumidores de bens e serviços de informação.

Existe, porém, uma coincidência em "extensão" entre a "esfera pública ideal" da sociedade civil e a totalidade abstrata dos consumidores que formariam o "mercado ideal" de absorção de produtos de informação. É essa coincidência na "extensão" o que leva à dissolução da diferença entre uma esfera dos "negócios" e uma esfera da "sociabilidade".

Às forças integradoras de uma "economia de informação" agregar-se-iam as tendências integradoras das novas tecnologias de comunicação e informação.

Com o desenvolvimento da imprensa, introduzia-se o princípio multiplicativo das tecnologias de reprodução: a possibilidade de gerar-se, a partir de um original, um número indefinido de cópias.

As novas tecnologias de reprodução (fotografia, filme, rádio, TV) iam agregando à reprodução da palavra escrita, a reprodução do som e da imagem e redefinindo as pragmáticas de produção e trocas de significado.

O princípio econômico capitalista de produção e comercialização exploraria, ao máximo, o potencial multiplicativo das novas tecnologias.

As novas tecnologias de reprodução associavam-se os conceitos de "documento" e "documentação", usados para designar os "registros do conhecimento", independentemente dos seus "suportes" (56).

O "documento", como unidade ideal que reúne diferentes continentes e conteúdos de informação é "produzido" por procedimentos técnicos e administrativos de processamento e representação.

A "documentação", antes que a informatização e depois com seu auxílio, produz um "universo referencial" de representações documentárias, que se introduzem como um "filtro" nas esferas da comunicação formal e especializada. Através de critérios de seleção, de "inclusão" e "exclusão", e também através do tipo e extensão das relações que estabelece em suas bases referenciais e documentárias, as "bases de dados" bibliográficos e de resumos, no próprio ato de reunir e tornar acessíveis suas sínteses de informação, agregam uma nova intransparência aos mecanismos da comunicação indireta.

Aquela unidade ideal do "documento", era, porém, uma unidade "metodológica", da representação. Infraestruturas diferenciadas (papel, "bolachas" de acetato, películas fílmicas, disquetes, etc.), ao mesmo tempo alargavam e segmentavam o campo da comunicação organizada.

Essa "distância" entre a "unidade da representação" e a multiplicidade da infra-estrutura documentária, desdobrava-se, aliás, numa "distância" entre o "saber" sobre a "representação" do conhecimento/informação e os meios e procedimentos disponíveis para o processamento, recuperação e disseminação dos documentos ou "registros do conhecimento".

É na microeletrônica, e graças a seus avanços, que se produz a unificação da infra-estrutura de meios e a interconexão das operações de processamento e transmissão da informação. (57)

As mesmas lógicas digitais tornarão possíveis interligar múltiplos sistemas de máquina, através dos fluxos contínuos de eletricidade, permitindo a formação de bases unificadas de informação, a partir de uma diversidade de fontes, "continentes" e "conteúdos".

A premissa gnoseológica da "comensurabilidade" dos quadros lógico-argumentativos do "sujeito racional", poderia ser substituída por uma premissa tecnológica, da comutação dos sistemas digitais de processamento e transmissão de informação.

A unidade "ideal" do conhecimento objetivo reformula-se na "unidade" do conhecimento "objetivado" conforme as regras uniformes das lógicas digitais e binárias.

Aos universos "meta-informacionais" das representações dos "registros do conhecimento", agregam-se agora as "mega-unidades" (58) infra-estruturais que reúnem informação textual, icônica e sonora.

Na esfera da indústria, para Kaplinsky, a possibilidade de integração das infra-estruturas de informação, graças à compatibilização de sistemas de lógicas digitais, permitiria a reformulação dos modelos organizacionais e administrativos de unidades complexas da produção industrial.

À diferença de um estágio prévio de informatização, que atingia a setores específicos e isolados das funções da produção, seria possível agora a formação de uma base de informações unificadas, interligando as esferas da administração, do planejamento, ("design") da produção e da comercialização.

A "especialização" de um setor de gestão da informação, permitiria ao mesmo tempo a gestão "centralizada" ou "distributiva" de cada uma das esferas de produção. O que pode significar a desativação dos modelos "tayloristas" de organização do trabalho, mas também a maior concentração num único setor das capacidades de decisão e de intervenção em cada setor da unidade produtiva.

A participação nos novos universos da informação, resultantes da integração econômica ou tecnológica de meios e recursos de informação, não nos coloca já como indivíduos e consumidores, ante as ofertas dos mercados de informação, mas antes, como sociedades, ante as políticas

de investimento e aplicação de excedentes, orientadas ao desenvolvimento de complexas redes computadorizadas de processamento e transmissão de informação.

6. Dos Paradoxos da Racionalidade aos Paradoxos da Informação

O princípio regulador do "conhecimento objetivo", com efeito, pode considerar-se a tradução gnoseológica de objetivos e demandas das sociedades industriais capitalistas e suas orientações de ação.

É conhecendo e comunicando-se com outros que o Ocidente e a sociedade industrial capitalista expandiram suas esferas de intervenção e decisão.

Um movimento constante de ampliação do horizonte conceitual e discursivo, afastava o olhar do local e o imediato, para alcançar agora o que os novos empreendimentos comerciais e militares tornaram relevantes. Tudo o que lhe fora exterior, enfim, poderia ser objeto de uma prática de interiorização e expansão daquela sociedade.

O atributo de "objetivo" aplicado ao conhecimento, indicava a pretensão de ir além da esfera sensorial e

"intencional", interessada, de um sujeito local, particular, situado.

A universalidade, assim, já não aparecerá no início da argumentação como "premissa" de uma dedução, mas ao final de uma série de observações e coletas de informações como momento de "geralização" de uma cadeia indutiva da ordem da experiência.

Antes que reguladora ou calculadora, a razão teve que ser "alargadora" dos horizontes de experiência: ampliou-se para acolher o novo, o distante, o outro - a diferença - ainda que fosse para reformulá-los, homogeneizá-los sob seus próprios modelos de interpretação e ação.

Em todo caso, não é só a disponibilidade da imprensa ou o crescimento da administração e da burocracia os que fazem proliferar os registros. Aumentam as falas, multiplicam-se os modos de falar e diversificam-se as ordens de coisas que podem ser faladas. É a proliferação de emissões de sentido e o alargamento das fronteiras da ação - no tempo e no espaço - o que, entre outras coisas, requer seus registros e sua administração.

Os "relatos de viagens" dos botânicos e dos geógrafos, os exames e depoimentos e as estatísticas: o conhecer cresce em direção a ação à distância e da ação

sobre a multiplicidade, revelando também novas tramas sob a superfície do tecido do cotidiano.

Nesse quadro de expansão dos conhecimentos - sobre novos setores de atividades e novos objetos de aplicação - desenvolveriam-se mecanismos de inclusão que permitissem a apropriação por um "nós", um agente do empreendimento moderno, daquilo que o "alter" e os "outros" são, fazem, sabem - enquanto os "outros" e "alter" qualificam os territórios sobre os quais são traçados os movimentos de expansão. Um desses operadores de inclusão, ou operador de inclusão predominante, definiu-se, com o tempo, sob o conceito de informação.

Inclusão das pessoas em novos quadros institucionais, em novas séries de ações ou em novas cadeias associativas; inclusão do mundo e dos outros em novos esquemas operacionais e novos campos discursivos.

A informação, como fator de inclusão, designa os "inputs" e os "outputs" da ciência e da tecnologia.

"A ciência visa a conquistar novas informações sobre a realidade, ao passo que a tecnologia visa a injetar informações nos sistemas existentes (quer se trate de sistemas naturais, quer de sistemas artificiais)."⁽⁵⁹⁾

De fato, as esferas da vida cotidiana não seriam alheias aos devires da modernidade.

A introdução da inovação como alternativa e substituição das práticas tradicionais, requer das pessoas e das organizações um relacionamento mais ativo com seus contextos de ação, mais frequentemente sujeitos a mudanças e cada vez mais ligados a circuitos amplos de ação econômico-administrativa, que transcendem seus espaços comunicacionais e suas formas possíveis de conhecimento tradicional e local.

Todos devem ficar incluídos em novas cadeias de comunicação de informação, onde ora são os que interrogam, ora são interrogados, transformando-se em geradores de informação ou, simplesmente, em informação, para as interrogações de terceiros. Cadastros, enquetes, censos, inventários, rapidamente recorrem aos círculos ampliados da ação, onde coisas e pessoas transformam-se em registros, quantidades, estoques, populações.

Todo processo de modernização, a dinâmica da modernidade, requer o fluxo de um "quantum" de informação em seus diversos contextos de ação.

A expansão das estratégias racionais de ação e o incremento das funções cognitivas em todos os contextos de ação, geravam e demandavam fluxos constantes de informação.

O projeto de formação de excedentes de conhecimentos requeria, além disso, investimentos específicos, legitimados em fórmulas "naturalizadoras" acerca do "caráter acumulativo da ciência" e do "crescimento quantitativo dos conhecimentos" ou, muito mais tarde, "a explosão da informação".

Os padrões de formação e transferência dos conhecimentos associavam-se, cada vez mais, aos quadros de fins e valores do "paradigma" produtivista.

A redefinição do conhecimento como fator do sistema produtivo, desdobrava-se no que denominaremos uma figura "produtivista" do próprio conhecimento.

Originado no que Heidegger denomina o "questionamento", a pesquisa científica é uma operação planejada, na qual um agente interroga um domínio-objeto de modo sistemático. Esses "esquemas" de operação, que incluem modelos conceituais de agregação de dados, são também tematizáveis e podem ser objeto de análise e generalização.

Ancorado numa prática antecipatória, organizada e "repetível", o conhecimento científico não ficaria atrelado a um "ponto" das séries temporais ou a um contexto específico: pretende-se, pelo contrário, um saber

"independente de contexto", sob a única restrição de reprodução das "condições iniciais".

As sequências causais e as "relações" assim reveladas, ficavam a disposição de novas aplicações, para todos os que possuírem seus códigos, técnicas e instrumentos. Para isso cresciam também as instituições de reprodução ampliada dos "produtores" do saber e os meios de agregar e tornar acessíveis esses conhecimentos já "disponíveis".

É essa "disponibilidade" do conhecer no "conhecimento", seu produto exteriorizado veiculado pela linguagem, que permite "materializar" o conhecimento "excedente" (a soma dos conhecimentos "disponíveis") em "estoques" de informação.

Se a formação de "excedentes" de conhecimentos e a expansão das bases de conhecimento como suporte das novas estratégias de ação requeria procedimentos e instrumentos de inclusão, nos contextos assimétricos de poder, requeria também procedimentos e instrumentos de controle.

A relação, porém, não é simples nem direta. O controle monopólico dos conhecimentos realizou-se pelo controle do produto da tecnologia científica, através das patentes; pelo controle do processo de produção científica, através dos laboratórios de pesquisa e

desenvolvimento incorporados pelas indústrias; e através do "controle sobre os pré-requisitos sociais desse processo: o desenvolvimento das instituições necessárias para a produção tanto do conhecimento científico quanto das pessoas que detinham conhecimento especializado..."(60).

A universidade, que pré-existia à revolução industrial, foi incluída no paradigma produtivista e sujeita a sucessivas formas de organização e reorganização, adequando-a para assumir novos papéis.

A informação, por ser uma figura "relacional"(61), podia cumprir o duplo papel de fator de inclusão e de fator de controle.

Enquanto fator de inclusão, dirige-se a alteridade, à diferença, à novidade, e requer algum grau de descentração(62), uma capacidade de equacionar as perspectivas de um "eu", "aqui e agora", com as "n" perspectivas possíveis de outros atores e posições.

Enquanto fator de controle, ela responde a demandas pré-estabelecidas em quadros institucionais e sistêmicos, subordina-se às lógicas monopólicas e dirige-se ao que é contável, reproduzível, ou induz à homogeneização.

A própria informação é tematizada em matrizes estatísticas e probabilísticas, e procura-se representá-la em estruturas estáveis e neutras à diversidade dos conteúdos.

Será através dos múltiplos paradoxos entre "inclusão" e "controle", que se avançará da "função ampliada da razão" ao "monopólio" de conhecimento-informação⁽⁶³⁾ no duplo operar da modernidade (Quadro 1).

QUADRO 1
O "Duplo" Operar da Informação nos
Contextos da Modernidade

PRINCÍPIOS DE DESCENTRAÇÃO

(Procedimentos críticos, critérios de falibilidade e de

prova)

FATOR DE INCLUSÃO

Agente de
Iniciativa
e
Ação



INFORMAÇÃO

Outros/
Alter



FATOR DE CONTROLE

PRINCÍPIO DE MONOPÓLIO

(Procedimentos de acumulação; critérios de eficácia)

Uma das consequências dessa natureza "ubíqua" da informação no contexto das sociedades ditas modernas, manifesta por sua "presença" em todas as esferas de ação, terá como outra das consequências "paradoxais" sua sujeição à definição de cada campo da atividade social.

Com efeito, se um "quantum" de informação deve circular em todo e cada um dos campos da atividade social, o sentido e valor desse "quantum" será reformulado ou negociado no interior do campo, conforme as relações

assimétricas ou não de seus participantes. Agentes e instituições, situados em esferas específicas de ação, farão daquele "quantum" de informação objeto de estratégias de luta e de apropriação, que resultarão de suas posições relativas nos espaços do poder simbólico.

A mesma relação que a informação mantém com as representações dos estados de coisas no mundo, certas informações a terão com respeito a outras informações. Chamamos a essa informação sobre a informação, "meta-informação".

Definida por seu caráter relacional, nada impede, porém, que seja "fixada" como "prescritiva" ou como "entitativa". É que sob o fundo relacional da informação as estratégias hegemônicas traçam linhas preferenciais, comutações sem alternativas, enfim, traçam sobre a polissemia relacional do campo informativo, linhas privilegiadas de valor e relevância.

De fato, para cada situação de comunicação, para cada ação intersubjetiva de discurso, num momento, sempre será traçada uma linha de relevância e valores específicos de sentido.

O próprio das lógicas privilegiadoras da hegemonia, é que impõem, como universais ou coletivos, julgamentos parciais e interessados de relevância.

CAPÍTULO II - A Concepção Identitária do Ser Social e a Elaboração do Modelo de Sociedade Civil. A Comunicação como Procedimento de Inclusão

1. A Sociedade: Construção do Imaginário Moderno

Se o "paradigma do conhecimento objetivo" e sua efetuação através de "padrões de formação dos conhecimentos", garantem o predomínio de um único ritmo civilizatório, a concepção "identitária" do social justifica as operações de expansão inclusiva da sociedade moderna ocidental sobre toda outra forma cultural, econômica e política de mundividência e organização⁽¹⁾.

A "sociedade" foi assim, por muito tempo, o limite de possibilidade da realização individual e, por outro lado, a limitação daquela pela forma predominante mercantil-capitalista, como força de organização das formas humanas de realização.

Com efeito, os últimos acontecimentos⁽²⁾, que pareciam fortalecer, no cenário internacional, a força civilizatória da matriz capitalista da sociedade moderna ocidental, justificariam trazer à tona alguns aspectos dos paradigmas sócio-políticos que se desenvolvem no interior daquelas experiências históricas. Referimo-nos, concretamente, agora, aos "vai-vens" entre o paradigma da

representação e sua formulação liberal e o paradigma participativo e as formulações de uma democracia radical.

De fato, o próprio conceito de "sócio-político" só é possível nesse contexto da modernidade, onde o social se dissocia do político ao mesmo tempo que lhe corresponde, de modo que um (o político) responde às condições que lhe foram colocadas pelo outro (o social).

Procura-se reconstruir alguns dos "movimentos" dessa lógica de produção identitária do social, enquanto perpassa as figuras da "representação"⁽³⁾ e da participação⁽⁴⁾, e vão além das oposições entre comunicação direta e indireta⁽⁵⁾, entre "lexis" (conversação) e escrita.

A sociabilidade que se expressa na "sociedade civil" surge tanto de um movimento de associação como de dissociação⁽⁶⁾.

Primeiro, aconteceria a dissociação do indivíduo do político, como potência formadora não totalmente subsumida nos "estamentos" jurídicos das "ordens" medievais. É pela constituição, a seguir, de um "coletivo de pessoas privadas"⁽⁷⁾, que será possível uma nova dissociação, entre o social e o político, num movimento, ao mesmo tempo, diferenciador e contrutor. A sociedade civil constituir-se-ia, em consequência, como resultado daquela

fratura entre a "ordem política" e a "civitas dei", que permitiu a irrupção do indivíduo como "potência":

"Por direito natural entendo, então, as próprias leis naturais ou as regras conforme as quais todas as coisas se sucedem, ou seja, a potência da natureza nela mesma. Por isso, o direito de toda a natureza, e de cada um dos indivíduos, coincide com sua potência. Tudo o que cada um faz de acordo com as leis de sua natureza, concorda com o supremo direito natural: têm tanto direito natural quanto vale sua potência."⁽⁸⁾

O Estado não é já uma unidade existente por si mesma, mas é uma unidade resultante da agregação de partes individuais: o conjunto resulta, em princípio, de uma operação de "soma" ou "composição". Para Hobbes:

"Como ocorre com o relógio... ou com outra máquina enquanto complexa, não é possível saber qual é a função de cada uma das partes, e de cada uma das rodinhas, senão é desmontado ele todo, estudando-se, parte por parte, a matéria, a forma, e o movimento dos elementos. Do mesmo modo, quando se investiga o direito do Estado e os deveres dos cidadãos, é necessário, não já dissolver o Estado, senão considerá-lo como se estivesse desmontado; ou seja, é preciso entender bem a natureza humana, em que aspectos é capaz de compor um Estado ou é refratária a isso, e de que maneira os homens, quando querem unir-se, devem combinar-se entre si."⁽⁹⁾

O problema será, agora, porque e como a parte, isolada e "soberana", dotada de "potência", passa ao todo social?

Na concepção iusnaturalista, a sociedade civil reúne duas dimensões. Como "societas civium", é um "tecido conectivo geral de relações entre os homens", pois, enquanto "homem", todos e cada um são membros de uma "societas humani generis"⁽¹⁰⁾. Como "societas politica", trata-se de uma forma organizativa que mantém a "coesão dos sujeitos sociais" dentro de relações estáveis de poder⁽¹¹⁾.

É como "societas politica" que a "societas civium", instável e precária, torna-se uma figura permanente de ordenação das relações entre indivíduos.

Nesse sentido, dentro do iusnaturalismo, o Estado continuaria sendo o momento da totalidade, ainda que, agora, resultante de uma agregação de elementos e portador, já, das prerrogativas do Estado Moderno, árbitro de justiça e monopólio da força, princípio de coerção.

"Poder-se-ia objetar que a concepção predominante na escola do direito natural considera necessários à constituição do Estado não somente um, mas dois contratos distintos: o primeiro, recolhendo os elementos individuais e dispersos da multitudo na universitas de um povo, dá lugar a societas e, por isso, é chamado de "pactum societatis"; o segundo, chamado de pactum

subiectionis, já que institui o poder comum e, com ele, a relação de subordinação dos governados aos governantes, dá lugar ao Estado." (12)

De fato, a sociedade civil gestaria-se entre um imaginário idealizador de uma "societas" do gênero humano e uma construção histórica do "terceiro Estado", servindo o momento da universalização como princípio de legitimação e de extensão de modos preferenciais de ação e interação, e de novos interesses. Com efeito, antes de generalizar-se como "societas humani generis", trata-se do modo de ser "sociável" do "Terceiro Estado", configuração da burguesia, que diferencia, assim, uma esfera de "cultura urbana" em oposição à "Corte" e ao "Campo" (13):

"Não se trata de um conceito nacional... senão, propriamente, só um conceito do terceiro Estado... Os príncipes têm a Corte... Para os camponeses e os pequenos burgueses estão as pousadas e hospedagens de todo tipo, nas quais se reúnem, mas não a sociedade. Pelo contrário, o "terceiro Estado", por si só ou acompanhado pela nobreza do interior... é sociável e sua sociedade tem se convertido em fonte e expressão ao mesmo tempo, de juízos e tendências comuns."

Da formação comum de pontos de vista, chega-se a uma opinião que tem força política, como "opinião pública":

"Se vem formando nela uma visão geral, de maneira que a opinião da sociedade se converte em opinião pública e chega a ser uma potência social e política." (14)

A igualdade de todos os participantes ou "sócios" seria, assim, em sua primeira versão, a expressão tautológica da paridade dos membros do coletivo burguês na formação incipiente do novo Estado Nacional, sob novas relações de poder.

Trata-se de indagar um pouco mais acerca dessa unidade ainda simbiótica com o Estado, que seria a sociedade civil. Conforme já destacado, é necessário entender sob quais condições o indivíduo passa a integrar um novo todo que não resultaria de uma estrutura ontológica ou de um plano onto-teológico originário, mas que constituiria-se, a posteriori, a partir de determinadas possibilidades e atributos desse mesmo indivíduo.

Como a "multidão", a soma, pode dar lugar a um ser coletivo? O que permite a constituição e a expressão dessa totalidade como agente legítimo de decisão política e de coordenação da ação?

A natureza e o princípio regulador dessa nova unidade se esboçarão no conceito de "soberania".

Na concepção liberal, cada indivíduo possui a plenitude da vontade, de forma independente e anterior a toda agregação das potências e dos projetos particulares, num "projeto comum". O "indivíduo" tem, assim, o caráter

de plenitude e a "a-temporalidade" de uma entidade metafísica. (15)

Na concepção "democrática", o todo se constitui sob a figura do povo, dotado de uma "vontade geral" indivisível. Coloca-se uma intensa demanda ética e política sobre o indivíduo, que deve encontrar no interior de si, enquanto portador da natureza humana, um princípio de "dignidade" (o "amor de si" em oposição ao egótico "amor próprio"), sobre o qual se fundaria um querer solidário e uma mobilização permanente da vontade no exercício em ato da soberania, como vontade política.

2. A Construção do Social entre o "Indivíduo Potência" e o Estado Constitucional. Liberalismo e Democracia

O princípio democrático de constituição da identidade coletiva, como ato autônomo e soberano, funda-se, a partir de Rousseau, na "participação igual de todos na auto-legislação".

"Afirmo, pois, que a soberania, não sendo senão o exercício da vontade geral, jamais pode alienar-se, e que o soberano, que nada é senão um ser coletivo, só pode ser representado por ele mesmo. O poder pode transmitir-se, não, porém, a vontade." (16)

Kant, na Doutrina do Direito, comenta:

"O poder legislador pode caber apenas à vontade conjunta do povo. Pois, visto que todo direito tem de emanar dele, é preciso que ele não possa cometer injustiça para com este, porém jamais no caso em que delibera sobre si mesmo, (pois volenti non fit iniuria)."(17)

Trata-se de uma proposta de formação coletiva da vontade que elimina o princípio da representação. Diferenciam-se os atos de soberania, onde a vontade geral, formalmente universal, se aplica sobre ela mesma, na forma da lei: único objeto da vontade que, por ser "formal" (princípio de alcance universal), ocupa sem segmentações toda a extensão da vontade, e os atos de governo, que são função do executivo - sendo que o governo intermedeia os atos de soberania entre a vontade geral e os sujeitos empíricos.(18)

O ato de soberania é legítimo, pois tem como base o Contrato Social e sua universalidade formal racional; é equitativo, pois é comum a todos; é útil, pois tem como objeto o "bem geral", e é sólido, pois tem como "fiador" a "força pública" e o "poder supremo" - agrega à legitimidade a potência.(19)

O ato soberano de autolegislação, que seria "o exercício conforme as normas da própria soberania popular" (conforme destaca Habermas), "assegura, ao mesmo tempo, os

direitos humanos"(20). Já que a vontade geral só pode ter um objeto de sua mesma natureza e extensão, ou seja, universal, fica excluída de sua esfera todo interesse que seja particular, parcial. Antecipando o princípio Kantiano, a forma racional do ato de soberania, estrutura universal da autolegislação, condição de sua autonomia, é, assim, ao mesmo tempo um princípio de defesa dos direitos humanos frente a toda forma de exclusão - sem necessidade de recurso a uma "natureza humana".

Daí que a estrutura racional, que assegura a autonomia da vontade, garante a universalidade do interesse:

"O que existe de comum nesses vários interesses forma o liame social e, se não houvesse um ponto em que todos os interesses concordassem, nenhuma sociedade poderia existir."(21)

Existem limites à "universalização" do interesse, figura equivalente a "mão invisível" de Adam Smith na esfera econômica, traduzida na esfera política.

Por um lado, a demanda de um processo de "catarsis", pela qual a "pessoa pública" transforma-se em "pessoa moral":

"Cada um de nós põe em comum sua pessoa e todo o seu poder sob a direção suprema da vontade geral, e

recebemos, enquanto corpo, cada membro como parte individual do todo." (22)

Por outro lado, o problema da relação entre qualidade/quantidade na esfera da participação:

"Imediatamente, esse ato de associação produz, em lugar da pessoa particular de cada contratante, um corpo moral e coletivo, composto de tantos membros quantos votos da assembléia, e que, por esse mesmo ato, ganha sua unidade, seu eu comum, sua vida e sua vontade." (23)

O conteúdo do pacto modifica-se entre o liberalismo totalitário de Hobbes, o constitucionalismo de Locke e a Democracia Rousseauiana. Em Hobbes, no pacto, são alienados os direitos naturais, e a liberdade dos indivíduos é "recolhida" pela autoridade externa ao pacto, o governo. Em Locke, as normas contratuais são a legalização do direito natural, e o governo recebe os poderes por delegação. Em Rosseau, o conteúdo do pacto implica uma transformação da natureza humana (nesse sentido, antecipando-se à categoria gramsciana de "catarsis"): o pacto, ato de soberania coletiva, cria uma nova natureza humana. Isto sobrecarrega o sujeito político da democracia Rosseauniana com uma pesada responsabilidade ética. (24)

Como condição de realização dessas demandas de moralização da esfera política, se estabelece a necessidade de uma relação entre o quadro normativo de uma formação cultural, prévio ao ato legislativo, e o conteúdo das leis instituídas.

"... quanto menos relação tenham as vontades particulares com a vontade geral, ou seja, os costumes com as leis, mais deve aumentar a força da repressão." (25)

Com efeito, se o ato de soberania assenta-se nas possibilidades existenciais do homem - agente da razão prática - nada leva de modo necessário da "condição de possibilidade" à sua realização num ato histórico - como agir político concreto de coletivos reais.

A condição da participação não resolve a realização da participação enquanto presença, ação, comunicação. É necessário para que isso ocorra, conforme Rosseau, que um "consenso normativo" anterior, um "ethos" comunitário baseado na tradição, não necessariamente tematizado, algo assim como uma "cultura política", garanta o elo substantivo em que se assente o elo "transcendental" (a priori) do ato de soberania.

Não existem, para Rosseau, mediações que preparem uma "base" para esse ato universal da soberania popular: seja como soma de "ações pedagógicas" ou como formação de

coletivos locais ou categoriais. As associações intermediárias são princípios de desagregação, tem um efeito oposto ao ato de soberania.

Citaremos o autor a seguir:

"Se, quando o povo suficientemente informado delibera, não tivessem os cidadãos qualquer comunicação entre si, do grande número de pequenas diferenças resultaria sempre a vontade geral e a deliberação seria sempre boa. Mas quando se estabelecem facções, associações parciais a expensas da grande, a vontade de cada um dessas associações torna-se geral em relação a seus membros e particular em relação ao Estado..."⁽²⁶⁾

O problema do liberalismo será justificar uma síntese "a posteriori", capaz de obter equilíbrio da pluralidade de interesses, a partir da concepção monádica do indivíduo dotado de soberania.

O princípio de legitimação dependerá dos mecanismos de generalização das vontades individuais. Tratando-se, porém, de mecanismos externos, empíricos, se tornarão mecanismos quantitativos de agregação, tais como os exercidos através do sistema eleitoral, do "voto", e que têm o critério somativo, da "maioria", como "gerador de síntese". O "interesse comum" resultaria dessa alquimia matemática.

Um problema, porém, fica sem solução: a correção normativa das leis que surgem da maioria, enquanto totalização resultante de critérios formais-quantitativos, que não tem referência em nenhum princípio de valor.

"O sentido normativo da validade de leis que merecem consentimento geral não se deixam explicar com base em qualidades lógico-semânticos de leis abstrato-gerais. (...) Leis exigem o assentimento fundamentado de todos. O legislador democrático, porém, delibera com maioria.

Para que sejam conciliável, é necessário que a regra da maioria conserve uma referência interna à busca da verdade."⁽²⁷⁾

A idealização de uma esfera pública discursiva desdobra no contexto político o papel crítico-emancipatório do uso público da razão.

"O discurso público tem de fazer a mediação entre a razão e a vontade, entre a formação da opinião de todos e a formação da vontade majoritária dos representantes do povo."⁽²⁸⁾

Mas é de sua função epistêmica que advém sua função política. O uso público da razão pretende reduzir uma distância que passa a ser tratada como "histórica": aquela que se situa entre a universalidade virtual do "sujeito epistêmico" e o universal empírico do coletivo dos indivíduos, enquanto temporalização da fala e da experiência.

Buscando redefinir os novos coletivos da moderna sociedade burguesa, liberalismo e democracia procurarão reformular o princípio de soberania alternando os princípios de representação e participação.

Num dos extremos, o da participação, o povo governa ao povo sem mediações: absoluta autonomia de um coletivo orgânico, fusão das potências individuais num "eu comum" - a vontade geral, e não a renúncia da soberania individual numa "pessoa simbólica" -, mantendo-se, desse modo, o princípio da indivisibilidade da soberania. (29)

No outro extremo, o das formulações liberais do princípio de representação, pretende-se a construção do coletivo por agregação somatória das pessoas privadas, sendo possível toda operação de sínteses conforme o critério aritmético da "maioria". Nada, porém, justifica o "elo", o princípio da reunião da multiplicidade na unidade. A figura da representação deverá passar por uma operação de substituição, onde a pluralidade e as diferenças representadas abdicam de suas próprias identidades, anulando-se para transmutarem-se na identidade de um "soberano-Leviathan", que reúne as plurais potências em sua unidade. Com efeito, no próprio conceito liberal de "representação" - enquanto forma de nominalismo político -, poderia encerrar-se a figura totalitária de uma vontade absoluta. O representar do representante anularia os traços particulares do

representado, para ter maior capacidade de inclusão e substituição.(30)

O máximo de representação seria a figura de um Império, como o Romano (sendo o representado uma pluralidade de "corpos" sociais da maior abrangência e extensão), mas com a mínima preservação de identidade. (31)

Por trás das dificuldades de reformular o princípio de soberania, estaria, como condição da modernidade, a busca de preservação de dois valores em tensão: liberdade e igualdade. Segundo Habermas, Froebel indicaria um novo caminho de saída: abdicar "de uma leitura concretizante do princípio de soberania popular"(32), colocando uma "distância" entre a "razão prática" e a "vontade geral":

"Ao contrário do que fizera Rousseau com a mera forma de lei universal, Froebel não implanta a razão prática na vontade soberana de um coletivo, mas a apóia num procedimento de formação de opinião e de vontade que estabelece quando uma vontade política, que não é idêntica a razão, tem a seu lado a suposição da razão."(33)

Essa "distância" permite preservar o uso crítico da razão, e gera-se através de procedimentos de persuassão e comunicação argumentativa.

"O estabelecimento majoritário de uma vontade unitária só é

conciliável com 'o princípio da igual validade da vontade de todos' se ligado ao princípio de 'afastar o erro pela via da persuassão' e este princípio pode afirmar-se contra as maiorias tirânicas apenas em discursos públicos." (34)

A possibilidade do erro é, porém, a expressão da contingência na formação coletiva da vontade? É na esfera de uma gnoseologia política onde resolver-se-iam as tensões entre igualdade/liberdade, representação/participação?

3. Hegel e as Aporias da Sociedade Burguesa: a identidade absoluta frente às segmentações constitucionais do social

As tensões entre o princípio individual e a pretensa universalidade formal da totalidade política - o Estado jurídico-constitucional - resultam das dificuldades das modernas sociedades em construir e legitimar novas formas coletivas a partir do princípio que lhe permitiu a superação da velha ordem: o indivíduo-potência, a iniciativa privada.

De fato, para lidar com a imprevisibilidade da ação livre individual, por trás da "mão invisível" de Adam Smith, o "social" realizar-se-ia por processos de "socialização" homogeneizadora, dirigidos à redução da diversidade pela imposição de padrões comportamentais e a

regulamentação dos espaços institucionais por modelos funcionais⁽³⁵⁾.

O Estado Hegeliano, figura de reunião ético-política de todas as segmentações e conflitos, e a comunidade intermonádica de Husserl, que desloca a totalidade normativa a um plano transcendental, na diversidade de suas soluções, podem, quiçá, mostrar melhor a oscilação daqueles princípios primários da modernidade em seus próprios contextos de geração.

Hegel, dentro das particularidades da situação alemã⁽³⁶⁾ é um dos primeiros a colocar em manifesto as aporias da moderna sociedade burguesa ao pretender unificar o Estado jurídico-formal, cuja própria estrutura "ontológica" implicaria um princípio racional universal, e uma sociedade civil desorganizada⁽³⁷⁾: a igualdade formal e abstrata do "contrato" político não poderia expressar, sem mais, as particularidades e desigualdades substantivas, empíricas, dos membros das novas sociedades burguesas.

"Que todos, particularmente, devem tomar parte na discussão e na resolução sobre os assuntos gerais do Estado, dado que todos são membros do Estado e os assuntos do Estado são assuntos de todos, acerca dos quais eles têm o direito de estar presentes com seu saber e querer - que intenta colocar o elemento democrático sem nenhuma forma racional no organismo do Estado, no qual só existe mediante a tal forma - são afirmações fáceis de

se apresentar, pois detem-se na determinação abstrata de ser membro do Estado, e porque o pensamento superficial mantém-se nas abstrações." (38)

Para Hegel, o próprio conceito de cidadania não poderia preceder ao de Estado, pois o ser cidadão implica a participação numa identidade coletiva de pessoas privadas no plano justamente político - e não "cultural" ou "social". Como o indivíduo, átomo pré-político, poderia fundar o Estado e tornar-se manifestação de uma vontade racional universal na esfera política? A racionalidade política só poderia ter uma índole transindividual, e o coletivo das pessoas privadas - a sociedade civil burguesa - seria um momento tanto a ser afirmado como a ser negado, para a realização "objetiva" de uma totalidade política com a marca da universalidade.

Nessa direção seria realizada a crítica à concepção Rousseauiana, ainda que Rousseau pretenda preservar o princípio indivisível da soberania, através da relação do povo com ele mesmo. No ato soberano da autolegislação, realiza-se uma relação do todo com o todo, gerando-se, como uma "segunda natureza", uma totalidade orgânica, o "eu comum" da vontade geral.

No ponto de partida da formação do coletivo, o que se mostra, porém, é a "multidão", os "muitos" ("adiaphoron"), o "vulgus": universalidade empírica que não poderia receber "a expressão completamente determinada

de 'todos'".(39) Segmentada por particularidades de toda ordem, a sociedade civil burguesa é mais a figura de uma "comunidade desorganizada"(40) que o assento possível de um "interesse geral".

Já antes de Marx, Hegel dissocia a sociedade civil do Estado, abandonando os princípios iusnaturalistas, que tendem a reduzir as relações sociais a relações jurídicas (propriedade e contrato) e a colocar no seio da sociedade civil relações econômicas.(41)

Criação do mundo moderno, a sociedade civil constitui-se em uma nova figura do sistema das carências, de modo que estas já não podem ser satisfeitas na esfera do oikós - a unidade doméstica de sobrevivência -, mas requerem, por seu desenvolvimento e para sua satisfação, a divisão social do trabalho.

Na sociedade civil burguesa, por um lado, expressam-se os fins particulares, as formas subjetivas do desejo e todas as "contingências" (das disposições individuais, da fortuna, da família)(42), mas, por outro lado, "estabelece-se um sistema de dependência unilateral" pelo qual a subsistência de cada um fica entrelaçada à subsistência do outro. A ordem jurídico-institucional e as formas modernas de divisão e organização do trabalho "universalizam", assim, de maneira não conscientizada, as relações de uma sociedade civil que, em função de seus

conflitos, nunca poderia alcançar uma totalização: o necessário e o contingente se misturam e impedem o momento da libertação.

"A sociedade civil burguesa oferece-nos, nestas oposições e no seu entrelaçamento, tanto o espetáculo do luxo como o da miséria e da corrupção física e ética comuns a cada um desses estados."⁽⁴³⁾

Ao mesmo tempo que permite o desdobramento em sua diversidade e "conflitualidade" dos fins egóticos do "indivíduo possessivo", o sistema moderno das relações econômicas leva à socialização cada vez maior da esfera da produção, que deveria, em princípio, atender a uma definição histórica de um sistema de carências:

"É pelo fato de ter de regular a minha conduta em função do outro que entra aqui a forma da universalidade. Adquiro junto dos outros os meios da satisfação, e, de acordo com isto, tenho de aceitar o parecer deles. Mas, ao mesmo tempo, sou obrigado a fornecer os meios para a satisfação dos outros. Há pois um jogo de um no outro e uma conexão de um e do outro. Tudo o que pode haver de particular torna-se neste sentido qualquer coisa de social."⁽⁴⁴⁾

A sociedade civil hegeliana está composta, assim, por dois momentos: o sistema das carências (o "tecido social" das relações econômicas), que é um momento inicial de particularidades e conflitos, e o momento das instituições que o regulamentam: a esfera jurídico-

administrativa e a esfera das associações intermediárias de caráter corporativo⁽⁴⁵⁾. É este segundo momento o que prepara o advento do Estado. É também nesse segundo momento que Gramsci situa seu próprio conceito de Sociedade Civil.⁽⁴⁶⁾

A divisão do trabalho dar-se-ia também na formação (bildung) prática e teórica. À "formação prática" corresponde uma "habilidade" ou "competência" que permite projetar fins e modelos (pré-supostos) em sua esfera de objetos: é a "bildung" do trabalhador.

"... é hábil o trabalhador que produz a coisa tal como ela é suposta ser e que não encontra na sua atividade subjetiva nada de rebelde ao fim prosseguido."⁽⁴⁷⁾

A "formação teórica" é aquela que permite lidar com "a multiplicidade das determinações e dos objetos correspondentes a um interesse", permitindo não só a diversidade de representações e conhecimentos, mas a "passagem" de uma representação a outra, pela apreensão de relações universais. É no exercício da "bildung" teórica que está o trabalho da cultura - "duro trabalho contra a simples subjetividade"⁽⁴⁸⁾.

"A cultura é, portanto, o processo de aplanamento da particularidade que faz com que ela se comporte de acordo com a natureza da coisa de que se ocupa."

E se na esfera política trata-se de elevar a particularidade à universalidade, não se trata, então, de um movimento somativo das particularidades reunindo, por algum critério quantitativo (a maioria), a agregação de partes que expressam interesses desagregados. A representação não pode fundar-se num procedimento atomístico de delegação: na base da representação dever-se-ão colocar princípios "vinculantes", como a habilidade que permite uma realização substantiva no seio de uma corporação.

Representar não é substituir uma coisa por outra, mas manifestar o que tem de específico em uma esfera de interesses e de atividade:

"O representar (das Repräsentieren) não mais adquire assim, o significado de que alguém está no lugar de um outro, mas o próprio interesse está efetivamente presente no seu representante (Repräsentant), assim como o representante está lá pelo seu próprio elemento objetivo." (49)

Nos círculos de solidariedade parcial, baseados num interesse e uma habilidade, é que se manifesta aquilo que alguns chamariam, muito posteriormente⁽⁵⁰⁾, de "opiniões responsáveis":

"O indivíduo alcança sua determinação real e vivente para o universal, primeiro, na esfera de sua corporação, de sua comunidade, etc., onde é livre de entrar mediante sua habilidade naquela para qual tem aptidões..." (51)

A câmara parlamentar - distanciando-se do constitucionalismo puro - seguiria o princípio da representação diferenciada dos interesses e das circunstâncias plurais:

"Se os deputados são considerados representantes, isto tem um significado orgânico racional só quando se compreende que não são representantes dos indivíduos nem de uma multidão, mas representantes de uma das esferas essenciais da sociedade, representantes de seus grandes interesses." (52)

Hegel usa uma possibilidade da língua alemã que diferencia a "Repräsentation" da "Vertretung" - presença, por exemplo, de porta-vozes, dos interesses particulares nas assembleias eleitas. (53)

O político se constitui, assim, não a partir de "átomos" nem de massas: mas mediado pelo social, enquanto organizado por suas associações intermediárias:

"... no elemento de classe (stand) do poder legislativo, a classe das pessoas privadas (privatstand) alcança uma importância e uma atividade política, a mesma não pode apresentar-se a partir desse momento, nem como uma simples massa inorgânica, nem como uma multidão desmembrada em seus átomos, senão como aquilo que já é, a saber, enquanto está diferenciada em uma classe, que se basa numa relação substancial, em uma classe fundada sobre suas próprias necessidades e sobre o trabalho que as une. Somente nestas perspectivas, o elemento que no Estado representa o particular,

estava vinculado, realmente, ao Universal."⁽⁵⁵⁾

Por isso, as teorias liberais da representação, que partem de uma visão atomística da individualidade, levariam à despolitização e ao esvaziamento da própria representação:

"A representação que dissolve novamente as comunidades já presentes nesses círculos através das quais eles ascendem ao político, em uma multitude de indivíduos, mantém, justamente por isso, separadas uma da outra a vida civil e a vida política, e coloca esta, poderíamos dizer, no ar; isso ocorre porque sua base deve ser só a individualidade abstrata do arbítrio e da opinião e, portanto, a situa no acidental, e não em uma base firme em si e por si legítima."⁽⁵⁶⁾

Na sociedade, assim, aparece como "fenômeno" (universal concreto), o que no Estado é "essência" (universal objetivo); assim, o Estado é o "fundamento verdadeiro da sociedade civil, mas a sociedade civil é sua mediação necessária, como particularidade que, sendo desdobrada, permite ao universal sair de sua abstração. Trata-se de um processo de mediação recíproca, onde, se a sociedade é o momento da negatividade e o Estado o momento afirmativo e pleno, a realização da figura moderna da política requer a articulação entre o Estado e a sociedade civil.

A cidadania política pressupõe uma posição social no seio de relações e de determinações funcionais, mas não é a mera derivação de algo totalmente definido pelo lugar social de cada um (o "stand"); pelo contrário, é a igualdade abstrata da cidadania proporcionada pela natureza jurídico-formal do Estado, que permite outorgar um ser político idêntico a cada um.

"A igualdade política dos cidadãos, porém, tem origem na desigualdade social dos 'burgueses', ou, pelo menos, na sua diferenciação. Em outras palavras, não é como indivíduo abstrato, isto é, como átomo jurídico ou pessoa privada que adquiro um estatuto político, mas quanto ao enraizamento concreto e particular que encontro no pertencimento a um 'estado' (stand)."(57)

E se o Estado é a figura final da totalidade política, ainda que articulado com as diversidades da sociedade civil, a nova unidade não se forma no interior da comunicação onde são expressas as opiniões.

"En la opinión pública esta abierta la vía para cada uno manifestar y hacer valer la opinión subjetiva acerca de lo general."(58)

Como manifestação da liberdade formal e subjetiva ela é um momento da mediação que, como momento, tende a uma ponte entre o particular e o diverso, entre o universal e o essencial:

"O universal em si e por si, o substancial e o verdadeiro, está

ligado com seu contrário, com o que é característica e particularidade da opinião de muitos (59); esse estado é, consequência, a atual contradição com ele mesmo, o conhecimento como aparência, a essencialidade como o inessencial." (60)

Se a sociedade civil é o "locus" onde a opinião pública se forma e se manifesta, ela não é uma esfera idealizada de crítica ou uma esfera combativa de oposição (61); ela é a esfera contraditória onde são expressas as diversidades e os antagonismos, não sendo possível a formulação de uma síntese em sua interioridade.

"A opinião pública merece tanto ser estimada como ser depreciada por sua concreta consciência e expressão; estimada por sua base essencial a qual, ainda que obscurecida, só aparece em aquela positividade. Dado que ainda não têm em si a norma da diferenciação, nem a aptidão de elevar em si, a saber determinado, o momento substancial; sua independência é a primeira condição formal para algo grande e racional (na realidade ou na ciência)." (62)

4. Gramsci, a Sociedade Civil, a Hegemonia

No Iluminismo, a "dialética" sujeito-sociedade fora resolvida a favor de um sujeito ativo, agente de iniciativa política, econômica e moral, cidadão e legislador, enfim, indivíduo racional capaz de subordinar a ação ao pensamento. O ator sócio-político do capitalismo emergente constituirá novas unidades coletivas, representáveis sob a figura especial da "agregação", como um "coletivo de pessoas privadas".

A partir do século XIX, porém, observa-se a reversão daquelas versões iluministas e liberais da ação humana com ênfase no individual. A sociedade, o modo de produção, o organismo social, são agora uma realidade objetiva, à qual fica subordinada o sujeito individual.

Mudaram, ao mesmo tempo, as premissas metodológicas e os modelos epistemológicos do Iluminismo. Se a verdade encontrava-se antes num "conhecimento puro", isento dos elementos particularizadores do contexto histórico e cultural, ou seja, de alcance universal, agora a verdade só pode ser encontrada nos domínios particulares e empíricos dos "fatos" sociais. A verdade só se manifesta no social, porém às custas da naturalização desse domínio, onde o sujeito perde toda autonomia, e os indivíduos ficam subordinados a mecanismos de integração ou as leis determinísticas da economia.

"O homo sociológico (Dahrendorf) ... é essencialmente amoral, isto é, desprovido de princípios reguladores de sua ação, mero ponto de confluência e convergência de papéis sociais moldados e pré-estruturados coletivamente por uma instância fora e independente dele: a sociedade. (...) O homo sociologicus, tutelado (entniudigt), expropriado de sua vontade legisladora, só se concretiza em instituições especializadas que pensam e falam por ele: parlamentos, congressos, tribunas, etc. Na discussão sociológica a questão da moralidade foi substituída pela questão do direito." (63)

As críticas ao Iluminismo daqueles teóricos que dão um caráter determinante ao social sucumbiriam, porém, ao peso de suas próprias teses normativas. Marx ilustra esse limite "epistemológico" do positivismo social.

Na crítica marxista, o saber social acerca das ações humanas carece de toda transparência, fica excluído da esfera racional do conhecimento objetivo. Longe de manifestar-se como "conhecimento puro", pela eliminação de premissas históricas e contextualizadoras, o saber social pode-se deparar com sua verdade somente quando forma parte do tecido da história. O conhecimento do social é empírico e é prático, pois só o agir oferece o "locus" histórico onde o pensar se realiza enquanto social; agir que dá sentido ao pensar e conteúdo ao pensado.

Assim, à verdade "pura", ancorada no "sujeito racional universal", tão bem apresentada por Kant, Marx opõe uma "verdade proletária", novo lugar privilegiado da consciência, onde a história e a experiência perdem de novo sua contingência, e o princípio da "transparência" do sujeito se reconstitui na tese da "inteligibilidade" do social. (64)

Nesse quadro, Gramsci tem uma posição significativa na elaboração de novos modelos de ação coletiva, por reagir tanto aos modelos liberais e iluministas, quanto às teses positivistas e economicistas de compreensão do social. Usa para isso, instrumentos teórico-conceituais e "argumentos contextuais", obtidos da experiência de uma Itália que não se integrara totalmente aos "tempos modernos", numa Europa urbana e industrial. Daí "Machiavel" (65), seu estudo acerca da "fundação do Estado Moderno", poder significar, além de uma reflexão ancorada na figura antropomórfica do "príncipe moderno", a busca de superação de uma sociedade pré-moderna ou da modernização parcial, conservadora, por meio de uma "modernização radical", o que ele denomina "uma forma total e superior de civilização moderna".

Se Hegel mostrava as contradições entre a ordem jurídica abstrata e seu princípio formal de igualdade, e o plano empírico onde primam os conflitos e as desigualdades sociais, Gramsci preocupa-se com outros constrangimentos

da ação política: aqueles que resultam de um pensamento identitário do social e impedem o reconhecimento, nas areias contingentes do político, da construção contextualizada de atores coletivos.

A estagnação dos processos civilizatórios nos quais, modernamente, Gramsci acredita não se poderia superar apenas pela mudança jurídico-política de relações definidas pelo modo de produção. A mudança teria que ocorrer como "reforma intelectual e moral" nos tecidos cotidianos das relações sociais. Mais que a posição relativa dos atores antagônicos que polarizam o campo político, têm que ser mudados os padrões formativos, culturais e sociais que definem as relações sociais.

Por isso, aliás, o foco das indagações não é tanto o "julgamento" ou a "escolha política", tal como os mecanismos de representação e participação, quanto o seria a constituição de identidades coletivas e os processos dessa formação. Gramsci estuda, pois, esses processos, assim como o "Ressurgimento" e a "revolução passiva", o modelo jacobino e o protótipo da revolução burguesa, etc.

Num dos principais momentos de seu pensamento, Gramsci, ao mesmo tempo em que reconhece a expansão da função cognitivo-comunicacional na nova fase do capitalismo organizado, coloca essa função (manifesta na Ciência, na técnica, na educação, na imprensa) no centro

de uma função hegemônica, no contexto das relações de poder.

A "questão dos intelectuais", que era uma questão emergente já nas primeiras décadas do século XX, não pode transformar-se na pergunta pelo "ator protagônico" da mudança social. Os intelectuais têm um papel fundamental no novo cenário sócio-político, mas no contexto de suas relações com outros atores sociais.

Naquele momento, algumas correntes outorgaram um papel protagônico a uma "elite" política que teria como função a direção das massas. Às teses da "classe política", como minoria organizada e organizadora, de Mosca, juntavam-se as teses da "elite", de Pareto. Conforme as críticas de Gramsci⁽⁶⁶⁾,

"A pretensa 'classe política' de Mosca não é senão a categoria de intelectuais do grupo dominante: o conceito de classe política de Mosca deve ser vinculado ao conceito de elite, própria de Pareto, que não passa de uma tentativa diferente para interpretar o fenômeno histórico dos intelectuais e de sua função na vida política e social."

Do ponto de vista histórico, as "teorias das elites" responderiam a uma reformulação conservadora do liberalismo que, frente ao avanço real dos trabalhadores nos parlamentos europeus, empreendia um retrocesso em suas estratégias de ampliação das bases de representação, e iniciara a crítica as "democracias de massas".

Outros acontecimentos, entre a I e a II Guerra Mundial, apontavam as mudanças do conhecimento/informação na sociedade industrial contemporânea.

A partir da década de 20, as atividades técnicas e administrativas que fazem do conhecimento e da informação seu objeto específico, experimentam um crescimento geral e em grande escala, permanecendo, porém, atreladas à curva de expansão das atividades industriais, das quais são subsidiárias. Na década de 30, organismos internacionais do trabalho criam comissões para discutir o novo estatuto da categoria dos "trabalhadores intelectuais"⁽⁶⁷⁾.

A multiplicação das funções "intelectuais", técnicas e administrativas, aconteceria aos poucos em todos os contextos da atividade social (indústria, serviços, áreas do governo) e levaria a diferenciação de novos grupos ocupacionais.

Não seria Gramsci, assim, o único a ocupar-se destes temas, que deram lugar, na primeira metade do século, às novas abordagens da sociologia da ciência e a outros estudos políticos e técnicos sobre o papel dos intelectuais, das profissões, da ciência e da tecnologia.

Por seu alcance e relevância, o novo estatuto do conhecimento pode ser tratado como problema político.

Questão que poderia desdobrar-se em um problema de "gnoseologia política" (conhecimento da relação entre o saber e a ação social) e em um problema da "política do conhecimento" (simplificadamente, problema da relação entre os "especialistas" e a sociedade).

Até onde, porém, é legítimo e possível levantar uma "questão política"? Quando as esferas da ação coletiva e os modos da relação social estão definidos "a priori", seja pela "Divina Providência", seja pela "Natureza Humana" ou seja pelo determinismo econômico, careceria de sentido todo questionamento político ou acerca da "política". Só quando as formas de organização do vínculo social são relativas ao querer e ao saber dos homens, cabe a pergunta pelos modos do "julgar" e do "escolher", na mais ampla extensão de um agir coletivo.

De fato, no espaço cultural italiano, onde as expressões neopositivistas são "ideologias importadas", a crítica de Gramsci dirige-se ao mesmo tempo ao pensamento tradicional e ao moderno, enquanto partem de uma concepção "a priorística" do homem e da sociedade, e pretendem derivar de alguma premissa fixa e imutável o devir histórico do social.

Para Gramsci, se por um lado, o passado se consolida no instituído (estrutura, base, modo de produção), por outros os agentes sociais tecem tramas

imprevisíveis, entremeadas de possibilidades e desejos, condicionamento e liberdade.

A "Filosofia da praxis" é assim uma filosofia do "ato impuro":⁽⁶⁸⁾

"Filosofia do ato (praxis, desenvolvimento), mas não do ato 'puro', e sim precisamente do ato 'impuro', real, no sentido mais profano e mundano da palavra."

O "ato impuro" evoca as peripécias da finitude e aponta os processos moleculares da formação dos movimentos históricos, onde toda reformulação da totalidade deve passar pelo particular e pelas tendências entrópicas de suas diversidades.

Essas lógicas de formação das "vontades coletivas" pelos "miudíssimos processos moleculares"⁽⁶⁹⁾ não são em nada homólogas às lógicas estatísticas que reconstroem a "extensão" social de um conceito, assim como as nossas "pesquisas de opinião", diria-se, diferem da "opinião pública" iluminista.

Nada mais longe do "homem coletivo", resultante de práticas intersubjetivas e elos valorativos, que o "homem médio", produto do cálculo de um observador externo. Nesse contexto, Gramsci coloca a questão da função intelectual, do conhecimento de seus produtores e transmissores, sem dissociá-la das relações sociais, substituindo, assim, as

tendências modernas de "elitizar" ou de especializar as funções intelectuais e seus agentes, para considerá-los, então, segundo suas características intrínsecas.

Em primeiro lugar, trata-se de rejeitar a definição racionalista de um sujeito "privilegiado" de conhecimento, considere-se como tal o "especialista", a "comunidade científica" ou um "sujeito transcendental" que estivesse presente - de modo "virtual", em cada ato concreto do conhecer. Todo e qualquer homem, enquanto agente de uma ação, como sujeito da atividade sintética que é a "praxis", é um gerador de conhecimento/informação.

Toda prática social é acompanhada de um efeito de conhecimento:

"Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um 'filósofo', um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, para promover novas maneiras de pensar." (70)

Nem todos os homens, porém, desempenham funções intelectuais.

O próprio da modernidade seria, justamente, a ampliação da "intelectualidade" de cada indivíduo, assim como a multiplicação e a diversificação das atividades que podem ser chamadas propriamente de "intelectuais".

A expansão da função intelectual não pode, porém, ser analisada a partir de características ocupacionais, técnicas ou econômicas. É necessário situá-la no "conjunto geral das relações sociais".

Só quando nos distanciamos da matriz ocupacional estabelecida pelo sistema econômico-tecnológico dominante, e analisamos a função intelectual no contexto das relações e conflitos dos atores coletivos, se pode estabelecer corretamente a relação entre o intelectual e o modo de produção.

"A relação entre os intelectuais e o modo de produção não é imediata, como é o caso nos grupos sociais fundamentais, mas é 'mediatizada' em diversos graus, por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são, precisamente os 'funcionários'." (71)

Os intelectuais, assim, não formam uma "classe", mas todas as classes sociais podem formar seus intelectuais. Aqueles intelectuais que têm como função "universalizar" as propostas e as concepções de um grupo social, fazendo com que estas sejam reconhecidas e aceitas pela sociedade como um todo, são os "intelectuais orgânicos".

"Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou

mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político." (72)

O que outorga ao intelectual um papel ativo numa formação social é o vínculo orgânico com uma "classe fundamental". É por esse vínculo orgânico, e não por sua posição enquanto intelectual na estrutura social, que o papel do intelectual encontra um sentido, numa determinada configuração das relações assimétricas de poder.

O conceito de "vínculo orgânico" contrapõe-se à toda concepção de "autonomia" do intelectual, como "elite" ou como "intelligentzia".

A formação de novas categorias intelectuais pode resultar, assim, da especialização de aspectos parciais da atividade social do grupo que lhe deu origem.

Assim, os empresários devem possuir uma certa capacidade intelectual, técnica e organizativa: devem incluir, no paradigma da ação econômica, o circuito amplo do investimento-produção-consumo, a fim de poderem planejar e organizar os contextos sociais de sua execução.

Algumas dimensões, antes não diferenciadas na esfera da produção industrial, são logo elaboradas como atividades especializadas. A dimensão técnica desenvolvera-se através dos Engenheiros; a dimensão

organizativa, através dos Administradores. Pensa-se, aliás, em termos de agentes da ação técnica ou social e não em formas anônimas e sistêmicas de desenvolvimento das funções cognitivas.

Diferencia-se, porém, o intelectual urbano, coletivo composto pelas camadas profissionais ligadas ao desenvolvimento da sociedade industrial urbana, do intelectual orgânico da indústria, que é o que, além de sua posição social (engenheiros, empresários) representa os interesses e os padrões valorativos que justificam a emergência e expansão da atividade industrial e que confunde-se com as "elites empresariais" no desempenho de seus papéis "orgânicos". (73)

É possível dirigir-se, porém, aos intelectuais enquanto tais, e existem "políticas" que lhes são específicas. A formação de intelectuais, por um lado, não teria seguido um modelo democrático, tanto que todos os grupos sociais não tiveram as mesmas oportunidades de desenvolvê-la. Em geral, eles são formados como segmentos sociais auxiliares dos setores dominantes. Por outro lado, cada nova formação de intelectuais defronta-se com os intelectuais das formas anteriores de dominação, aos que, em certas circunstâncias, trataram de incorporar.

Os intelectuais "modernos" ou "urbanos" encontram-se, assim, com os "intelectuais tradicionais", ligados ao

clero e aos aparelhos jurídico-administrativos do Estado, que serviam, geralmente, de mediação entre setores sociais de base agrária e fundiária e o Estado e suas agências locais.

Entre as categorias intelectuais tradicionais, devido a sua continuidade histórica, prosperaram concepções que sustentam a identidade e autonomia dos intelectuais com respeito aos outros grupos sociais. O idealismo seria o produto dessa auto-referência do intelectual. Com essa pretensão de autonomia, podem os intelectuais aspirar ao monopólio da função intelectual em disputa com os setores dominantes. Sua autonomia é, porém, seu empobrecimento, pois só obtêm o poder de "definir" realidades culturais e sociais, na medida em que assumem o exercício de hegemonia no seio das relações sociais.

Daí que a compreensão da função intelectual, na sociedade moderna, só encontra seu sentido pleno no esquadramento da sociedade civil, sob o conceito de hegemonia - e nunca a partir das características ocupacionais ou demográficas de um setor das atividades profissionais, no contexto do mercado do trabalho.

É na sociedade civil que devemos contextualizar as novas relações entre o conhecimento e a ação, entre os "especialistas" e a "sociedade".

A "sociedade civil" de Gramsci mantém o encontro institucional da "sociedade civil burguesa" de Hegel e deixa de lado a "inversão" de Marx, que colocava as relações econômicas no interior da sociedade civil.

A rejeição consciente e explícita de toda ontologia identitária e de todo modelo causal-mecanicista de explicação parece poder explicar esse deslocamento da Sociedade Civil gramsciana. Pluralizando os planos da ação humana, geraria um espaço ambivalente, indeterminado, onde o ato hegemônico pode intervir nos assuntos humanos não "causalmente", mas como uma operação contingente de poder, através da gnoses e da vontade política, do consenso ou da coersão.

O conceito de sociedade civil deve ser compreendido, logo, a partir de sua rejeição de uma ontologia identitária do ser social e de uma concepção mecanicista, procurando-se manter a política numa área de contingência de modo tal que os fatores contextuais possam interferir, "a posteriori", na construção e definição de coletivos.

É em fins do século XIX e início do século XX que a fórmula jacobino-revolucionária, da "revolução permanente", é "elaborada e superada" pela fórmula da "hegemonia civil":

"Na estrutura de massa das democracias modernas, tanto as organizações estatais como o complexo de associações na vida civil constituem para a arte política o mesmo que as 'trincheiras' e as fortificações permanentes da frente na guerra de posição." (74)

Trata-se de uma possibilidade do Estado Moderno, e não de "países atrasados e coloniais": é necessário certa autonomia da economia nacional, do Estado em questão, dentro das "relações econômicas do mercado mundial".

"No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primordial e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e a qualquer abalo do Estado imediatamente descobria-se uma poderosa estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás do qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; numa medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isto exigia um acurado reconhecimento do caráter nacional." (75)

A concepção hegeliana de sociedade civil tem limitações próprias da "experiência histórica de seu tempo". A concepção de "associação" de Hegel era "primitiva", e seu único modelo era o corporativo, forma associativa resultante de um "enxerto" político na economia. A Revolução Francesa teria oferecido outros modelos associativos: os clubes, ou aqueles círculos mais restritos e selecionados, com relações de reciprocidade, que "reuniam-se em separado e preparavam a atmosfera das reuniões para sustentar determinadas correntes...". (76)

Por outro lado, a "solução" ao problema hegeliano da "sociedade civil desorganizada", fragmentada pelo dissenso e pela diversidade de interesses, não é o "Estado" absoluto, mas a apuração e a modificação dos fatores de desequilíbrio: não pode existir igualdade política completa sem igualdade econômica.(77)

O Estado hegeliano, universalizador absoluto do projeto burguês, correspondia ao imaginário político de um certo estágio da burguesia.

"A concepção de Hegel é própria de um período em que o desenvolvimento horizontal da burguesia parecia ilimitado, e, portanto, a sua moral ou universalidade podia ser afirmativa: todo o gênero humano seria burguês."(78)

A classe burguesa revoluciona o Direito e o Estado por sua tendência à expansão inclusiva, e é essa tendência o que leva a desenvolver uma figura ética do Estado:

"As classes dominantes precedentes eram essencialmente conservadoras no sentido em que não tendiam a elaborar uma passagem orgânica das outras classes às suas, a ampliar sua esfera de classe 'tecnicamente' e 'ideologicamente': a concepção de casta fechada."(79)

A teoria moderna do Estado jurídico seria o resultado dessa concepção de um ator social:

"...Que se considera capaz de absorver toda a sociedade, e ao

mesmo tempo seja capaz de exprimir esse processo." (80)

É essa mudança do agente num novo poder, e o modo como este define a socialidade, que reformula o papel do Estado, o qual já não será só um instrumento de coerção:

"A classe burguesa situa-se como um organismo em contínuo movimento, capaz de absorver toda a sociedade, assimilando-a ao seu nível cultural e econômico; toda a função do Estado se transforma: o Estado torna-se educador." (81)

Essa tendência à expansão pode reverter-se, e a matriz sócio-política pode tornar-se desagregadora, passando de movimentos inclusivos a movimentos de exclusão. Gramsci fala de uma "saturação" possível dos centros de poder da sociedade industrial capitalista, ou de fatores externos que interferem no desenvolvimento da "hegemonia civil":

"A classe burguesa está 'saturada': não só se amplia, mas se desagrega." (82)

A relação entre o Estado e a dita sociedade civil é, logo, histórica e não necessária. A definição funcional do Estado oscila entre dois extremos igualmente "idealizados", ainda que por motivações diferentes: num extremo está o Estado mínimo, figura do "Estado Gendarme" ou "Guarda noturno", idealização do pensamento liberal. No outro extremo está a pura sociedade civil, dissolução da sociedade regulada, ou fim do Estado.

A última figura, a do fim do Estado, como realização da autonomia, coloca sobre os indivíduos e grupos fortes demandas éticas; todos têm que ser iguais entre si e igualmente orientados à realização de normas e valores: seria a "Democracia de Deuses", de Rousseau. A total absorção do Estado pela sociedade civil poderia resultar também de uma "internalização" da sociedade regulada, de modo que todos os segmentos sociais teriam assimilado as prescrições disciplinares. A figura da "sociedade da integração" é outra forma de se pensar na "fusão" do Estado e da sociedade civil, que, em suas expressões atuais, estão sempre em relação tensa e dinâmica. (83)

Se as diversas formas do Estado expressam desiguais relações de força, parece existir, porém, uma sequência histórica "faseológica", que tem como ponto de finalização uma fase hegemônica de "consenso ativo", resultante da obtenção de equilíbrio entre as funções de dominação e direção.

É essa "fase hegemônica" alcançada pela "burguesia", o referente oculto na idéia hegeliana de um "Estado Ético", na verdade, "hipóstasis" dos modelos universalizantes das classes capitalistas. É com essa burguesia, enfim, que o Estado torna-se educador, enquanto expressão da primeira classe, que tem o objetivo de

assimilar todas as classes em suas formações econômicas e culturais.

A sociedade civil define um modelo sócio-político que só pode estabelecer-se na medida em que é capaz de incluir em seus quadros institucionais todos e cada um dos diversos segmentos que compõem o "corpo" social, ou pelo menos, a maioria dos grupos de interesses e "classes subalternas".

As instituições sociais que desempenham uma função hegemônica perpassam os diversos segmentos que compõem os pólos antagônicos do campo das relações sociais, de modo que todas as contradições e conflitos vão ter expressão no interior de cada um dos espaços institucionais, multiplicando as frentes de conflito em cada campo prático-discursivo.

Na compreensão dialética das relações sociais, a todo modelo de "integração" corresponde um modelo de "desagregação". À inclusão hegemônica nos modelos e estratégias dos setores dominantes corresponde um processo de constituição de atores antagônicos em luta por sua autonomia.

A "hegemonia" designa mecanismos sócio-políticos tendentes a manter em equilíbrio um campo de relações de forças, entre grupos sociais em conflito, com

procedimentos outros que os de coerção. Requer, logo, a criação ou reformulação de espaços e situações de comunicação institucionalmente organizados, onde possam ser colocados em relação direta ou indireta os grupos detentores do poder e os grupos os quais aqueles pretendem assimilar e incluir em seus modelos comportamentais e em seus planos de ação. Quanto mais puder expandir-se uma instituição, através dos diversos campos e redes de uma formação prático-discursiva, maior será sua "eficácia" hegemônica. Tal acontece com a Igreja na ordem feudal, pois, além da idealização da "cidade" universal, acompanha efetivamente com suas estruturas hierárquicas todos os "níveis" estamentais da sociedade feudal. Tal acontece, aliás, com a Escola, "universalizada" após a emergência da sociedade urbana e industrial, e com a forma organizacional do Estado jurídico/representativo.

Gramsci coloca, assim, dentro das instituições da hegemonia civil, a escola, a Igreja, a Imprensa, os Sindicatos, mais outros organismos voluntários que operam no domínio político (os partidos) e no domínio cultural (associações literárias, científicas e recreativas).

Longe de uma sociologia reprodutivista, conforme a qual o poder pode definir "a priori" o cenário político e social, ou de uma sociologia funcionalista, que sustenta o princípio integrador das "equi-finalidades", a "hegemonia" fala de um "devir" antes mesmo que de uma "estrutura",

através do qual os indivíduos e os grupos integram-se e constroem identidades coletivas num custoso e longo processo de confrontos e aprendizagem.

O "bloco histórico", resultante da "fusão" de uma "forma" ético-política e de um "conteúdo" econômico-social, aponta o equilíbrio de processos que não acontecem só através da consciência e da vontade abstrata, mas também através de atividades transformadoras das "relações externas" entre grupos sociais e de suas "posições relativas" dentro de um campo social.

Na medida em que os grupos hegemônicos sejam capazes de oferecer algum bem coletivo em benefício da manutenção da ordem, mesmo que com sacrifício de seus interesses imediatos, será assegurada sua posição dominante nessa constante "gangorra" do modelo hegemônico de equilíbrio.

Przeworski⁽⁸⁴⁾ prefere usar o conceito de "consentimento" em lugar de "consenso", para denominar as formas de adesão numa relação hegemônica, a fim de eliminar as conotações psicológicas e morais associadas à idéia de "legitimidade". O consentimento tem uma dupla dimensão, ele se realiza no conhecimento e na ação: alguém consente quando suas escolhas práticas e discursivas o levam a seguir um determinado rumo de ação. Em termos gerais, a hegemonia capitalista consistiria em obter

escolhas cooperativas de todos os participantes, como se os "jogos" de seus mercados fossem jogos de soma "não-zero", de "soma positiva", onde todos têm algo a ganhar.

Assim, a reprodução de uma relação social, em seu ponto de partida, dependerá não só do "consenso" sobre sua legitimidade, mas, principalmente, dos resultados do conflito organizado no contexto dessa relação.

"O capitalismo mantém a capacidade de reter uma parte do produto social porque se têm a expectativa de que o benefício de que se apropria, será preservado, investido, transformado em potencial produtivo e parcialmente distribuído como ganancia entre os outros grupos." (85)

Existem, porém, situações históricas em que as formas dominantes de poder não têm comportamentos claros de incorporação hegemônica. Além das crises de hegemonia, poder-se-ia falar de novos modelos políticos de hegemonia "fraca" e de retração dos procedimentos de inclusão.

Com efeito, a emergência e o crescente predomínio de formas de dominação que não assentam seu poder diretamente na "colaboração" de amplas camadas sociais, tais como certas formas de capital financeiro, parece levar essas formas de dominação a prescindir dos efeitos moderadores da "organização dos conflitos" por mecanismos hegemônicos. Nessa direção, se poderia explicar o endurecimento das negociações da dívida externa dos países

da América Latina e de outros países a partir da redução das tensões provocadas pela "guerra fria", que favoreceu as estratégias não hegemônicas dos países centrais. Em consequência, mantém-se na exclusão a grandes massas da população mundial, e reduzida a capacidade de negociação e o patamar de demanda de outros grandes segmentos das classes trabalhadoras, que viveriam hoje o retrocesso das conquistas alcançadas na democracia de massa e na social-democracia dos países capitalistas.

Tendo em vista que as funções intelectuais só podem-se definir no contexto da função hegemônica, o enfraquecimento ou a transformação das formas de hegemonia nos Estados capitalistas ocidentais deveria produzir, logo, uma transformação notória na definição e desempenho da função intelectual.

Na medida em que são menos decisivos o consenso e a opinião pública, ou que as empresas privadas de comunicação substituam as instituições da sociedade civil na indução do consentimento, os setores dominantes podem perder o interesse no controle e ativação das redes hegemônicas culturais e intelectuais. Tal pode acontecer quando se reduz a participação da Escola, da Universidade, do Cinema, das Bibliotecas e Centros Culturais, na distribuição do excedente econômico, principalmente com a minimização do papel do Estado, que sempre agiu como distribuidor marginal de excedentes nas áreas culturais.

Mecanismos exteriorizados e de efeitos imediatos, que não requerem a elaboração do consentimento para obter comportamentos afirmativos com respeito a suas estratégias, regulam os reajustes sociais que acompanham as reacomodações entre os diversos setores do capital, industrial ou financeiro.

A mudança unilateral das taxas de juros ou novas regras dos termos de intercâmbio pode alterar a demanda de setores da indústria e do comércio, e, ainda, de nações inteiras, sem que, necessariamente, tenha mudado uma única idéia ou um único comportamento nos indivíduos e grupos que partilham tais atividades ou tais destinos nacionais. A sociedade disciplinar retrocede, sem que fiquem desimpedidos os caminhos da autonomia.

Setores que dependem do consumo para realizar os ciclos do capital e aspiram a encontrar políticas de equilíbrio entre os círculos de consumidores e os coletivos dos trabalhadores defrontam-se com os processos excludentes de desproletarização e de marginalização de regiões e de populações. Ao mesmo tempo, percebe-se a retirada dos Estados nacionais de seu papel de mediadores dos conflitos e das estratégias hegemônicas, incluídas as ações das potências internacionais, dentro de seus próprios territórios.

Ao mesmo tempo, presenciamos a desintegração de grandes agregados políticos e econômicos, como a União Soviética, e o crescimento, sem nenhum impedimento, de novas estradas romanas "globalizadoras", construídas com fibras ópticas ou "traçadas" por satélites, incluídas em complexas redes informáticas e telemáticas.

Gramsci procurava mostrar, nas primeiras décadas do século, como estavam atreladas a função intelectual, a sociedade civil e o modelo político hegemônico - uma forma possível de equilíbrio, quiçá, entre o Estado jurídico-constitucional, representativo, e a economia capitalista, e, ao mesmo tempo, um ponto crucial em toda proposta de transformação.

Qual é, porém, o "bloco histórico" possível, hoje, nas sociedades de capitalismo "avançado" ou de capitalismo "dependente"? Passaríamos por uma mudança profunda da função hegemônica e da função intelectual? Qual seria o papel, nessa mudança, do conhecimento, da informação e das novas tecnologias de comunicação e informação? Qual seria o papel da "sociedade civil": a construção coletiva de alternativas?

Nosso trabalho pretende desenvolver algumas considerações com respeito a essas questões.

Primeiro, que os padrões cognitivos e associativos da moderna sociedade ocidental favoreceriam a dissociação das atividades e dos "estoques" de informação dos diversos contextos de ação, aprofundando um "hiato" entre a comunicação, como interação recíproca, intersubjetiva, e a informação, como "excedente de conhecimento" disponível em registros e em sistemas homem-máquina.

Segundo, que a nova configuração de um setor de atividades de informação, tratado como setor econômico nos contextos dos mercados (de bens, de serviços, de trabalhos), está associada às transformações da função intelectual e hegemônica.

Terceiro, que as atividades intelectuais e profissionais agregadas sob o conceito de "setor de atividades da informação", incluindo informática, biblioteconomia, documentação, arquivologia, entre outras, só podem ser corretamente avaliadas e estimadas no seio das relações sociais e das atividades que as alocam, como parte e expressão da reformulação do modelo hegemônico de articulação política, social e econômica.

CAPÍTULO III - A Busca de Novas Lógicas Sociais

1. A Lógica Identitária da Modernidade: uma questão moderna?

A idéia de uma "crise", que alcançaria as grandes instituições ocidentais - a Ciência, a Escola, o Estado de Bem-Estar - foi perdendo primazia no pensamento contemporâneo. Em seu lugar, novas vozes afirmavam a "dissolução" das grandes narrativas legitimadoras da modernidade⁽¹⁾, deixando sem papéis seus atores protagônicos: as classes sociais, as vanguardas, os partidos políticos, os intelectuais.

A própria sociedade, como forma e totalidade ordenadora do vínculo social, perderia sua transparência, como "fundamento" anterior e suficiente do agir coletivo.

Colocam-se em questão todos os modelos "identitários" que tratam dos "sujeitos sociais" como "entidades" e para os quais todas as "diferenciações" são desdobramentos previsíveis - como realização da "norma" ou como "desvio", de um paradigma único. Seja em sua versão iluminista, seja em sua versão sistêmica, partilha-se sempre a premissa da "inteligibilidade" do social.

Na versão clássica, um sujeito racional, cujas capacidades e atributos pré-estabelecem seus domínios e

orientações de ação, permite derivar, de suas estruturas "entitativas", eticidade e direito, necessidades e interesses. A idéia de "sociedade", como coletivo dos sujeitos privados, aos poucos ganha também autonomia e densidade "estrutural".

Segundo a concepção sistêmica, agentes e atividades estariam "fixados" por definições funcionais e normativas, e seriam invulneráveis à toda contextualização. A equifinalidade de funções e subsistemas, permite substituir ao "sujeito racional" do modelo clássico por um centro anônimo de processamento e equilibração dos "inputs" e dos "outputs".(2)

A sociedade, como "sistema social", será usada como conceito operativo, multiplicador dos elos entre o discurso moderno e os coletivos que, gradualmente, serão incluídos em suas redes institucionais. Como "estrutura social" e modelo normativo, o "sistema social" servirá também para organizar as intervenções da modernização nos contextos da dependência, oferecendo padrões organizadores e princípios de legitimação aos agentes técnico-administrativos e suas ações de "diagnóstico e planejamento".

O marxismo, ao considerar que a mudança da formação capitalista só é possível a partir de suas contradições internas, ficará igualmente preso às lógicas identitárias

do capitalismo. O sujeito social precede e qualifica a relação social, na medida em que está determinado a partir de sua posição no modo de produção.

"os sujeitos são classes sociais cuja unidade se constitui em torno de interesses, determinada por sua posição nas relações de produção." (3)

A classe trabalhadora entra nos jogos de relações sociais com um papel pré-estabelecido e, quando esse "modo de agir", assim previsto, não se verifica nos fatos, joga-se sua realização para o futuro.

Os fatos mostram, na verdade, a dificuldade dos trabalhadores em constituírem-se sujeitos da história, as segmentações que os desagregam e as formas múltiplas e descontínuas de agregação com que procuram subverter a dispersão e formar novos coletivos.

Não bastaria, porém, a simples "implosão" do social, como se, ao "subtrair-se" uma ficção, um todo imaginário, surgissem, ao fim, a manifestação da "realidade". Quais serão os "elementos" que se manifestam ao eliminar a premissa da "totalidade" fundadora? Será, quiçá, a pluralidade monádica dos "eus" ou a pluralidade discreta dos "grupos de interesse"? Qual será a nova "base empírica" na qual sustentar um critério preferencial de agregação, agora sem compromissos com o "imaginário" cultural ou com "sujeitos transcendentais"?

Se a tarefa não é fácil, pelo menos, não é nova.

Detivemo-nos, primeiro em Hegel e depois em Gramsci, procurando colocar em evidência como o próprio discurso da modernidade é um discurso não suturado, que cedo incorpora uma busca ainda inacabada, tentando superar as lógicas dualistas e identitárias. As mesmas que a modernidade instalara quando, após o fim da sociedade hierárquica legitimada pela "vontade divina", se defrontou com o solo "ermo" da contingência...

O conceito de "sociedade civil", em um certo sentido, não permitia que o conceito de "sociedade" se estruturasse de maneira definitiva - para isso, estabelece seu referencial não como a identidade da totalidade, mas como processo de associação e dissociação, "locus" ambíguo de segmentação e agregação.

O romanticismo é já a busca da unidade perdida, da superação daquela "rachadura" que lhe tirara o mundo dos pés, e colocara o sujeito, como entidade dissociada, frente à natureza rebaixada à condição de "matéria prima". Sua pretensão de ruptura com o dualismo dos racionalistas dos séculos XVII e XVIII e sua busca por uma síntese, através dos sentimentos e da tradição, era o resultado, já então, de uma experiência intensa da dissociação e do

conflito - perda irreversível da unidade orgânica do homem com o mundo.

É, aliás, essa experiência do conflito entre tendências à segmentação, à fragmentação e tendências integradoras - que interioriza na dialética hegeliana, tensão constante de tendências entrópicas e negaentrópicas. Em Hegel, de fato, a reflexão que vivencia essa tensão chega a um ponto máximo e, depois, parece optar, de novo pela "unidade": uma totalidade ideal, transcendente, absoluta. Detrás da "opacidade" do social, está oculta uma figura da Razão. A "astúcia" da Razão outorga ao conflito e às diferenças o caráter necessário de um "estágio" do devir da totalidade. Assim, a sociedade civil, "locus" do conflito de forças, será absorvida sob a figura ética do "Estado".

Em Hegel, porém, subsiste uma "ambiguidade". Sua concepção de uma síntese do "Espírito Absoluto" contém, um princípio de dissolução do caráter "absoluto" da Razão, dado que a racionalidade da história só é possível na medida em que é interiorizada a contradição na esfera da razão⁽⁴⁾.

O pensamento relacional de Hegel deixa indicações para pensar o caráter contingente de toda identidade, sempre como em movimento em direção a uma outra qualificação, sempre sendo o que se é em relação a um

outro: tal como o ser amo e o ser escravo, nenhuma identidade fica fechada nela mesma.

Na tradição marxista, alguns pensadores - Gramsci, um dos primeiros - antecipam uma visão não determinista das relações sociais. O sujeito Gramsciano não se apresenta imediatamente como "classe", mas como "vontade coletiva", formada por processos "moleculares"⁽⁵⁾.

Reintroduzindo a opacidade nos cenários idealizados da modernidade, afirmando a falibilidade de seus critérios de valor, pretende-se "enfraquecer" as pretensões impositivas de suas demandas modelares e suas formas hegemônicas, e, quiçá, encontrar nova luz para compreender a modernização "de cima para baixo", herança ocidental da América Latina.

Escolhemos, para isso, o caminho da "desconstrução" não asbtrata, que pretende acompanhar as formas culturais em seus transformismos, procurando colocar em evidência suas formas sutis de vigência.

Não aderimos, assim, às "narrativas" modernas nem desejamos colocar-nos na areia das lutas "meta-discursivas" pela ocupação do "vazio" teórico deixado por sua queda, sem preocuparmo-nos com os "novos" caminhos do método ou da ontologia.

Procuramos manter-nos território onde as suaves e violentas formas do poder, como ondulações instáveis que estremecem os campos temporais da experiência americana, vão colocando em evidência a vulnerabilidade dos seus conteúdos frente à pluralidade dos contextos.⁽⁵⁾

Não sabemos, aliás, se é o "fio" do político que nos mantém teimosamente na "história", ou se é a nossa história o que nos mantém na teimosia do político. De nada valeria, porém, rejeitar todo fundamentalismo metafísico, se logo atribuímos ao vínculo associativo qualquer modalidade de agregação ou atributos inteligíveis a priori.

Foi, com efeito, um ato político, resultado da reformulação de uma base prévia de poder, o que levou à definição de uma sociedade civil, como instância totalizada e autônoma da socialidade, sendo que, "a posteriori", procedeu-se a legitimar o político pelo social. Não se trata, agora, de anular a diferenciação dos planos (político, social, econômico), mas de recolocá-los como "momentos" de uma das construções culturais do Ocidente.

A "desconstrução" do imaginário moderno, através da negação da "inteligibilidade" do social e do caráter "identitário" dos sujeitos sociais, não leva, para nós, a uma negação do político nem à negação do social. Pelo

contrário, não havendo nenhuma "realidade externa" (herói do Espírito, partido de vanguarda, classe social) que se possa refletir no discurso, fica evidente que são as próprias práticas e discursos que constituem o social. O novo "estatuto" do social e do político, como planos de autoconstituição num "continuum" prático-discursivo, não esvazia, tampouco, a subjetividade, mas a coloca nos limites de sua finitude e concreção, em redes prático-discursivas particulares, plurais, "territorializadas"⁽⁶⁾.

3. Hegemonia e Identidades Coletivas

Às premissas do caráter indeterminado do ser social e do caráter relacional, provisório, contextualizado de toda "identidade coletiva", agrega-se agora a premissa do caráter hegemônico das políticas da modernidade, como a forma em que o Ocidente capitalista procura definir as relações sociais.

Política, em sentido amplo, designa às práticas de definição das relações sociais, sob o princípio de indeterminação do social. Segundo Laclau, denomina-se política a "... uma prática de criação, reprodução e transformação das relações sociais".⁽⁷⁾

Toda identidade coletiva constitui-se como uma organização mínima de relações entre "nos-os outros". O

ser um "nos" na relação com um "outro" que ao mesmo tempo em algo nos reconhece e em algo nos nega e nos transcende, impede o "fechamento" de uma identidade, sempre em processo de construção.

Se uma identidade coletiva é um ponto nodal de relações, toda mudança das relações que, como internas ou exteriores, delimitam seu campo de constituição, implica numa mudança da própria identidade coletiva.

Toda luta política, enquanto pretende organizar as redes de relações sociais, outorgando um sentido e não outro, ao vínculo social, espera ter como resultado uma configuração, hegemônica ou articulatória, de identidades coletivas. As identidades coletivas, logo, são figuras contingentes, temporais, que ora são "construções", ora são "resultados" da luta e da negociação política.

Na medida em que a política define, reproduz ou transforma o vínculo social, é no interior da própria prática política que se constrói os interesses que ela representa. Não existiria, assim, um "ator social" cujas ações significativas resultassem de um "feixe" de interesses pré-estabelecidos para veicular em suas demandas.

Falar em nome de um "interesse" - o interesse da classe trabalhadora, o "interesse da nação", o "interesse

da indústria" - geralmente coloca a quem o faz como pretendente à hegemonização de certas lutas e demandas.

O processo de formação de demanda não é, assim, diverso dos processos prático-discursivo de formação e transformação das identidades coletivas.

A "potencialidade" da formação coletiva de uma identidade não vem logo do lugar em que se coloca - sua posição na "estrutura" de poder de um campo, ou sua pertença a um campo em particular, como o econômico: a capacidade de "agregação" do poder e a "qualidade" do poder que assume, dependerão da extensão e da qualidade das relações que estabelecem e das cadeias prático-discursivas que controem suas práticas associativas.

À pergunta pela "posição" do coletivo no campo político, deverá agregar-se, em qualquer análise política, a pergunta pelas redes de conceitos, de recursos e de pessoas que o coletivo contrói ou integra em suas práticas "materiais" ou "imateriais".

A indeterminação do social e a determinação hegemônica dos vínculos associativos são duas premissas teóricas que consideramos, as duas juntas, fundamentais para a compreensão da formação do campo político das modernas sociedades ocidentais.

Se os "padrões de formação dos conhecimentos" favorecem o desenvolvimento de dispositivos de inclusão e de controle, o fazem conforme modos particulares de formação e administração dos excedentes sociais: através de processos acumulativos e monopolistas.

Os padrões culturais, também associativos, levarão a marca daquela vontade expansionista que colocara o capitalismo do Ocidente rumo a sua mundialização.

Os "padrões associativos", que respondem a orientações hegemônicas, são construídos pela dupla exigência de interiorização do outro e da universalização e extensão das formulações do "centro" sobre todo o campo social.

Convém lembrar que, apesar de definir de modo assimétrico um campo de relações sociais (minimamente como "centro" e "periferia"), o conceito de hegemonia pressupõe uma lógica de equivalência e não uma lógica de hierarquia fixa (onde os segmentos subordinados reconhecem e aceitam uma elite dirigente como "superior" e, logo, reconhecem como legítima ou inquestionável, as assimetrias dos vínculos sociais).

O conceito de hegemonia reconstrói as estratégias conflitantes que lutam para impor uma definição preferencial dos vínculos sociais, que estariam abertos às

demandas de reciprocidade e equivalência, pela própria origem da formação capitalista moderna.

As estratégias hegemônicas, de fato, tenderiam a subverter o diferente no "idêntico", a partir da inclusão modelar de comportamentos, atividades e instituições nas "razões" do centro. Desativando ou substituindo as demandas políticas que lhes forem externas, o poder hegemônico se constitui como "centro" do qual emanariam todas as definições do social, todos os significados institucionais e todos os critérios de legitimidade que organizam ou excluem conflitos e demandas.

As formações capitalistas desenvolvem processos hegemônicos, mas não só para legitimação. Os padrões inclusivos do empreendimento capitalista requerem dos "outros" um papel ativo e colaborador, como produtores e como consumidores, coadjuvantes em suas estratégias de acumulação e crescimento.

A figura da equivalência é uma figura reguladora das atividades dos mercados de bens, de serviços, de trabalho, ao mesmo tempo que uma figura política de regulação social.

A estruturação hegemônica, como forma de unificação de um campo político dividido por antagonismos, se faz enquanto estabelece uma cadeia fechada de equivalência,

por redução/negação das diferenças no polo dos segmentos subordinados.

Nessa "dinâmica" política dos centros dirigentes das formações capitalistas residiria o sucesso e a fragilidade de seus empreendimentos econômicos e sociais.

Como poderia, de fato, "estancar" o devir flutuante das "identidades coletivas", se precisa aceitar a lógica relacional para realizar com eficácia suas operações redutoras e suas construções identitárias?

Antes de teorias pós-estruturalistas e pós-empiricistas, as "operações" hegemônicas lidaram com as tensões entre discursos e ações, significantes e significados, ora dissociando uns de outros, ora articulando-os, em novas relações.

As práticas hegemônicas caracterizam-se tanto por seus investimentos conceituais como por seus investimentos técnicos e materiais, recorrem e organizam os setores da produção e ampliam seus espaços de realização como práticas comunicacionais e associativas.

O "afrouxamento" das premissas dualistas da metafísica moderna e o enfraquecimento dos critérios dogmáticos das epistemologias de corte iluminista resultariam, porém, de um momento específico do devir das

civilizações ocidentais, onde a nova definição da relação prática-discurso acontece ao mesmo tempo em que o conhecimento e o discurso constituem-se não já em "instrumentos", mas em "locus" do poder e da dominação, de uma maneira impensável até poucas décadas atrás. A "virada" sobre a linguagem da Filosofia contemporânea resultaria, assim, de uma "virada" histórica do Ocidente, ou num "giro" a mais da espiral de suas escolhas culturais recorrentes.

A concepção de Foucault das "formações discursivas", de Wittgenstein, dos "jogos da linguagem" ou o conceito gramsciano de "bloco histórico"⁽⁸⁾, resultariam dos esforços de superação dos dualismos obscurecedores do caráter relacional do ser social, dualismo expresso nos termos de "teoria: prática", ou "discurso: ação", "estrutura: superestrutura" ou, ainda, "conceitos teóricos: conceitos observacionais".

O que coloca em cena as relações entre poder e discurso e modifica os modos de olhar das relações entre conhecimento e ação é, hoje, o poder do discurso, no discurso como "locus", e não como "mediação".⁽⁹⁾

Existem diferentes versões acerca de como a sociedade industrial capitalista produz os sujeitos que agenciarão suas cadeias econômico-administrativas. A idéia de um campo de dispersão discursiva como "centro vazio"

corresponde, em Foucault, à "morte" do sujeito racional, do sujeito da "consciência transparente" e do agente da "identidade plena", sobre o qual, agora, o ocidente descarrega todas suas culpas.

A crise do sujeito moderno, auto-referente, que é a crise do sujeito da representação, não teria como única saída a supressão da categoria de "sujeito", enquanto "sujeito sujeitado" althusseriano, mero elo da cadeia produtiva do sistema de poder. Resultado da "desmitificação" do paradigma identitário do ser social, pode permitir a abertura do campo dos significados sociais às definições alternativas e às lutas pela definição - onde a construção relacional de identidades coletivas tecem tramas plurais de significados.⁽¹⁰⁾

Optamos por afirmar que o espaço de construção do sujeito não é o "locus" da racionalidade, mas um "locus" de produção de significados, num agir comunicativo.

O antecedente dessa subjetividade seria a "consciência situada", "compreensiva", de Husserl, mas colocando "em suspenso" os pressupostos ontológicos acerca do caráter transcendental dessa subjetividade. Não remeteria nem a um "sujeito transcendental", nem se multiplicaria numa comunidade de "mónadas" individuais. "Trans-subjetiva", por ser "inter-subjetiva" e por estar ancorada em práticas materiais e discursivas - às quais

nunca são esgotadas pelo "aqui e agora" de um sujeito particular.⁽¹¹⁾

As novas subjetividades - ou o novo modo de olhar os sujeitos, individuais ou coletivos, podem expressar-se como um núcleo de produção intencional de sentido, mas só como um momento num processo de agregação e desagregação de redes relacionais.

As estratégias hegemônicas, porém, tendem a estabilizar e a reproduzir as subjetivações otimizadoras do "sistema" nas novas ordens do capitalismo: as "séries", as "massas", as "elites"⁽¹²⁾. Dentro daquelas, as estratégias principais são as que estabelecem o monopólio das definições, cercando os conceitos e as classificações que organizam ações e discursos. E dentro do monopólio das definições, a primeira de todas será sempre a definição do próprio ser social.

O ator hegemônico é, aliás, um ator performático⁽¹³⁾: o que ele julga como válido ou verdadeiro, ele pode fazer acontecer. Sua produção de enunciados interfere nas cadeias prático-discursivas, como "operadores" de transformações efetivas, materiais e imateriais. Suas definições têm um poder disciplinar e demiúrgico sobre as séries de ações e sobre as séries de objetos, gerando conceitos que iniciam ou reorganizam as redes de significados.

Dado um "continuum" prático-discursivo, as dinâmicas hegemônicas introduzem lógicas de privilegiamento que tendem ao fechamento e reprodução das indetidações e à fixação de significados.

Nas situações onde a heterogeneidade das ordens de relações, a segmentariedade das fontes de poder ou a fragilidade dos atores sociais não permitem o estabelecimento de um centro hegemônico aumenta-se a polivalência das definições sociais, e impedem-se o estabelecimento de significados sociais "fixos".

O caráter heterológico das formações prático-discursivas resultaria na "ambiguidade sistemática"⁽¹⁴⁾ de todo significante que atravessa seus diversos "campos discursivos". Não é só o caráter polissêmico de um significante enquanto se desdobra numa pluralidade de contextos. A "ambiguidade sistemática" impede todo caso de estabelecimento unívoco da relação significante-significado. Quanto mais "central" for o termo para uma formação discursiva, quanto mais amplamente circule pelos espaços heterológicos dos diversos campos prático-discursivos, mais "flutuante" serão as relações significantes: significado, elemento: totalidade, identidade: contexto.

Em nosso estudo, isso acontece com os conceitos de "modernidade" e "modernização". Se em determinadas circunstâncias cria-se um eixo plausível de polarização do campo político (moderno - tradicional), logo recria-se a multivocidade em cada um dos polos, subvertem-se as cadeias de equivalência em diversos campos discursivos (econômico, político, etc.) e finalmente, quando são agregados diversos segmentos de interesse, em torno do objetivo da modernização, reproduzem-se, no interior do agregado a pluralidade das interpretações. Só podem produzir "surto" hegemônicos, breves movimentos articulatórios no meio da descontinuidade que dificulta o encadeamento da ação política.

3. Democracia e Novas Lógicas de Ação Social

Para entender a formação dos atores sociais da modernidade e o desenvolvimento de suas organizações coletivas, é preciso ter presente o conceito de "cidadania", sujeito ideal a cuja realização aspiram todos os indivíduos e grupos sociais.

Às lógicas hierárquicas, próprias das sociedades feudais e das ordens estamentárias, onde o consenso social resulta da aceitação por todos de uma classe superior e dirigente, ter-se-ia sucedido uma "lógica das equivalências". Agora, todos poderão ser considerados como "iguais" na tomada de decisões coletivas de maior alcance e possuir a máxima capacidade de escolha política: a escolha do Governo do Novo Estado Jurídico-Constitucional. O cidadão é, pois, um "igual entre iguais", conforme o princípio contratual do Estado jurídico. E na medida em que ele se sente representado na mais alta esfera da decisão política, o sistema encontra sua legitimação.

No início do processo, a "igualdade" formal só tinha vigência na esfera restrita da representação política.

Acontece, porém, que uma vez que o princípio democrático se instala numa esfera, a lógica de

equivalências que o sustenta tenderá a transferir-se a outras esferas, outros agentes, outros objetos de demanda.

"Imaginário social" ou "simulacro", o discurso democrático oferece um horizonte de legitimidade e de expectativas que permitirão articular novas frentes de luta e resistência contra as múltiplas formas de desigualdade e dominação.

Através dessas esferas ampliadas de demanda, os princípios da cidadania são aplicados em novos espaços institucionais, que antes eram regidos por princípios de outra ordem (autoridade, julgamento de peritos, etc.); são estendidos a instituições que antes não estavam sujeitas a procedimentos participativos (instituições educacionais, sistemas públicos de saúde), e são estendidos a pessoas que antes não dispunham desses direitos (mulheres, analfabetos, grupos étnicos etc.)⁽¹⁵⁾.

Às questões de ampliação da cidadania, agregam-se as questões de seu aprofundamento. O'DONNELL fala de uma democracia social, resultante de obtenção de uma "cidadania plena" pelas clientelas institucionais (eliminando-se a distância entre dirigentes e bases, representantes e representados) e de uma democracia econômica que seria o acesso igual de todos e cada um, aos bens e serviços de uma sociedade. Poder-se-ia formular, quiçá, como direito à participação nas decisões sobre

investimento, inovação tecnológica e formação e distribuição do "excedente social"(16).

A "equivalência", como operação que organiza redes de relações sociais, só pode ser efetiva como lógica de ação social quando perpassa todos os âmbitos institucionais e orienta as ações de todos os participantes. Pressupõe, aliás, algo próximo do que Habermas denomina "discurso prático"; onde se estabelece a possibilidade de argumentação na definição de normas, valores, objetivos, e que ofereceria um horizonte ideal, senão atual, ao qual remeter a frágil experiência da reciprocidade.

De fato, hegemonia e democracia seriam duas maneiras de articular relações sociais, feito possível pela lógica da equivalência, conforme seja ou não projetada sob o horizonte virtual de um "discurso prático".

Assim, a democracia busca equilibrar-se sobre dois campos de instabilidade; a instabilidade das condições históricas de sua realização e a instabilidade que advém de sua própria lógica de ação coletiva.

Laclau(17) fala de duas lógicas do agir social. Uma, a lógica da equivalência, simplifica o campo político, é agregadora, tende a sua unificação em cadeias

ou redes associativas. Cada formulação hegemônica pretende, de fato, iniciar e impor um sistema de equivalência onde o centro define os valores de equalização da rede. Outra, a lógica das diferenças, expande o campo político, multiplica as posições no campo, aumenta o número dos coletivos - dos possíveis e dos atuais - interrompe sequências de equivalência e cria novas cadeias associativas e novos princípios de agregação.

A lógica de equivalência é, com efeito, uma lógica de simplificação. Dois termos, para serem equivalentes, têm que ser diferentes. A equivalência, ao mesmo tempo que reúne a diferença, é uma operação de redução do diferente, criando um segundo significado que subverte o significado originário de cada termo, e que expressaria algo idêntico que estaria subjacente em todas as diferenças.

A equivalência é sempre, por isso, uma operação abstrata, que se realiza pela substituição e a representação, que são sempre operações seletivas, e implicam alguma forma de negação.

O campo político, conforme essa concepção, é sempre atravessado pelas lógicas opostas da equivalência e da diferença, e nessa "tensão" se resolve a instabilidade do campo. Por um lado, nem se desenvolvem em plenitude as diferenças e pluralidades dos sujeitos sociais, sob as

operações de equivalência, nem, por outro, a equivalência consegue organizar todas as pluralidades e diferenças.

A sociedade que essas lógicas organizam nunca é totalmente possível nem totalmente impossível. Jogo sempre inacabado, acontece como se a democracia projetasse sua sombra sobre a hegemonia, e a hegemonia fosse o limite da democracia, permitindo e ameaçando sua constituição.

O antagonismo pode constituir-se num ponto qualquer do campo político, quando as posições que se opõem no campo - uma apresentando-se como negação da outra - são formuladas discursivamente e levadas ao espaço público.

O latifundiário é a negação do camponês, pois o transforma em "sem terra". Os agentes de dependência tecnológica são a negação dos tecnólogos, pois levam à redução dos espaços locais de realização das atividades de produção de tecnologia.

Na análise de um campo político, a maior dificuldade é reconstruir onde se colocam os pontos de ruptura e quais são as "passagens" pelas quais se operam equivalências e "articulações". De fato, cada divisão antagônica de um campo muda toda a rede de equivalência e articulações que podem ser estabelecidas. Assim, o primado da "questão nacional", e da "questão social" ou e da "questão democrática", constituem em cada caso um ponto

diferente de ruptura e produziram um modo específico e diverso de agregações e de oposições. (18)

Quanto maior for o número de antagonismos ou pontos de ruptura que cruzam o campo político, mais difícil será a construção de uma questão como "central", permitindo uma configuração "hegemônica" ou "contra-hegemônica". (19)

Como exemplo, no setor que analisamos (associações de pessoas que trabalham em atividades de informação), formou-se um primeiro núcleo identificado com objetivos de autonomia tecnológica, construído em torno de uma relação "tecnólogo: nação". Num segundo momento, mudanças externas e internas definiram um outro núcleo, em torno da questão trabalhista, e tendo como sujeito uma categoria de "trabalhadores". De fato, mudaria em cada caso o tipo de oposições, as alianças e os temas que definirão as tarefas do "sujeito coletivo". Enfim, os mesmos indivíduos serão "perpassados" pelas duas subjetividades, ao mesmo tempo que outros indivíduos agregam-se ou se retiram, conforme a articulação discursiva e política do campo.

Para aquelas sociedades que obtiveram sua independência como Estados Nacionais, no século XIX, o passado colonial e a implantação "de cima para baixo" das novas instituições do Estado de Direito, o processo de "democratização" será ainda mais difícil e incerto. O discurso da "equivalência" não encontrou um sujeito social

emergente, que buscara na "igualdade formal" da cidadania um mecanismo de legitimação e "alargamento" de seus espaços de ação já conquistados.

A lógica das equivalências era fundamentalmente uma redefinição do princípio de "soberania" que, justamente por provir da derrota de uma lógica de "privilégios", só podia partir de uma base igualitária e universal: o contrato social e os "direitos naturais" do homem. Se a legitimidade desses princípios fora justificada no começo das novas formas políticas, no futuro, eles só poderão sustentar-se na medida em que respaldados em um projeto de expansão inclusiva, no qual todos teriam um lugar como produtores, como consumidores, como eleitores. A idéia de "igualdade de oportunidades" reforçava-se como expectativa de "escalada social", presente na idéia de "progresso" (20).

A colônia, pelo contrário, é um espaço heterológico, e não de equivalência. Não há nenhuma operação que transmute direitos e oportunidades entre as ordens da colônia e do colonizado. Não importa a rigidez ou a fraqueza do regime, importa que uma linha absoluta corte o campo político, não em dois segmentos do campo, mas em duas sociedades.

Sob essa herança é que as idéias liberais são "idéias programáticas", que só podem agir como

"detonadores" com a pretensão de deslanchar uma mudança de "mentalidades" ou como "atualização" das elites no "cenário internacional", que começa a colocar demandas de incorporação e "ajuste" aos novos rumos das economias de mercado.

A modernidade chegaria antes de seu horizonte ético-prático. Ao mesmo tempo, criará seus próprios atores, novos campos de significados políticos e culturais gerando, ao mesmo tempo, novas frentes de conflito e novas linhas de instabilidade no campo político.

As formas autoritárias, a permissividade com a violência para-institucional, poderiam explicar-se por essa falta de condições, seja para o êxito de uma hegemonia - solução política das elites modernas - seja para a construção e consolidação da cidadania, expansão possível dos horizontes ético-práticos do processo de democratização.

4. "Esfera Pública" e "Discurso Prático"

A "esfera pública burguesa", conceito habermasiano que ocupa quase a mesma "posição teórica" que o conceito gramsciano de "sociedade civil" tem, porém, a particularidade de recriar um mecanismo argumentativo comum aos primeiros pensadores da modernidade, como Locke

e Rousseau: projetar, de maneira hipotética, uma "origem" idealizada da nova formação sócio-política.

A esfera pública burguesa emerge como esfera crítica e de oposição, onde os novos atores sociais tomavam distância de suas institucionalizações políticas. Tratava-se, enfim, de um espaço prático-discursivo onde as novas classes do mundo moderno procuravam superar o isolamento e o sociocentrismo⁽²¹⁾ de suas imagens parciais do real, a fim de desenvolver propostas universalizantes e inclusivas para todo o campo social.

No pensamento europeu contemporâneo, o conceito de "esfera pública burguesa", como "hipóteses", retoma a reflexão acerca da natureza das formações políticas, considerando o "ponto de partida", ou seja, enquanto despojadas de toda fundamentação religiosa ou tradicional. Nesse quadro, toda forma de legitimação e toda proposta de ação coordenada e cooperativa teriam que acontecer sob algum princípio contratual e de "consentimento".

Para Habermas, o recurso à racionalidade não era, porém, uma estratégia ideológica que, a posteriori, resgatara demandas e as colocara num contexto de legitimação. A racionalidade seria uma orientação prático-discursiva que penetra e impulsiona todos os contextos societários e institucionais, seja sob o modelo da ação

meio-fim, seja diferenciando novas esferas culturais (as esferas da ética, do direito, da arte).

De fato, a dissolução da "esfera pública burguesa" não acontecerá por sua absorção numa esfera pública sem qualificativos⁽²²⁾. A indústria cultural e os modelos decisórios tecnocráticos reformularão seus espaços de práticas discursivas.

O desencontro da modernidade com suas origens iluministas manifestara-se, como "perda da liberdade", através dos processos de burocratização que desativam a esfera política e a substituem por "esferas funcionais-administrativas".

As sociedades de capitalismo avançado conseguiriam reduzir suas áreas de atrito, juntando à despolitização dos problemas coletivos, mecanismos sistêmicos de retroalimentação e de compensações reguladas. A esfera pública, onde deveriam constituir-se os momentos da deliberação e das demandas, é desativada, e o cidadão é incorporado a um "mercado político", onde bens e recursos públicos são negociados diretamente, como "clientes" do Estado.

A esfera da produção também será desativada como zona de conflito, através de políticas previdenciárias que pretendem absorver os efeitos não planejados do sistema

econômico, tais como o aumento contínuo das taxas de desemprego.

Dessa forma, mecanismos de incorporação e integração social regidos pelo poder e pelo dinheiro (Estado, capital), substituem as formas de socialização e integração social que pareciam ser o programa fundamental da modernidade. Esses processos regressivos atingem áreas que lhe foram vitais: os processos de comunicação e transferência de conhecimentos e conteúdos culturais, assim como os processos deliberativos e críticos que renovaram suas formas institucionais.

Conforme as definições modernas de "vínculo social", contratuais e jurídicas, pressupõe-se que as equivalências formais das relações nos mercados são garantidas pelas equivalências formais na esfera do Estado de Direito, e as duas são sustentadas no princípio de reciprocidade entre as partes envolvidas num segmento qualquer das redes sociais ou econômicas.

O aprofundamento dos processos de racionalização pela "profissionalização" de agentes que agirão em esferas especializadas da cultura, reforçará aquelas lógicas de ação, socializadas então através de processos sistemáticos de transmissão cultural (escolas, bibliotecas, imprensa, etc.). Os contratos locais procurarão incorporar as

estratégias racionais em suas esferas particulares de ação.

Essa racionalização reflexiva e sistemática, ou essa "colonização" da cultura pela racionalidade, assentar-se-ia, porém, num solo anterior, o solo das esferas da vida cotidiana.

Nossas ações do dia-a-dia, em qualquer contexto social, tem a forma do agir comunicacional e nossos atos de fala partiriam sempre de uma expectativa da reciprocidade. A distorsão da comunicação por meio da linguagem só é possível porque falsifica as expectativas de reciprocidade, nas que primeiro se apóia para interferir sobre as práticas-discursos de um interlocutor.

A expansão da "racionalidade" agregaria, aos pré-requisitos não tematizados do agir comunicacional da vida cotidiana, as condições de uma esfera argumentativa onde, e em determinadas circunstâncias, os participantes podem problematizar afirmações sobre estados de coisas do mundo ou normas acerca do que se deve fazer na ordem social.

Assim como APEL⁽²³⁾ estabelece uma "lógica mínima", que deve ser aceita por todo participante de uma comunicação dirigida a sustentar afirmações, HABERMAS estabelece uma "ética mínima" que, contida na própria

estrutura da relação comunicativa, seria pressuposto de toda argumentação.

Essa "lógica mínima" e essa "ética mínima", são pressupostos de toda argumentação, que já deveriam estar implícitos na elaboração de hipóteses da "esfera pública", os quais são reconstituídos agora na idéia reguladora do "discurso prático".(24)

A "esfera pública", construção hipotética de uma filosofia política, pretendia atingir o imaginário de agentes históricos, explicitando os processos discursivos de formação coletiva da vontade.

O "discurso prático" refere-se a uma "esfera transcendental", onde é possível problematizar pretensões de validade, independentemente de todos os pactos locais, mas a partir de seus pré-requisitos normativos, colocados sob demandas de universalização. Pretende oferecer um procedimento que permita sustentar a comensurabilidade de normas e valores, mas não substantivamente, como "conteúdos éticos", culturalmente especificados, mas formalmente, em função de suas possibilidades de sustentar reivindicações de universalidade.

O "discurso prático", ainda que translade a comensurabilidade e a universalização de normas e valores a um plano definido como transcendental tem, porém, uma

eficácia empírica. Não é, logo, um "conceito metodológico" como é, por exemplo, o conceito de "fomação discursiva" de Foucault. Trata-se, nesse segundo caso, da reformulação de um processo de leitura de uma experiência humana já realizada, de tal forma que tem como antecedentes um outro "modo de olhar": o das Ciências Humanas. Seu objetivo inicial teria sido superar o "erro metodológico" que leva a ocultar o poder que se apresenta como "representação" e "saber".

O discurso prático pretenderá ser sustentado pelos próprios atores de demandas argumentativas, e tem como antecedente o agir comunicativo da vida cotidiana, onde normas e valores referem-se a conteúdos culturais contingentes e particulares, próprios de situações concretas de experiência.

É nos pactos locais que as intersubjetividades concretas produzem "argumentos éticos" com vigência e sentido, dentro de uma forma de vida e de cultura particular. As questões de "justiça" têm, nesses pactos, um sentido específico e já pré-estabelecido, como auto-realização ou "bem-viver"⁽²⁵⁾. Trata-se de orientações axiológicas integradas nas biografias e nas tramas cotidianas da vida social.

O participante do "discurso", porém, não poderia estar já na "atitude natural" da eticidade aceita e mantida de forma tradicional.

Entramos na esfera do discurso prático quando o que é familiar se "des-familiariza", quando colocamos em suspenso todos os pactos locais em que estamos envolvidos, não para serem desativados ou relativizados, mas para serem problematizados em sua referência a normas e valores, sob procedimentos intersubjetivos de sustentação de demandas de correção e equidade. Corroborar Habermas:

"No discurso, percebemos o mundo vivido da prática comunicativa cotidiana como que a partir de uma retrospectiva artificial; pois a luz das pretensões de validade examinadas hipoteticamente, o mundo das relações ordenadas institucionalmente vê-se moralizado de maneira análoga a maneira pela qual o mundo dos estados de coisas existentes é teorizado - o que até então valera inquestionavelmente como um fato ou como um norma, pode, agora, ser ou não ser o caso, pode ser válido ou não." (26)

O discurso prático é resultado de processos de diferenciação das esferas culturais e de sua possível tematização e problematização, em esferas "profissionais" especializadas. Pretende-se, porém, que seja um instrumento corretivo das distorções desses processos de especialização e das "fissuras" que se geram entre as "esferas especializadas de comunicação" e as esferas cotidianas de interação discursiva.

O discurso prático resgataria possibilidades já inerentes à possibilidade humana da comunicação enquanto baseada na interação recíproca. A universalização procedimental do Discurso Prático - agora deslocada à esfera transcendental de uma moral "pós-convencional" - só é possível porque revela dimensões "universais" da comunicação, como "horizonte existencial", corroborando o postulado da "mínima argumentação".

Existiria, assim, uma pré-compreensão intuitiva das condições duma argumentação em geral, a partir da qual se realizam tentativas de institucionalizar o Discurso Prático. Diz HABERMAS, a respeito:

"Ora, visto que os Discursos estão submetidos às limitações do espaço e do tempo e têm lugar em contextos sociais; visto que os participantes de argumentações não são caracteres intelegíveis e também são movidos por motivos outros além do único aceitável, que é o da busca cooperativa da verdade; visto que os termos e as contribuições tem que ser ordenados, as relevâncias asseguradas, as competências avaliadas; é preciso dispositivos institucionais a fim de neutralizar as limitações empíricas inevitáveis e as influências externas e internas evitáveis, de tal sorte que as condições idealizadas, já sempre pressupostas pelos participantes de argumentações, possam ser preenchidas pelo menos numa aproximação suficiente." (27)

O Discurso Prático, por extensão, pode ser visto, também, como o "postulado" da possibilidade da democratização como programa institucional: se existe alguma forma de credibilidade democrática em alguma instituição, é na medida em que é possível colocar suas orientações normativas sob o horizonte de um "Discurso Prático".

Nada implica, porém, que os participantes do "Discurso Prático" cheguem sempre ao consenso pretendido, e que a comensurabilidade de conteúdos culturais, plurais ou antagônicos, possa sempre ser estabelecida.

A referência a "interesses", em Habermas, como em outros autores, nunca indica algo assim como um repertório fixo de necessidades e de interesses resultantes dessas necessidades, estipulados "a priori", a partir de algum princípio biológico ou qualquer outro determinismo. Os "interesses" são sempre expressão de "interpretações das necessidades", culturalmente elaboradas⁽²⁸⁾.

À pluralidade resultante das diferenças e das diversidades culturais agregam-se antagonismos e conflitos resultantes de assimetrias entre sujeitos sociais.

O Discurso Prático coloca sobre a sociedade contemporânea uma exigência de flexibilidade, uma capacidade de "descentralização" na busca intersubjetiva

do consenso, pela mediação simbólico-discursiva dos conflitos.

Quando não é possível estabelecer nenhum tipo de "generalização de interesses", caberia, ainda, o "compromisso"⁽²⁹⁾. O "compromisso" entre participantes de um pacto local deveria, porém, ser justificável em termos discursivos-argumentativos, não poderia ser resultado de constrangimentos externos ou sanções heterônomas (prêmio-castigo, coerção, etc.).

Ou é possível colocar o conflito nos termos de uma argumentação, conforme a procedimentos institucionais "consistentes" com o "postulado do discurso prático", e aos que devem aderir as "regras de jogo" dos participantes dos pactos locais, ou o jogo da linguagem se interrompe, e o poder intervém na definição da situação, sem mediações. É, então, a hora de virar a mesa.⁽³⁰⁾

É interessante comprovar que HABERMAS coloca a instituições do Estado de Direito entre dois planos ideais de sustentação, porém, com pretensões de eficácia empírica: Por um lado, o pressuposto de uma "estrutura" universal do "agir comunicativo", baseado na existência, em toda e qualquer forma de interação discursiva, de "condições mínimas de argumentação" o que é, no fundo, afirmação de uma "lógica mínima" e de uma "ética mínima" como suporte cultural de todos os processos civilizatórios

do Ocidente. Por outro lado, o "postulado" do "Discurso Prático", que legitima o princípio de universalização como princípio moral "pós-convencional". A condição de legitimidade possível das instituições ocidentais, sobre cuja postulação descansam todos os planos da ação que requerem a participação interativa de um outro ator, e devem incluir condições mínimas de entendimento mútuo e cooperação.

Enquanto figura do cenário ético-prático e sua institucionalização num "Estado de Direito", o "Discurso Prático" pode ser olhado como "idéia reguladora" da ação política.

Vivemos, de fato, em situações onde os processos hegemônicos de formação de valor e a força decisória de "atores performáticos" tendem a obstruir os pactos locais e a des-realizar suas concepções de Bem-Viver e de Justiça.

Ao tratar de questões ético-políticas, não nos ocupamos, porém, com um programa "desprezível".

Essa "oferta" ético-política do Ocidente, deve ser repensada no quadro das novas ordens internacionais de globalização do capitalismo.

Acontece, agora, como se a única instância capaz de globalizar critérios de valor fosse o mercado, através de suas cadeias hegemônicas de equivalência, que têm no "dinheiro" uma tradução eficaz de qualquer valor.

Ora, Habermas lembra que é também da tradição do Ocidente outra forma de universalizar valor, e que independe do Mercado: é na esfera da ética. A esfera ética, através de procedimentos intersubjetivos e discursivos, é a única capaz de universalizar interesses e valores da esfera social, enquanto esfera crítico-normativa que não faz opção pelos conteúdos - e à diferença do mercado, que só pode mundializar cadeias de equivalência.

O "Discurso Prático" colocaria nas mãos da sociedade humana um procedimento de regulação comunicativa do poder, pretendendo fazer da democracia um "jogo" ético-discursivo que pode ser "jogado" pelos homens, nem animais, nem deuses...

PARTE I - DISSOLUÇÃO DAS FORMAÇÕES COLETIVAS NA MODERNIDADE

PARTE II - A SEGMENTAÇÃO DAS FORMAÇÕES COLETIVAS NA MODERNIDADE: O HIATO COMUNICAÇÃO-INFORMAÇÃO

CAPÍTULO I - DISSOLUÇÃO DAS FORMAÇÕES COLETIVAS PELA PERDA DE RECIPROCIDADE

A Fragmentação dos Coletivos da Modernidade: além das versões economicistas da "diferenciação estrutural"

Se pretendemos nos afastar da "filosofia da história", considerando que essa compreensão da história é já uma premissa da modernidade, pode-se afirmar, ao menos, que o conceito de modernidade segue oferecendo um horizonte historiográfico para a leitura simultânea de um conjunto de padrões recorrentes, nos mais diversos domínios da epistemologia, da ontologia social e dos paradigmas econômico e tecnológico.

Esse sentimento de ser uma época e de fundar um sentido epocal do devir, está, aliás, presente naquelas filosofias que, sendo críticas da modernidade, converteram-se nos mais fortes sintomas de uma "consciência moderna" - tal como a filosofia de Hegel.

Com efeito, naquele momento e circunstâncias, desenvolveu-se um pensamento de auto-referência, que manifestava-se duplamente: num discurso fundador, afirmativo, mas também num contra-discurso⁽¹⁾, de modo que a auto-referência foi acompanhada sempre de um sentimento

intelectual de inadequação entre o ideário da racionalidade e seus contextos de realização.

A liberação de potenciais ilimitados na vida econômica, orientada ao lucro e à formação de excedentes no paradigma produtivista, de pronto foi indiciada como causa de desorganização e miséria na ordem social: Hegel, Durkheim e Marx, teceram suas versões antropológicas sobre um processo de produção que ao mesmo tempo socializa e dissocia a ação humana coletiva.

A divisão e organização do trabalho foi, desde a "República" de Platão, um princípio formativo de macro-unidades sociais e políticas. Três processos são enumerados, entre os responsáveis pela desigualdade e as assimetrias de poder nas modernas sociedades ocidentais: um, que não lhe é exclusivo, mas nela se completa e se organiza, a divisão do trabalho intelectual e manual; outro, que lhe é próprio, pois estaria na base do taylorismo, da linha e montagem e do incremento das funções gerenciais, e que alguns, como Braverman, denominam "a divisão subjetiva do trabalho" - o que levaria a Luckás a colocar como demanda emancipatória a recomposição do "homem inteiro". Um terceiro processo, seria a diferenciação de "Especialistas" que vão encampando "competências" em diversos segmentos da vida humana, esvaziando de "saber" os mundos cotidianos da experiência. Mudando de abordagem, mas com um mesmo eixo,

a questão da formação de elites e seu domínio de "competências" permeia pensamentos como os de Horkheimer e Gramsci - passando por Sorel, Mosca e Pareto, na década de 30, e retorna com nova força e argumentos em autores como Machlup, Toffler, Bell, Ellus, principalmente a partir da década de 60.

Ora, seja por ser esse o ritmo do devir, tal como já o pensara Heráclito, seja por ser esse seu próprio ritmo, a modernidade apresenta-se como uma temporalidade de tensões, cujas tendências entrópicas e negaentrópicas terminam colocando em evidência a própria temporalização: se nela se constitui a razão analítica, nela também se desdobra uma razão situada, histórica, "dialética".

"O potencial racional comunicativo é simultaneamente desenvolvido e alterado no decorrer da modernização capitalista."⁽¹⁾

Se partimos da premissa de que, antes de controlar ou administrar fluxos de informação, a modernidade teve um momento de ativação e ampliação dos espaços sociais de comunicação, poderíamos estabelecer, de maneira simplificada, que as sociedades tradicionais tenderiam a formas de reprodução baseadas num "quantum" relativamente fixo e suficiente de informação, enquanto as sociedades modernas seriam aquelas que tendem à maximalização do valor da informação.

Isso significa não só que a economia mercantil-industrial capitalista busca na informação um suporte instrumental estratégico para sua expansão financeira e produtiva, e, logo, investirá na formação de "estoques" de conhecimento/informação entendida como recurso, mas também que na esfera da vida cotidiana tenderá a produzir-se uma passagem do comportamento orientado pela tradição a um comportamento orientado pela informação. Dessa maneira - e ao mesmo tempo que se tenderia a "maximalizar" a produção e formação de excedentes de informação, ficaria estabelecida uma demanda constante de certo "quantum de informação" que circularia por diferentes circuitos institucionais, espaços e canais de comunicação.

Nas sociedades tradicionais existiria uma maior adequação entre a formação do saber e as experiências intersubjetivas de comunicação, de modo que os quadros institucionais-normativos e classificatórios regulariam os processos de interação e trabalho, sem favorecer nem a formação de "excedentes" de informação nem estabelecer diferenciação de papéis entre a formação, guarda e transmissão do saber; daí as figuras da "testemunha" e do "narrador", papéis sempre disponíveis para a experiência cognitiva e comunicacional de todos os membros de uma comunidade.

De fato, essa dissociação entre a comunicação e a geração do conhecimento e a "guarda" e "transmissão" da

informação, terá dois desdobramentos significativos. Por um lado, a divisão do trabalho na esfera da cultura; por outro, novas formas de divisão social do trabalho na esfera econômico-tecnológica.

A divisão do trabalho, no domínio da comunicação do conhecimento dará lugar, por um lado, à diferenciação entre geradores, intermediários e usuários de conhecimento/informação e, por outro lado, ao surgimento de um setor econômico autônomo de atividades de informação, com seus empreendimentos de produção e serviços e suas grades ocupacionais.

Os teóricos da sociedade pós-industrial, seguindo na trilha de Durkheim e Parsons, colocam a estrutura ocupacional, gerada pela produção e distribuição de bens e serviços, como o mecanismo principal, senão único, dos processos de mudança social e como condicionante de um sistema de representação de interesses diversificado e pluralista. O modelo de "diferenciação estrutural"⁽³⁾, de natureza economicista, considera que o crescimento "linear, progressivo e irreversível" da divisão do trabalho, que tem como força propulsora "a invenção e assimilação de novas tecnologias", é quem produz, ao mesmo tempo, uma maior especialização ocupacional, uma maior diferenciação organizacional e uma maior interdependência institucional.

"Seu impacto diferenciador sobre as tarefas físicas e mentais da produção, promove o desdobramento e a desagregação das ocupações, o que, a sua vez, leva a um processo de profissionalização, burocratização, racionalização, secularização, de especificação de posições e interesses e de processos de identificação de papéis múltiplos."(4)

As teses pluralistas de diferenciação das sociedades modernas, e sua ênfase nas variáveis econômico-tecnológicas, assentariam suas pretensões de predictibilidade e de universalismo, justamente em suas restrições - no descaso com as variáveis políticas e culturais.

Pensamos, assim, que não bastaria abordar as questões relativas a formação de um setor de atividades de informação, tomando como ponto de partida a divisão social do trabalho no contexto das mudanças do paradigma econômico-tecnológico. Procuramos mostrar que todo "estágio" da divisão social do trabalho, e a formação de um setor autônomo de atividades de informação, deve ser analisado no quadro das mudanças da função hegemônica e de seus efeitos sobre a "sociedade civil" - num contexto cultural e político, ao mesmo tempo que econômico: em consequência, considerando as especificidades históricas e culturais dos países que devem processar em seus quadros institucionais as novas variáveis ocupacionais e tecnológicas.

A tese que nos serve de fio condutor é que, na trajetória preferencial do Ocidente, os mesmos padrões recorrentes de formação dos conhecimentos e seus desdobramentos nos contextos societários levariam essas sociedades a defrontarem-se, ao mesmo tempo, com formas monopolistas de controle dos conhecimentos e com um hiato cada vez mais profundo entre a comunicação e a informação.

A "Divisão do Trabalho" na Esfera da Cultura: Autoridade, Leigos e Especialistas

Não só na ordem econômica mas, também e basicamente, na ordem cultural, estaria operando uma premissa paradigmática de aceitação e estímulo da inovação e da experimentação. E isso traria consequências para as ordens da legitimação e para a praxis cotidiana.

Por um lado, as formas institucionais prévias do saber, do julgamento e da escolha passaram por um processo de dissolução e substituição: o clero, a corte, as ordens jurídicas e políticas de organização dos vínculos sociais, as autoridades que estabeleciam as definições da mundivisão e do gosto dominante, perderam seu papel preponderante como "arcabouços" sociais do conhecer.

Por outro lado, os espaços urbanos foram abertos a formas alargadas de interação comunicativa, abrigando os

"pares" do "3º Estado" - a nova burguesia numa fase formativa, inclusiva e abrangente: artesãos, comerciantes, a classe industrial emergente, aristocratas que reformularam suas bases de poder. Enfim, um processo de construção de uma nova identidade e de uma nova dimensão dos espaços de interação, onde instalar-se-ia o novo coletivo das pessoas privadas: a "sociedade" ou - o que em algum momento significou o mesmo, a "sociedade civil".

Podemos tratar de reconstruir algumas das transformações que redefinem o "lugar" do saber e do julgamento nas modernas sociedades ocidentais, lembrando as mudanças no "critério de verdade".

Segundo a história da filosofia, o critério de verdade era até então baseado no critério da "autoridade". Algo era ou não verdadeiro porque assim estava estabelecido na Bíblia, na lei escrita ou consentudinária, porque assim o afirmavam os poucos e grandes "mestres" reconhecidos como tais, ou porque sempre tinha sido desse jeito: a "autoridade do costume", não submetida a nenhum controle de falibilidade.

Bacon e Descartes colocariam manifesto um novo repertório de padrões culturais: primeiro, estaria permitido duvidar, colocar tudo em questão, absolutamente tudo entre as coisas do mundo e os mundos do homem. O preconceito, as noções não submetidas à crítica que, como

"ídolos", mantinham o homem preso à repetição dos erros do passado, seria então inimigos do progresso e não princípios inapeláveis de legitimação. O iluminismo, as novas fórmulas da vida religiosa estavam impregnadas da expressão kantiana: "sapare aude" - atreve-te a saber.⁽⁵⁾

Pode-se imaginar o impacto de, três séculos atrás, os filósofos e pensadores da modernidade dizerem - ao menos a quem poderia escutá-los: "não é a Igreja, não é o Estado, não é o Santo Sínodo, não é o seu pai ou tutor quem pode julgar por você o que é verdadeiro, escolher por você o que sejam o belo, o justo, a felicidade. Você deve buscar o verdadeiro a partir de seu próprio interior, fazendo uso de sua racionalidade".

Para Descartes, o critério de verdade, critério de natureza racional e subjetivista, era o "princípio da evidência": alcançar, acerca de algo, "idéias claras e distintas".⁽⁶⁾

Isso implicava, em princípio, em romper com todo monopólio e privilégio de julgamento e interpretação.

Pode pensar-se que algo de incômodo pairava no ar quando o jovem pensamento burguês, quase onisciente, demiúrgico, derrubava as velhas formas de censura e legitimação.

O social, diferenciado do econômico, mediação da participação dos novos grupos do poder econômico na esfera política, assim universalizado, era, porém, uma faca de dois gumes, pois, ao mesmo tempo que abria um espaço para aqueles novos grupos que elaborariam suas próprias interpretações e orientações da ação, alargava, também em abrangência, o "todo" que ficaria dentro do "círculo" formal da nova identidade: o "social" como universal abstrato, a "sociedade", admitia demandas ilimitadas de participação.

Dois movimentos acompanham aqueles processos de alargamento das bases sociais da modernização emergente e preparam novas formas de interdição e regulamentação do saber, do julgar e do escolher. A um, Foucault denomina o processo de individualização descendente⁽⁷⁾; ao outro, seguindo via Weber, até Habermas, denomina-se processo de especialização de esferas culturais.⁽⁸⁾

Os dois processos são homólogos e perpassam tanto as esferas da vida cotidiana quanto outros processos de diferenciação e regulamentação das esferas do trabalho. Todos eles são necessários para explicar, prontamente, não só o monopólio dos conhecimentos, como o "hiato" entre comunicação-informação.

Se as antigas visões do mundo são assim redivididas, reorganizam-se problemas e assuntos em torno dos três

núcleos culturais e em cada um deles instalam-se demandas específicas de validade: demandas de verdade, demandas de legitimidade normativa, demandas de autenticidade e expressividade. São assim tratadas separadamente as questões do conhecimento, da justiça, da legalidade, do gosto.

Cada uma dessas esferas culturais diferenciadas é submetida a um processo de institucionalização e dando lugar à formação de novas "profissões culturais" e, com o tempo, a seu desdobramento em complexas grades ocupacionais.

"Cada domínio da cultura passou a corresponder a profissões culturais cujos problemas vieram a ser considerados competência de especialistas." (9)

O "tratamento profissionalizado" da tradição cultural, conforme procedimentos racionalizantes de abstração e universalização, destacaria do "continuum" prático-discurso traços comuns, "totalidades" articuladas e diferenciáveis umas das outras, formando "esferas dissociadas" no domínio da racionalidade: cognitivo-instrumental, prático-moral e estético-expressiva. O "investimento" social nas "esferas" diferenciadas da Ciência, do Direito e das Artes, levaria a um acréscimo "em reflexividade, em universalismo, e em individualização", sob o domínio de especialistas que

estariam "mais preocupados em ser lógicos nesses âmbitos que as outras pessoas".(10)

É parte das aporias culturais da modernidade que àquele "acréscimo" corresponda um empobrecimento e dissolução do potencial comunicacional dos "mundos de vida", onde os indivíduos e grupos vivenciam suas experiências cotidianas:

"... consequentemente aumentou a distância entre a cultura dos especialistas e a do grande público. Aquilo que o tratamento e a reflexão especializados acrescentaram à cultura não é imediata e necessariamente apropriado pela práxis diária. Com uma tal racionalização da cultura cresce a ameaça de que se empobreça cada vez mais o universo de vida, cuja substância tradicional já perdeu seu valor."(11)

Com efeito, o projeto Iluminista, que assumiria como finalidade a emancipação do homem moderno do mito e da tradição, pretendia confiar ao uso público da razão o desenvolvimento de uma ciência que tivesse objetividade, orientada à verdade, de uma eticidade orientada à universalização do direito, e de uma arte orientada à autonomia do sujeito - de modo que, ao mesmo tempo, ficasse liberado o potencial de experimentação nesses domínios e dissolvidos os freios das formas "fixas" do mito, da autoridade, do pré-conceito. Tinha-se, aliás, uma finalidade na ordem cotidiana das práticas e dos discursos: pretendia-se que aquele "excedente" de cultura

especializada fosse enriquecer o cotidiano da vida individual e social. O que acontecia, porém; era a dualização entre as realizações das esferas culturais especializadas e as correspondentes dimensões dos mundos de experiências: dualidade entre "teoria" e "praxis", entre "arte" e "vida", entre "moral" e "ética".(12)

A especialização do saber e a expansão das demandas de validade sobre todo o "continuum" prático-discurso da vida cotidiana levaria, também, num outro extremo, ao sobre-dimensionamento de uma ou outra esfera especializada, com pretensões radicalizadas de orientação das esferas plenas e concretas da vida social: tais os modelos estetizantes das contraculturas, o cientificismo da tecnocracia ou a moralização dogmática dos "movimentos fundamentalistas".(13)

A "racionalização" e "especialização" das esferas da cultura teria um efeito negativo sobre os novos horizontes da sociabilidade que pareciam esboçar-se nos modernos Estados constitucionais.

A "sociedade civil" idealizara uma esfera de formação discursiva da vontade coletiva, fosse como mediação entre o econômico-privado e o político, fosse como instância formativa de um consenso. Ora, essa possibilidade só subsiste quando uma comunicação interativa gera os elos entre aquilo que deveria ser

mediado: os interesses em conflito, o Estado e a cidadania, etc.

Para que o vínculo social se realizasse como articulação discursiva seria necessário dispor de uma "koinée", uma língua comum entre as partes e uma pragmática tal que o julgamento e a fala estivessem ao alcance de todos e pudessem manifestar-se a partir de experiências acessíveis nos mundos da vida cotidiana.

A desagregação, especialização e institucionalização das esferas da Ciência, da Arte e do Direito não só teria como efeito a diversificação e especialização dos espaços culturais coletivos, mas teria um outro efeito, quicá mais profundo, sobre as pragmáticas normativas que regulamentavam as interações comunicativas. Novas regras de geração e circulação de discursos e informação, novas disposições sobre o acesso às "regiões discursivas", reorganizavam as formas aceitas de interação comunicativa.

O que fora atingido e colocado em suspenso pelo movimento de especialização e segmentação cultural foi o próprio "contrato comunicacional universal", que seria o horizonte de possibilidade de todas as comutações sociais, políticas e cognitivas e no qual se baseava a comensurabilidade dos discursos sociais.

O "contrato social" pressupunha um "contrato comunicacional" "a priori", sobre o qual seriam remontados os coletivos e as novas identidades dos indivíduos racionais e autônomos.

Se a demanda de equivalência e igualdade - lógica do contrato entre pares em soberania e autonomia, instala-se como demanda irreversível, só a demanda de equivalência na produção discursiva - estabelecida no "a priori" contratual de uma "pragmática universal" pode afastar da formação do vínculo social todas as "opacidades" - da comunicação "estratégica" e da administração sistêmica de interpretações da vida societária.

Do Comportamento Orientado pela Tradição ao Comportamento Orientado pela Informação

O social - mediação moderna entre o privado e o político - de pronto mostrou-se como mecanismo de despolitização.

Contruído como universal abstrato para envolver as relações entre indivíduos "monádicos" formalmente iguais, é nessa instância do "social" onde, de fato, seriam manifestadas e "aparadas" todas as diferenças e conflitos.

Se o social inicialmente oferecia uma nova base à legitimação do político, a "sociedade" ofereceu um novo espaço para a "naturalização" das relações humanas, transformando em "regularidades observáveis" as práticas rotineiras de dominação.

A Economia, como Saber e não como prática, é um dos desdobramentos desse processo de naturalização - agora não conforme as essencialidades onto-teológicas, mas conforme as leis, objetos da racionalidade empírica.

"O fato de que a política é apenas uma função da sociedade - de que a ação, o discurso e o pensamento são, fundamentalmente, superestruturas assentadas no interesses social - não foi descoberto por Karl Marx; pelo contrário, foi uma das premissas axiomáticas que Marx recebeu, sem discutir, dos Economistas políticos da era moderna." (14)

Ao indivíduo soberano como mônada contrapõe-se, com efeito, o indivíduo como quantidade, os "polloi" - os muitos, de que falara Hegel.

As aporias da filosofia política teriam seus desdobramentos no estabelecimento das novas ordens da sociedade industrial. Assim, duas construções se acompanham como a luz e a sombra: de um lado, o indivíduo, sujeito de direito - formal e abstratamente igual aos outros, e totalidade assimilada pela figura universal do Estado Jurídico, isonômico. De outro, o indivíduo enquanto

é "um", fração de uma soma, elemento de um "compositum", quantificável e visível como quantidade, sempre um qualquer, intercambiável nas séries e rotinas das atividades sociais instrumentais.

Se ao indivíduo-sujeito corresponde a proposta iluminista de uso público da razão, aos indivíduos que se contam, se somam e se ordenam em agregados funcionais correspondem as formas assimétricas e indiretas de comunicação, onde é impropriedade o princípio de reciprocidade - ou é mantido como a demanda técnica de um "minimum" definível pelas condições de recepção.

Trata-se de manter em funcionamento um "fluxo" de informações e conhecimentos que reconstituem significados e expectativas nos circuitos de ação reformulados pela nova ordem, sendo que, ao mesmo tempo, a natureza e o "quantum" de informação não seria definido pela totalidade dos atores do campo das relações sociais, mas fluiria a partir de centros técnicos e administrativos. Posicionados em pontos específicos, eles estabeleceram o "quantum" de informação a ser distribuído e as "cotas" de participação das instituições e das camadas sociais.

É essa ruptura ou escamoteio do princípio de reciprocidade - junto à superposição de fluxos de informação administrativamente geridos sobre os contextos prévios de interação comunicativa - o resultado das

aporias da modernidade e sua manifestação no campo da comunicação.

Foucault é um relator minucioso desse duplo "jogo" da modernidade:

"As luzes que descobriram as liberdades, inventaram também as disciplinas."⁽¹⁵⁾

A resposta à expectativa de "expansão ilimitada" do número dos membros da "sociedade civil" - presente já numa esfera incipiente de demandas das classes trabalhadoras no século XVIII, não seria só a ampliação condicionada do sufrágio, mas o desenvolvimento de instituições regulamentadoras e "formadoras" - de educação, de higiene e saúde, previdenciárias, etc., que separaram, entre outras coisas, os "poucos" escolhidos dos "muitos", "a mão-de-obra", quantificável na duração e na potência, para levantar as cidades e as fábricas do mundo moderno.

"A forma jurídica geral que garantia um sistema de direitos em princípio igualitário era sustentada por esses mecanismos miúdos, cotidianos e físicos, por todos esses sistemas de poder essencialmente inigualitários e assimétricos que constituem as disciplinas. E se de uma maneira formal, o regime representativo permite que direta ou indiretamente... a vontade de todos forme a instância fundamental da soberania, as disciplinas dão, na base, garantia da submissão das forças e dos corpos. As disciplinas reais e corporais constituíram o

subsolo das liberdades formais e jurídicas."(16)

Por outro lado, se abre também um potencial heurístico, de descoberta de diferenças e pluralidades, que ficara disponível ao se separar a produção cognitiva das grades onto-teológicas de um mundo doado sem conquistas. A modernidade constrói práticas e metodologia de descoberta da alteridade, antes de elaborar seus resultados nos quadros da lógica demonstrativa e das consistências teórico-discursivas.

O olhar para um outro é um aprendizado e ao mesmo tempo que uma construção de redução. "O mesmo" codifica o outro desde um modelo, uma "ideologia", mas deve manter a presa nas suas redes conceituais, pois não é a especulação mas a eficácia que consolida o empreendimento moderno.

A individualização dos "muitos" segue mecanismos de registro e documentação:

"a medida que o poder se torna mais anônimo e mais funcional, aqueles sobre os quais se exerce tendem a ser mais fortemente individualizados, e por fiscalização, mas que por cerimônias, por observações mais que por relatos comemorativos, por medidas comparativas que têm a 'norma' como referência, e não por genealogias que fixam os ancestrais como ponto de referência, por 'desvios' mais que por 'proezas'."(17)

As "economias" da modernidade acarretavam a acumulação de homens junto à acumulação de capital: mais homens para produzir, mais homens para alimentar. A urbanização acelerada, a expansão da unidade produtiva (a fábrica, os conglomerados), a expansão demográfica, multiplicava quantativamente os "polloi" (os muitos) que os conceitos de "Sociedade" e de "Estado Nacional Constitucional" colocavam num mesmo "todo".

Tratava-se então de aprender a lidar com a multiplicidade, com as "populações" - e dentro das novas condições de exercício do poder: sem violência manifesta, penetrando no domínio da palavra. A fórmula seria "suavidade-produção-lucro".

Em cada centro de atividade social diferenciada, repetida e considerada valiosa, seria necessário encontrar o modo de transformar em "útil" a multiplicidade dos indivíduos em reunião: os processos de "individualização descendente", homogeneizadores, redefinem as demandas do sujeito soberano e substituem os coletivos de cidadãos, produto ideal da consciência e da vontade coletiva, pelos coletivos mecânicos dos produtores e dos consumidores.

Constantemente, o homem moderno é confrontado com a dualização dos princípios de ação. Por um lado, um sistema de normas idealmente universais, cuja premissa, a isonomia, ou igualdade de todos frente a lei, legitima os

sistemas jurídicos e as formas Constitucionais de Estado, assim como dá lugar também as lutas substantivas pelos "direitos humanos" - projetados sobre o horizonte das equivalências abstratas e formais. Por outro lado, sistemas organizados conforme um princípio distributivo, distribuem os indivíduos em papéis e funções, em escalas hierárquicas ou em torno de uma norma que define o comportamento adequado para situações pré-estabelecidas. Um mesmo regulamento estipula as posições desiguais dos parceiros, e essa "assimetria" é, naquele contexto, irreversível. Fica assim estipulado, ao mesmo tempo, um "direito" e um "contra-direito" .(18)

A ruptura do princípio de equivalência não quebraria só a legitimidade da ordem estabelecida e desativaria seus mecanismos de legitimação. A ruptura constante e reiterada de todo princípio de reciprocidade permeia todos os esforços comunicacionais, dentro e fora das áreas tradicionais de socialização.

A "razão ampliada" de Habermas - que o leva a afirmar uma condição do social possível, incorpora a razão disciplinar de Foucault, e aumenta a "espessura" dos "campos discursivos" nos planos espaço-temporais da comunicação.

De fato, muitos dos dispositivos reprodutores associados ao paradigma industrial produtivista pareceriam

corresponder melhor a um dos seus estágios, no qual os "ritmos" eram relativamente lentos, e as "palavras de ordem" sistêmicas podiam ser elaboradas nas longas cadeias de socialização, ainda dentro da tradição ocidental da "paideia", do "bildung", do "habitus", ou, em termos de Foucault, das "disciplinas".

Os ritmos, porém, foram acelerados, ganharam intensidade e descontinuidade novas. Os "dispositivos" de poder se deslocam e em lugar de "agregados", de "hábitus" próprios de um grupo ou categoria social, hoje só pareceria ser enfatizado o hábito de lidar com plurais fluxos semióticos: TV, redes bancárias automatizadas, computadores, imagens, som.

Diferentemente dos ritmos regulares e contínuos das disciplinas e suas rotinas comportamentais, os fluxos semióticos permitem ritmos quânticos: ora fluem, ora deixam de fluir, mudam as mensagens e a programação das mensagens, incluem/excluem com movimentos secos e limpos, pontuais. O violentado, ao invés da norma ou o valor alternativo, é o tempo, o tempo do cotidiano, a duração da vivência. Os novos tempos tecnológicos não têm os ritmos da socialidade, da conversa, da deliberação. Se as máquinas mecânicas atrelaram o trabalho ao tempo abstrato da produtividade, agora produzimos temporalidades reguladas por máquinas semióticas: colocamos nosso tempo a

serviço dos ritmos semióticos tecnologicamente controlados.

Um fato permite ilustrar essas mudanças: a experiência de uma transmissão em "cadeia" da Guerra do Golfo englobando toda uma região geopolítica, bastaria para colocar em evidência o domínio hegemônico do espaço comunicacional internacional. O enfatizado, porém, não é a dimensão e alcance dessa potência, mas a velocidade, a instantaneidade da ação semiótica do poder.

Por outro lado, no cenário contemporâneo aconteceria um movimento de reversão da dissociação e especialização de esferas culturais, observando ao mesmo tempo a diferenciação e interpenetração de esferas comunicacionais que participam na produção e distribuição dos saberes sociais.

Constituem-se esferas comunicacionais diferenciadas: o Estado, os produtores de conhecimento científico-tecnológico e as instituições que os agrupam, os empreendimentos econômicos, a sociedade civil e suas organizações, a dita "comunicação de massas", TV, imprensa, rádio. Nenhum sistema de comunicação social ou ação de transferência de informação é hoje auto-suficiente: seus resultados dependem das ações, coordenadas ou não, realizadas em mais de uma dessas esferas.

Se em todas sociedades coexistem diferentes sistemas de conhecimento (técnicos, econômicos, políticos, etc.) um dos maiores impactos dessa diversidade de interpenetração acontece na esfera da experiência cotidiana e alcança a maioria da população.

Num mesmo espaço de vida ocorre, assim, a interpenetração de práticas e discursos de diferentes procedências: por um lado, discursos, atividades e objetos técnicos resultantes de processos complexos de desenvolvimento e aplicação de conhecimentos científicos e tecnológicos; por outro, a subsistência de parâmetros tradicionais de experiência e de definição da socialidade. Nos países de capitalismo dependente, nos países da ex-União Soviética, introduzidos em curto prazo na economia de mercado, as populações devem passar por uma reformulação técnica e funcional de grandes áreas de atividade (saúde, transporte, trabalho) que sobredetermina a cultura tradicional. As pessoas, principalmente as que possuem menos recursos educacionais e informacionais, vêm-se colocadas em situações de interpenetração de esferas práticas e discursivas de diferentes níveis e procedência - que elas deverão elaborar, com um alto custo emocional e material.

Todo objeto técnico é portador de um significado que só é decifrável por códigos especializados de

interpretação e que só se torna acessível em termos de linguagem cotidiana, através de processos de tradução mais ou menos complexos.

As cadeias prático-discursivas, geradas pelo objeto técnico, demandariam assim sequências contínuas. Poderiam, porém, ser contínuas sem existir equivalência entre os "extremos" da cadeia? Entre um "polo" gerador e um "polo" consumidor?

4. A Dissociação das "Cadeias" de Transferência de Informação e o "Hiato" Comunicação-Informação

À dissociação das esferas da cultura e da comunicação, características dos processos modernos de especialização e racionalização, seguiriam, hoje, movimentos de interpenetração e agregação das esferas assim dissociadas, não de maneira ideal, mas em torno de unidades concretas construtoras de novas redes de ação e conhecimento.

Se os elos entre poder e opinião pública são colocados em questão pela própria existência de poderes que parecem prescindir das energias da legitimação que ela oferece, tais como as tecno-burocracias e o capital financeiro, também outros movimentos reconstroem espaços

comunicacionais e redefinem as lógicas do discurso político, como os movimentos ecológicos.

Os "dispositivos" do poder, porém, não teriam abandonado os espaços coletivos do discurso, mas mudado o escopo e desenho desses objetivos.

Conforme as novas premissas - desproletarização, dissociação da "formação de recursos humanos" do "aumento de produtividade", procedimentos exteriorizados de controle sem as condições "pedagógicas" da formação de "hábitos", dissociação entre as "palavras de ordem" de "acumulação de homens" e "acumulação de capital" - os mecanismos de poder deveriam, por hipótese, ser mais seletivos que massivos e mais direcionados que difusos. E, na medida que o monopólio dos conhecimentos agrega-se à separação entre a base de conhecimento social e a base de conhecimento da sociedade, os valores cognitivos dos processos de semioses, que é o que designamos como informação, serão cada vez mais dissociados dos processos comunicacionais e de suas demandas intrínsecas de reciprocidade normativa e tratados como "estoques"⁽²⁰⁾ ou "insumo" a serem processados em cadeias cada vez mais tecnificadas e administrativamente definidas, exemplificáveis por circuitos organizados da comunicação indireta.

Como resultado, a tendência seria não só a dissociação da comunicação - como interação intersubjetiva da informação - redefinida como objeto técnico, mas da dissociação das cadeias de transferência de informação em duas vias: uma via "descendente", distributiva, associada aos mecanismos de incorporação de indivíduos e grupos nas redes institucionais, e uma via "ascendente", "formativa", associada aos mecanismos de formação de excedentes e de acumulação de capital, que acompanha os movimentos estratégicos dos grupos dominantes.

Os "movimentos" que constroem e atualizam as "redes informacionais" e as tramas que as fundem nas redes de vínculos societários são, assim, diversos em direção e qualidade.

Alguns deles, os que compõem a "linha de acumulação", consistirão em um conjunto de miúdos e possantes mecanismos que deslocam conhecimento/informação em direção aos centros onde se definem os grandes empreendimentos. Onde se desenham os "protótipos", se financia e concebe os "programas de pesquisa", são tomadas decisões acerca dos mercados de investimento e as estratégias institucionais e macro-políticas.

A linha distributiva sintetiza as redes de movimentos descendentes, é a linha que carrega informação para as bases mais amplas de absorção e uso. A linha

distributiva cruza-se com as linhas de incorporação e, de fato, às vezes funcionam como uma só.

O próprio das linhas descendentes ou distributivas é que a comunicação da informação não segue processos de interlocução baseados na reciprocidade.

Geralmente têm a forma de comunicação indireta e uma função prescritiva que tende a reduzir no possível as margens de interpretação. De fato, nas redes descendentes a informação chega às "estações terminais" compactada como "ordem" ou "artefato". "Ferva a água". "Não coloque recipientes quente no 'freezer'". "A unidade de mudança é o indivíduo".

O "artefato": uma máquina de calcular, um "video game", um pacote de "software", ou "legumes desidratados", é sempre um "black box" com instruções para uso.

Vejamos com detalhe. O bom funcionamento dos mecanismos de inclusão e de controle do mundo moderno pressupõe que todo e qualquer um dos membros do corpo social recebe e gere informações. Quem fica excluído de toda rede de informação estaria de fato excluído da modernidade, fora de toda "grade" institucional e de toda cadeia associativa (cadeias de produtores, de consumidores, de clientes ou eleitores do Estado).

As redes inclusivas das sociedades urbanos-industriais devem ser contínuas. Um "expert" em desenvolvimento diria que a educação, como o telefone, só é útil quando não é privilégio de uns poucos. Pressupõe-se, assim, a existência de um "quantum" de informação, de qualquer grandeza, que recorre o corpo social no todo.

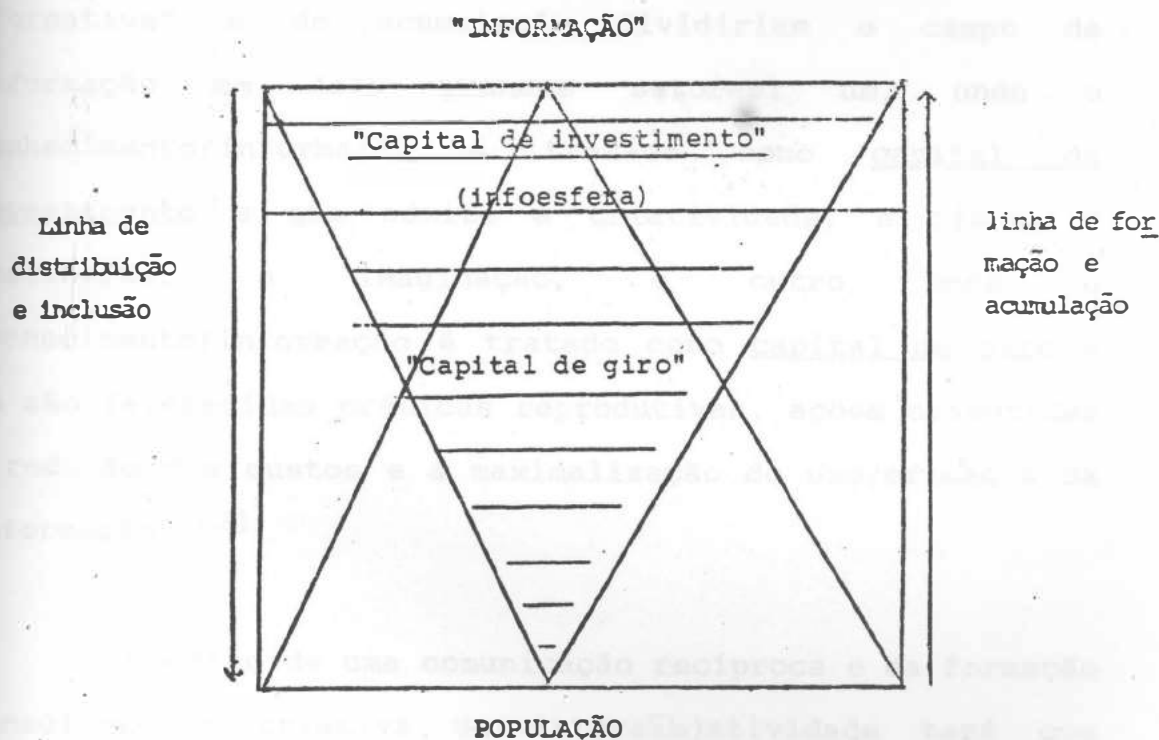
Diferentes estudos mostram, porém, que não existem operações de equivalência nem entre setores nem entre as diferentes posições dos sujeitos engajados nas redes. Lógicas de privilégio perpassam as cadeias de transferência, de modo que um aumento na "grandeza" ou "qualidade" do "quantum" de informação não implica uma participação igual dos sujeitos envolvidos, mas, pelo contrário, a mais das vezes, contribui para aprofundar a defasagem dos conhecimentos ("knowledge gap")⁽²¹⁾ entre aqueles que detenham recursos e "competências" cognitivas e outros "atributos" que favorecem o acesso/absorção da informação (tipo de ocupação, filiação institucional, etc.) e todos os outros que carecem desses atributos e pontos de partida.

Pode-se afirmar, certamente, que os padrões de formação e transferência de conhecimento na moderna sociedade ocidental, sob princípio de apropriação monopólica e o uso assimétrico de mecanismos de incorporação e de controle, produziram uma formação "em pirâmide" da distribuição organizada da informação, de

modo que a pirâmide informacional é o inverso de uma "pirâmide populacional" construída sobre qualquer um dos eixos assimétricos de distribuição demográfica de expressões de poder social: renda, ocupação, educação, sendo que ficariam no "zenit" da pirâmide os "poucos" que realizam o maior valor dessas "variáveis".

QUADRO 2

A DISSOCIAÇÃO DAS "CADEIAS" DE TRANSFERÊNCIA DA INFORMAÇÃO



A "infoesfera", "esfera do conhecimento objetivo" ou os "estoques de informação" que o materializa em registros, poderiam ser representados como a faixa superior da "pirâmide" de conhecimento/informação, que resulta da administração acumulativa dos "excedentes de conhecimento", sob o predomínio do princípio monopólico.

Como já fora analisado, é próprio do modelo da sociedade moderna que algum elo mantenha num mesmo circuito de conexões a última linha da pirâmide populacional com a linha "superior" da pirâmide informacional. Mantêm-se, porém, diferenciados os "jogos" de distribuição e incorporação e os "jogos" de investimento e tomada de decisão.

A linha de distribuição e incorporação e a linha "formativa" e de acumulação dividiriam o campo de informação em dois grandes setores: um, onde o conhecimento/informação é tratado como capital de investimento e que admite a criatividade, o risco, a descoberta, a imaginação, e outro onde o conhecimento/informação é tratado como capital de giro e só são favorecidas práticas reprodutivas, ações orientadas a redução dos custos e a maximalização do uso/eficácia da informação. (22)

A questão de uma comunicação recíproca e da formação consciente e criativa da intersubjetividade terá que considerar, num mesmo quadro de reflexão, a diferenciação e interpenetração das esferas da comunicação, juntamente com a organização hegemônica do campo da transferência de informação por duas "linhas" de fluxo de informação: uma, da distribuição, inclusiva, outra, de formação e acumulação de conhecimento/informação.

CAPÍTULO 2 - A Segmentação dos Coletivos do Trabalho

1. A "Divisão do Trabalho" na Esfera da Representação

O indivíduo, agente "emancipado" da iniciativa privada, só obtém extensão e forma de um "coletivo" a partir de critérios de agregação mais ou menos explícitos e sempre a posteriori de sua inserção individual num contexto de ação. A acumulação quantitativa precedeu assim, em certa forma, a emergência de um "ator social".

As figuras individuais dos agentes de uma ação coletiva são caracterizadas conforme esferas diferenciadas de ação: o cidadão, agente de ação política, o trabalhador, agente da produção.

Como cidadão pode compor o coletivo dos indivíduos agregados nos processos de formação de uma vontade política.

Idealizado como agente do Estado de Direito, cabe ao cidadão zelar pela regulamentação jurídica da ação social através de direitos e deveres. No Estado jurídico-representativo, será o "Partido Político" a expressão institucional de um coletivo formado "a posteriori" - a partir de uma agregação que têm como critério os interesses individuais e de grupos.

Como trabalhador, no entanto, exerce uma função econômica na esfera da produção, é subscritor de um "contrato" ideal de trocas equivalentes (trabalho x salário), desdobramento das equivalências jurídicas do modelo moderno de cidadania.

Como trabalhador pode compor os coletivos do trabalho, idealizados, por sua vez, pelos regimes trabalhistas e social-democratas, na figura tripartita: TRABALHO-CAPITAL-ESTADO⁽¹⁾.

A expressão institucional do coletivo dos trabalhadores é o Sindicato e cabe a ele zelar por uma pauta de três demandas básicas: preservação do emprego, defesa do salário, melhoria das condições de trabalho.

Os processos de modernização industrial e a progressiva especialização na divisão social do trabalho dariam lugar a uma função técnico-cognitiva diferenciada: o tecnólogo, o profissional. De fato, trata-se de uma categoria antiga que exercia funções de "consultoria" em áreas que requeriam um saber e uma técnica específicas: tais os médicos, os advogados, os engenheiros. Com o crescimento das funções gerenciais e administrativas e das funções ditas "profissionais" dentro do aparelho industrial e das agências do Estado, atrelados à formação e expansão dos setores médios, constituíram-se novos interesses e demandas que requerem uma manifestação

pública: serão as associações profissionais e as sociedades científicas.

O cidadão, o trabalhador e o profissional e suas expressões institucionais (partido, sindicato, associações profissionais) repartiriam - se a tarefa discursivo-pragmática de definição do político a partir do social, conforme um princípio de divisão do trabalho "interno" -, ou seja, próprio dessas áreas sócio-políticas: cabe ao Sindicato a luta pelas demandas econômicas (emprego, salário, melhoria das condições de trabalho), cabe à Associação Profissional a luta pelas demandas de reprodução ampliada da profissão (qualificação, regulamentação da profissão), cabe ao Partido Político as demandas que, por seu alcance, só podem ser equacionadas em termos de Sociedade ou de Nação.

Até onde, porém, se manteve essa "divisão do trabalho"? Até onde trata-se hoje de reconstruir estratégias e lutas através dessas formas políticas de organização, assim setORIZADAS e distribuídas, ou trata-se de compreender as lutas pela redefinição das próprias formas políticas?(2)

QUADRO 3 - AS FIGURAS MODERNAS DOS ATORES COLETIVOS

Dimensão da Ação Social	Papel do Ator Social	Forma Política	"Temas" Institucionais	Estratégia
Função Econômica	Trabalhador	Sindicato	Emprego, salário, condições de trabalho	Mobilização e Negociação
Função "Intelectual"	"Profissional", Tecnólogo e Cientista	Associações Profissionais e civis	Autonomia do processo de trabalho, regulamentação, qualificação	Monopólio da Qualificação
Função "Política"	Cidadão	Partido Político	Justiça política Justiça econômica	Estratégias atreladas ao pleito eleitoral

2. Do "Paradigma" da Comunidade Orgânica ao Paradigma Moderno da Relação Social

Como "genealogia" das relações sociais modernas, pode-se recorrer à ruptura com o paradigma da "comunidade orgânica" que estaria vigente na sociedade européia antes da revolução industrial e da revolução francesa.

Conforme os historiadores da organização corporativa medieval, os "corpos" e as "comunidades" ofereciam um princípio de agregação sócio-político capaz de dar conta da ordem social como um todo.

Eles são como os desdobramentos de uma "sociedade natural" nos diferentes contextos de ação: os "corpos e comunidades de artes e ofícios", mas também os "corpos eruditos" (das universidades e academias), os corpos dos "auxiliares de justiça" (advogados, procuradores, notários, funcionários), os "corpos de saúde" (médicos, boticários, cirurgiões), companhias comerciais e financeiras, enfim, os feudos, as cidades.⁽³⁾

A "comunidade orgânica" é, assim, tanto a menor unidade de constituição do social como é o social em sua perspectiva mais abrangente, holística:

"... o reino é, também ele, um corpo composto por corpos inseparáveis, definidos e hierarquizados segundo um plano que não foi desejado pelos homens, mas

sim pela Providência e no qual o soberano, intermediário entre a ordem humana e a ordem divina, é a principal garantia."(4)

Os "corpos de arte e ofícios" teriam um caráter "exemplar", dado que, além de regulamentarem e organizarem as atividades próprias do ofício, associavam aos coletivos do trabalho uma comunidade moral e religiosa. Oferecendo, assim, uma forma organizativa que "prende ao homem em sua totalidade".(5)

Trata-se de uma concepção teleológica da ordem social, não tão distante em seu princípio articulador do modelo sistêmico-funcional, sustentado no princípio da equi-finalidade. Diferenciam-se um, pelo caráter "anônimo" da função, outro, pela concessão "nominal" de um privilégio. Segundo Jacques Revel, consistiria na

"troca contratual de um serviço coletivo por um privilégio coletivo."(6)

À diferença do contrato social iusnaturalista, baseado no "direito natural" e de alcance "universal", tratava-se de contratos setoriais entre uma autoridade estabelecida e uma corporação demandante.

"Cada uma delas constitui-se legitimamente apenas 'para proveito e para o bem de todos' atribuindo-se a execução de uma tarefa de interesse geral (ministerium) da qual obtém, simultaneamente, o monopólio: o serviço de Deus ou o estudo, a oração contemplativa, a

gestão de uma cidade ou o exercício de um ofício. Essa função social (profissão) é inseparável dos privilégios que lhe são consentidos em contrato."⁽⁷⁾

As corporações eram menos uma "entidade" fixa e imutável que um meio de controle econômico ou político por parte do Estado, ou por parte dos próprios atores da esfera do trabalho.

"Certas comunidades fecham-se sobre si mesmas e outras escolhem, pelo contrário, confederar à sua volta famílias de atividades próximas. Este jogo complexo de alianças e divisões, muito raramente estudado, remete por vezes a princípios objetivos: o aparecimento de uma nova técnica, por exemplo. Mais frequentemente... mostra estratégias de expansão ou de defesa nas quais a corporação não é um fim, mas um meio."⁽⁸⁾ (Grifo nosso)

A forma política aparece, assim, ainda na fase corporativa, como um momento das estratégias sociais e não como premissa "sine qua non" da qual se derivam relações e comportamentos sociais.

A crítica iluminista às corporações opunha à ordem institucional de funções e privilégios diferenciados uma nova matriz social "que reconhece apenas indivíduos distribuídos ao longo do processo de trabalho e produção". A redefinição das relações sociais, no quadro de um novo paradigma produtivo, implicava mostrar primeiro - no intuito de legitimar as mudanças, que debaixo da ordem corporativa estaria subjacente, por natureza, uma outra

matriz de relações de produção, baseada na agregação da unidade individual de trabalho: a matriz da unidade produtiva empresarial, síntese técnico-administrativa da pluralidade dos indivíduos e das máquinas.

"Aqueles que conhecem o andamento do comércio sabem também que toda a iniciativa importante de comércio ou de indústria exige o concurso de duas espécies de homens-empREENDEDORES que fazem os avanços para as matérias-primas, de utensílios necessários a cada comércio, e de simples operários que trabalham por conta dos primeiros, mediante um salário combinado. Tal é a verdadeira origem da distinção entre os empreendedores ou mestres, e os operários ou confrades, a qual se funda na natureza das coisas e não depende da instituição arbitrária dos corpos de ofício."⁽⁹⁾

A ordem tradicional, hierárquica e compartimentada da organização corporativa encontrava sua legitimação na arquitetura onto-teológica da mundivisão dominante. Os argumentos iluministas, contra a ordem corporativa, colocam frente a ela uma nova ordem, baseada na lei natural e sua continuidade e alargamento pelo uso instrumental da razão. O ofício terá um papel estratégico nessa nova ordem, onde encontra seu lugar "natural" entre a demanda "natural" da necessidade e as leis naturais - que ancoram as transformações da "natureza empregada". É buscando uma maior "concordância das formas do trabalho com a ordem natural" que contrapõe-se às rígidas normativas das corporações a nova demanda de "liberdade"

que permitiria a expansão daquelas artes e a maximalização de suas vantagens para o homem.(10)

A liberdade de expansão das "artes", independentemente dos "corpos" e "comunidades", implicava na eliminação do princípio de "jurisdição especializada" vigente na ordem corporativa, de modo que a regulamentação dos ofícios e as funções de "polícia" e "vigilância" ficavam atreladas ao Estado e às formas universalizantes do direito moderno.

Criavam-se, assim, as condições para a expansão da base cognitiva e tecnológica da sociedade industrial, assim como sua formulação capitalista: dissociação do saber técnico-instrumental dos agentes da esfera do trabalho.

Durkheim enfatiza a supressão de todo momento ético do novo paradigma produtivo com ruptura do círculo de solidariedade que envolvia os produtores e acolhia sob sua responsabilidade os direitos do consumidor.(11)

3. Produção e Conhecimento na Moderna Sociedade Industrial

O modelo funcional do mercado e sua eficácia no "comando social" sustentam-se no princípio de

"equilíbrio", legitimado pelas teorias econômicas clássicas. Tal aconteceria com o mercado de trabalho:

"Havendo equilíbrio, todos os recursos são usados eficientemente, toda força de trabalho é utilizada onde ela produza os maiores benefícios econômicos, o desemprego existe apenas quando voluntários."(12)

É o mercado o que reconstitui, através de seus mecanismos de equivalência, uma figura de justiça econômica:

"A reiteração de uma eficiência otimizada com respeito à alocação da força de trabalho nos postos de trabalho corresponde à afirmação (com limitações) de uma justiça na alocação dos rendimentos entre a força de trabalho: não é o resultado, mas sim o processo de distribuição dos rendimentos (troca com base em decisões individuais livres) que é justo."(13)

A equivalência estabelecida pelo mercado de trabalho, porém, é só formal.

O trabalhador individual, "livre" para negociar com a empresa, só é livre abstratamente, pois só pode assegurar sua sobrevivência através do contrato de trabalho que lhe assegura o salário. O trabalhador individual da economia de mercado não pode usar suas capacidades para satisfazer suas necessidades: a "força de

trabalho" não tem "valor de uso" para o próprio trabalhador.

Pelo contrário, o capital é livre de modo potencial e atual. Tendo consigo a iniciativa do empreendimento econômico, pode deslocar-se de um segmento a outro do universo produtivo ou, ainda, transformar-se em capital financeiro.

Assim, o primeiro "organizador" dos trabalhadores são o próprio capital e o mercado de trabalho. As associações e sindicatos, que dão forma política aos coletivos de trabalho, aparecem posteriormente, como "organizadores secundários".

"Os sindicatos são associações de membros que, antes de se tornarem integrantes de um sindicato, já fazem parte de outras organizações, a saber, empregados de empresas capitalistas." (14)

Através do empreendimento empresarial, o dinheiro opera como fator de integração social não discursiva.

Cabe ao empreendimento capitalista tomar a iniciativa de combinar fatores de produção (trabalho, máquinas, matérias-primas), que primeiro adquire através de operações de troca, como possuidor de dinheiro. Essa capacidade de iniciativa e de síntese permite-lhe a gestão de grandes unidades de trabalho social, incluídas todas as

formas de "trabalho diacrônico" (informação, tecnologia, máquinas). Os limites dessas unidades são técnicos e econômicos, conforme princípios de eficácia e lucro.

A tendência à expansão do capital e sua capacidade de síntese e unificação leva-o a constituir agregados cada vez mais extensos e diversificados, manifestando-se nas formas do capital monopolista organizado e de capital transnacional.⁽¹⁵⁾

Não existe, assim, atores com peso equivalente no atual cenário econômico: os atores monopolistas ou oligopolistas têm um peso maior. Ora, uma vez situado o conhecimento como um valor definível no campo econômico, os atores econômicos de maior peso não só disputam a formação e apropriação de excedentes de conhecimento, mas a própria definição de qual é o conhecimento valioso, relevante.

A "empresa transnacional" possui, assim, não só a iniciativa própria do agente do empreendimento capitalista, mas também julgamento econômico de caráter "performático", de modo que seu julgamento econômico participa na definição de uma conjuntura econômica.

Seu poder de mercado permite-lhe uma autonomia no julgamento da realidade, de acordo com parâmetros de definição que respondem a seus interesses e objetivos.

O'Donnell fala de um "julgamento" de acordo com um "código" que, como um "mapa parcial da realidade", orienta a atenção para certos aspectos e não para outros de uma situação.

"O código filtra massas de informação, selecionando-as e hierarquizando-as. Seleciona ao censurar a busca de informação e sua recepção, sobre aspectos que considera relevantes. Hierarquiza ao ordenar a informação admitida em elementos que são 'importantes', outros que devem ficar subordinados a aqueles e outros sobre os quais, importantes ou não, 'nada pode ser feito'." (16)

Um fator coadjuvante, da autonomia de julgamento e de sua capacidade de influenciar como "ator performático" a própria situação econômica em que atua, reside no fato de ter um longo horizonte temporal com relação ao horizonte temporal dos outros atores que interagem no mesmo cenário:

"Isto é consequência de sua complexidade interna, da dimensão das suas atividades, dos investimentos realizados para sua especialização em atividades que não se aprendem nem desaprendem facilmente, e do amadurecimento em prazos relativamente prolongados dos benefícios gerados. Por isso, atuar com uma perspectiva de tempo futuro relativamente prolongado é a conduta racional para que estas organizações otimizem as vantagens derivadas do seu controle de uma vultosa e complexa massa de recursos." (17)

É nesse horizonte temporal de longa duração que um investimento em Pesquisa e Desenvolvimento faz sentido, produzindo expectativas de satisfação econômica, permitindo assumir os riscos de uma atividade que só dará resultado no longo prazo.

A apropriação de conhecimentos e a autonomia de julgamento e iniciativa que lhe dão poder monopolista de mercado, dão também a capacidade de regular a mudança tecnológica, decidindo quando e como introduzir a inovação no processo produtivo. (18)

A ETs é quem define o que é uma inovação e quando a inovação gerará mudança tecnológica no processo produtivo; define qual é o grau de "criatividade" desejável na equação que envolve eficácia e lucro; qual é o papel do conhecimento científico e tecnológico numa conjuntura específica, conforme seu julgamento codificado e "sobreimposto" às grandes linhas do paradigma econômico-tecnológico.

O monopólio dos conhecimentos já não é exercido sobre o produto do conhecimento, mas permite estabelecer o que é produzir conhecimentos, sendo o conhecimento definível em contextos de eficácia e não de verdade. (19)

Além da sua capacidade de regular a mudança tecnológica e a inovação, o "julgamento" empresarial passa

a regular a própria pesquisa, cabendo-lhe assumir o lugar de instituições que outrora tinham autoridade e jurisdição sobre o julgamento de relevância e qualidade da pesquisa científica: a Universidade, as Agências governamentais de financiamento.

A medida que a estagnação do Estado retira as verbas das Instituições de Pesquisa, dentro ou fora da Universidade, cabe a Empresa expandir ou não os espaços de produção dos conhecimentos e, mais ainda, qualificar e avaliar esses espaços. O que a Empresa detém já não é a promoção e o patronato da pesquisa: é o olhar epistemológico deslocado das condições de verdade às condições de eficácia.

Caberia perguntar-se se por longo que seja o horizonte temporal da ETs, é ele mais longo que o horizonte temporal de um Estado Nacional - ou mesmo que o tempo antropológico?..

Qual é o tempo que permite transformar uma premissa histórica em necessidade?

4. As Lógicas de Ação Coletiva do Trabalhador

A assimetria com a situação do trabalhador, tomado como sujeito concreto, individual, é total. O trabalhador

só tem capacidade de iniciativa sobre sua própria força de trabalho, a quantidade e qualidade de seu desempenho individual. O trabalhador está atomizado frente à capacidade de integração sistêmica do empreendimento capitalista monopolista.

Por outro lado, uma vez atomizado, cada indivíduo transforma-se num competidor dos outros trabalhadores individuais, no mercado de trabalho.

A associação dos trabalhadores seria, logo, a resposta à unificação de recursos e à agregação de poder econômico realizada pelo empreendimento capitalista e nasce, desde o início, como coordenação defensiva das demandas do trabalhador frente às assimetrias do mercado de trabalho e as formas alienadas de organização do trabalho.

A organização do trabalho, com efeito, especializando, diferenciando e hierarquizando tarefas e postos de trabalho, introduz novas segmentações nos coletivos dos trabalhadores, sujeitos já àquelas segmentações geradas pela competência no mercado de trabalho entre "qualificados" e "não-qualificados" e entre "empregados" e "desempregados".

A constituição efetiva e atual de um coletivo de trabalhadores deve equacionar duas ordens da questão: uma

relacionada com as estratégias de agregação e de formação de poder orientadas para compensar e reverter os processos de "atomização" e "segmentação" no campo do trabalho, outra, com a natureza e qualidade do poder, dos fins e objetivos que orientam a ação coletiva.

As formas de agregação do poder devem oferecer um princípio que permita primeiro a superação do princípio capitalista, que coloca o indivíduo como unidade de mudança, e, em seguida, permita sustentar a possibilidade e conveniência de uma ação coletiva orientada à mudança social.

Às formas de resistência, ao uso individual dos canais regulados de mobilidade social ou às "reações" de "fuga" frente as "frustrações" resultantes da posição social, opõem-se as lutas pela redefinição das relações sociais e por novas articulações hegemônicas. Dirigidas a mudanças no plano decisório e organizacional, essas lutas pela redefinição da hegemonia só poderiam acontecer através de amplas cadeias de ações agenciadas por atores coletivos.

As formas de "agregação" de poder estão, porém, relacionadas à natureza e qualidade do poder construído. As formas representativas ou participativas de escolha e tomada de decisão condicionam as formas de coordenação da ação, a construção "interna" de um coletivo e as formas e

"potências" de ação e reação em relação aos contextos externos.

Se a definição das "formas" da ação coletiva especifica os modos e a direção do agir, é o "movimento" da vontade o que inicia a "disposição de agir" que logo se forma e se "informa" como ator coletivo.

Duas hipóteses principais, a nosso ver, procuram entender esse "momento" iniciador da "disposição do agir". Conforme uma delas, origina-se na frustração comum de expectativas compartilhadas e estaria atrelada, em consequência, às "ondulações" dos movimentos inclusivos/excludentes do capitalismo, dentro dos múltiplos parâmetros de alocação assimétrica de indivíduos e grupos nos campos de poder: renda, ocupação, educação, gênero, cor, etc. A compreensão da ação coletiva a partir da "frustração" só poderia gerar modelos defensivos, de respostas orientadas pelos resultados - dentro dos critérios de valor e de fins unilateralmente definidos pela ordem dominante, quase que "naturalizada".

Partindo de outras premissas de compreensão do ator social, como formação relacional, ativa e mutável de identidades coletivas, às ações defensivas e reativas, agregam-se outras formas de ação onde são colocadas em jogo a própria definição de fins e valores e os modelos de escolha e tomada de decisão. Trata-se de ações agentivas,

iniciadas pelo próprio ator coletivo, que podem ser construtoras, dirigidas à elaboração e consolidação de um "nos": ofensivas, no quadro de uma situação de conflito, ou produtivas, propondo novas sínteses que incorporem suas práticas e valores ou procedimento à "invenção" de alternativas.

A ação reativa de um ator, tem origem em sua aceitação de uma ordem prático-discursiva estabelecida, onde lhe é definida a posição sujeita, e onde é parceiro de um jogo onde as regras lhe são externas, independentes de sua intervenção. "Aceitando" as regras do jogo, ainda que com "lances" defensivos, as ações coletivas serão incorporadas nas estratégias reprodutoras da ordem em que se enquadram.

A ação orientada à autonomia tende a redefinir as ordens prático-discursiva, mudar as lógicas de sua articulação e deslocar as posições-sujeitos do campo, gerando novos movimentos de reunião e dispersão de discursos, saberes e posições.

Encontrando-se já em uma situação assimétrica nos "jogos" da produção, do controle do processo de trabalho e da variável tecnológica, a formação do coletivo dos trabalhadores fica sujeita a condições específicas, de modo que pareceriam inseparáveis as questões acerca da "formação" do poder e as questões a respeito da qualidade

do poder assim formado. Só sendo de certa qualidade, a "disponibilidade para agir" e a "potência" coletiva da ação serão potencializadas pela "forma de agregação".

Em primeiro lugar, em relação às formas "programadas" e funcionais de ação ou comportamento, a ação associativa de um coletivo de trabalhadores requer a reconstituição de um princípio de reciprocidade como "postulado" da possibilidade de coordenação da ação, enquanto voluntária.

A síntese de recursos e ações, quando não mediada pelo poder ou pelo dinheiro, requer um ato pré-enunciativo que "crie" as condições comunicacionais de realização do vínculo social: a instauração de um princípio de reciprocidade por solidariedade.⁽²⁰⁾

O "postulado" da "reciprocidade", como condição da interação e da ação coordenada, implica, porém, num aumento de "custo" para os indivíduos que optarem pela ação coletiva.

Primeiro, a aceitação de pragmáticas baseadas na reciprocidade são mais custosas que as rotinas comunicacionais legitimadas nos contextos organizacionais ou que a recepção sem cobranças das mensagens dos meios massivos. Elas exigem um compromisso, uma "vigilância"

sobre o próprio comportamento, para manter o "minimum" ético e racional de uma esfera de argumentação.

Segundo, exige-se um "asceticismo social" dos participantes. Sendo as práticas associativas geralmente externas à ordem funcional-administrativa das empresas, quando não a contra-mão das mesmas, o tempo e o lugar da reunião e da comunicação horizontal entre pares estão fora das grades espaço-temporais dos locais de trabalho. Logo, deverão surgir da redução dos tempos e dos espaços dos mundos de vida, ou terão que ser conquistados no local do trabalho, onde são contabilizados como "perdas" de produtividade e de lucro.

A própria definição de necessidades e demandas dos trabalhadores é um processo complexo, custoso, e que dificulta a agregação em torno de objetivos e demandas partilhadas. (21)

Enquanto a busca de lucro pode ficar enquadrada por definições que se apoiam em parâmetros técnico-econômicos e que pertencem à ordem da racionalidade instrumental e funcional-administrativa, a busca de autonomia, de satisfação de desejos e necessidades, pelo trabalhador, dependem de interpretações culturalmente definidas.

Na medida em que essas interpretações devem incluir em intensão e em extensão a base total de um coletivo de

trabalhadores, as definições ficam sujeitas à heterogeneidade dos sistemas de significados e são afetadas por outros fatores de variabilidade das demandas (diferenças regionais, históricas, étnicas, locais ou categoriais, assimetrias de gênero, etc.).

Uma empresa, um conglomerado monopolista capitalista, pode elaborar seus paradigmas conceituais e seus modelos de otimização de estratégias de ação a partir do esforço cognitivo de um pequeno número de especialistas e administradores.

Isto exige dos membros de um movimento associativo, na esfera do trabalho, uma "transformação" nos critérios de avaliação de custos, de modo a que sejam levados a outorgar valor ao fato de pertencerem a uma unidade coletiva de ação e julgamento, de modo a aceitarem normas solidárias e não competitivas ou utilitárias de orientação de sua ação.

Só esse "asceticismo" permite romper a lógica reprodutiva das relações sociais, abrindo campo a formação de poder em posições assimétricas e em desvantagem no campo das relações de poder.

Parece de certa forma evidente que a reação à frustrações e a expectativa imediata de resultados diminuem os custos da agregação e permitem ações de

duração e objetivos limitados, como a mobilização ou certas greves localizadas, com um grau razoável de eficácia.

Quando as "assimetrias" dos setores do trabalho são estabelecidas ao nível "macro" das cadeias prático-discursivas do capitalismo e suas lógicas produtivas, os atores coletivos devem também constituir-se através da redefinição de longas cadeias de equivalência. Por um lado, deverão estabelecer nexos entre o contexto do local de trabalho, o setor econômico que incorpora a unidade produtiva e o contexto nacional e internacional que os engloba. Por outro lado, indivíduos e grupos teriam que deslocar-se da especificidade de seus papéis e tarefas para as demandas da categoria depois, para sua nova equação num coletivo dos trabalhadores enquanto tal e, finalmente, deveriam reconstruir as cadeias de equivalência entre os coletivos dos produtores e os coletivos dos consumidores nas redes de equivalência da cidadania.

As possibilidades de ação coletiva, que vão da ação defensiva à "invenção" de um novo imaginário político, são empurradas a um novo patamar de condições, onde os "pontos de ruptura" - onde se pode construir novas cadeias definicionais - só podem estipular-se "a longo prazo" e são objeto de um complexo de variáveis agregadas: ocorre quando coloca-se em questão a base cognitiva e tecnológica

de uma formação histórica e suas definições políticas e econômicas da formação e distribuição de excedentes. Na lógica produtivista do capitalismo, e devido ao caráter central da base cognitiva e tecnológica, a questão perpassa diferentes campos práticos discursivos e pode desdobrar-se em diversos níveis ou dimensões: inovação tecnológica, investimentos em tecnologia, qualificação de recursos humanos, política de ciência e tecnologia, economia da informação.

As relações dos atores sócio-políticos, em torno dessas questões, ficam manifestas em seu nível mais genérico e na forma mais central do conflito como o confronto entre duas estratégias: uma, iniciada pelo ator hegemônico, orientada ao monopólio dos conhecimentos, outra, resposta elaborada no pólo oposto do campo do conflito, orientada ao monopólio da qualificação.

5. O Monopólio dos Conhecimentos e o Monopólio da Qualificação

Já em seus inícios a sociedade moderna caracterizou-se pela expansão da base cognitiva e tecnológica de seu aparelho produtivo, tanto absorvendo e transformando conhecimentos já disponíveis em outros processos civilizatórios (técnicas agrícolas, metalurgia, imprensa), quanto desenvolvendo novos conhecimentos e técnicas (como

na área de química e de mecânica) ou novos procedimentos e metodologias de pesquisa e de aplicação do conhecimento científico.

A busca de excedentes de conhecimento e a própria imagem quantitativa do "crescimento do conhecimento" permitem paralelos quase óbvios com as tendências acumulativas da economia industrial capitalista e seus movimentos de expansão e colonização de qualquer outra forma cultural e econômica.

A proposta hegemônica de desenvolvimento, orientada à acumulação de excedentes e à obtenção de lucro, levaram a buscar formas de superar todos os limites que travaram seus processos expansivos: superação dos limites biológicos, físicos e intelectuais do trabalho humano assim como os limites sociais - que estipulam para cada sociedade as condições "aceitáveis" de trabalho (duração da jornada de trabalho, saúde do trabalhador, segurança no trabalho, reprodução ampliada da força de trabalho).

A nova unidade produtiva, a empresa, será o cenário de uma disputa, encoberta pelo equilíbrio imaginário do mercado de trabalho: por um lado, o capital-empresa desenvolve um processo de aquisição progressiva das bases materiais e intelectuais do trabalho, por outro lado, o trabalhador não deixa de lutar pelo controle do processo de trabalho e por sua autonomia. Em consequência, quanto

mais alto seja o limiar estipulado pelas condições de trabalho consideradas "adequadas" num contexto social, mais o capital estará interessado em investir em conhecimento, tecnologia, máquinas, que lhe permitam tomar distância dos custos e imprevisibilidade dos "recursos humanos".

Poder-se-ia estabelecer, assim, uma proporção inversa: a medida em que aumentou o papel do conhecimento no processo produtivo, diminuiu a participação relativa do conhecimento incorporado no trabalhador - e a participação do trabalhador no conhecimento. Gera-se, assim, a figura polarizada que tem, num extremo, aqueles poucos cujo tempo é altamente valioso e possuem saberes sofisticados e, no outro extremo, aqueles cujo tempo e conhecimento nada valem. Para Braverman um princípio regulador que organiza a força de trabalho, em função de quem a compra e não de quem a vende, leva a essa polarização: baratear a força de trabalho fracionando-a nos seus elementos mais simples. (22)

Até a revolução industrial o "ofício" ou "profissão" era a unidade básica do processo de trabalho, independente de sua "juridificação" nos "corpos de artes e ofícios". O trabalhador reunia "em seu corpo e em sua mente" a capacidade ou "excelência" de sua atividade produtiva: saber incorporado e, só por isso, também corporativo - saber de uma comunidade de produtores competentes. A

unidade do ofício correspondia à unidade do sujeito de trabalho (como síntese de competências intelectuais, manuais, éticas, etc.) e à completeza do objeto do trabalho que era planejado, imaginado e realizado pelo trabalhador.

Se a divisão "social" do trabalho divide a atividade de seus membros em setores diferenciados de produção de bens e serviços, a divisão "parcelada" do trabalho divide o homem em suas potências de concepção e ação, atribuindo as funções de desenho e planejamento a umas pessoas e a execução ou operacionalização a outras. Aos poucos, o controle do processo de trabalho fica num ponto externo em relação aos trabalhadores envolvidos diretamente na produção. O mercado de trabalho, hegemônico pela demanda, organizaria o total da força de trabalho, enquanto a gerência científica organizaria e controlaria o total do processo de trabalho no quadro de cada unidade do empreendimento econômico.

Para BRAVERMAN, é o desenvolvimento de um plano diferenciado de "gerenciamento" e a "gerência científica" - "taylorismo" o principal instrumento do monopólio dos conhecimentos e da dissociação da "inteligência da produção" do trabalhador.

Conforme essa concepção, o processo de trabalho deve ser planejado e conduzido de forma independente da

tradição, do saber e da decisão do trabalhador. É a administração que deve reunir todo esse conhecimento, reduzindo-o a regras, fórmulas, rotinas, prescrições.

Por outro lado, todo trabalho intelectual deve ser suprimido da oficina e centrar-se num departamento de projeto e planejamento ("design").⁽²³⁾

Com o uso de computadores, acelerariam-se os processos que retiravam do trabalhador os modos subjetivos do trabalho, para objetivá-los em modelos mecânicos e em rotinas administrativas.

A diferença das "máquinas newtoneanas", que substituem e manipulam o fator de energia do trabalho, conforme princípios mecânicos, as "máquinas antropomórficas" substituem o trabalho humano no que diz respeito à informação que determina o que fazer e como fazer.

A característica principal da automação é, porém, a incorporação de mecanismos de retroalimentação, que permitem autorregular seu próprio funcionamento, de suas partes e componentes.⁽²⁴⁾

A automação e a automatização modificam profundamente a organização e o controle do processo de trabalho, não só nas cadeias instrumentais homens-máquinas

- o que já acontecia na "mecanização" das funções de produção, mas nas cadeias humanas de interação (operários: supervisores: engenheiros: administradores) no contexto do trabalho. Trata-se de uma mudança estrutural, global, que afeta todas as instâncias do empreendimento econômico-produtivo: das funções de "design" e "supervisão", às funções diretamente envolvidas com a produção: da esfera de administração e planejamento à esfera do "marketing" e de operações financeiras.

Em geral, podemos afirmar que todo conhecimento/informação que afeta o controle e a tomada de decisão, em todas as esferas da produção e de circulação do capital, tende a ser incorporado ao capital e retirado do trabalhador.

Estudos sobre o trabalho de escritório e de processamento de dados indicariam um investimento cada vez maior em "capital fixo" (computadores, sistemas automatizados, telemática) em detrimento do trabalho "vivo", reduzindo a complexidade das tarefas e a amplitude da tomada de decisão dos trabalhadores individuais. (25)

Poderia ser o caso que a automação permitisse reconstruir a ruptura entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, transformando o operador de uma máquina e de materiais num programador de uma operação complexa. De fato, na medida em que uma parte cada vez maior da

"inteligência" necessária à produção é incorporada pela robótica e por cadeias automatizadas de produção, parece que os conhecimentos seriam agregados em torno das tarefas e das demandas de um empreendimento industrial e que seria aquela unidade organizacional, e não a "unidade" ideal da "Ciência", o princípio de reunião e estruturação dos conhecimentos. Contribuem para essa expectativa a busca de modelos não tayloristas de controle do processo de trabalho, assim como as novas concepções da unidade de produção.

A existência de um gerenciamento informacional sobre todas as esferas do empreendimento industrial (projeto-produção-marketing) permitiria, ao mesmo tempo, pontos descentralizados de decisões técnico-estratégicos de alto nível, e um olhar unificador da totalidade, abrangendo cada uma das esferas de autonomia relativa. Trata-se de uma diversidade de "jogos" técnicos e estratégicos onde, porém, um dos jogos mantém a hegemonia e se atribui a potência e a legitimidade de uma operação de síntese e harmonização de todos os jogos: o jogo das lógicas binárias dos processadores e suas extensões telemáticas. (26)

Não existiria, de fato, nenhuma "necessidade" econômica ou histórica que determinasse o modo como a "variável tecnológica" ou a automação do setor de informação deveria afetar a organização e controle do

processo de trabalho e suas consequências diretas sobre a força de trabalho: no que diz respeito à qualificação e nível de emprego.

É no contexto das lógicas produtivistas e orientadas à obtenção de lucro, e a partir de sua homologação pela orientação monopolista de formação e distribuição de excedente de conhecimento/informação, que os padrões culturais e associativos são articulados em torno de certas figuras preferenciais de empreendimento econômico-industrial, e seus suportes tecnológicos e organizacionais.

A idealização da nova unidade de conhecimento, seja a concepção da "Ciência" por um imaginário iluminista, como conhecimento público, seja conforme o imaginário sistêmico-estrutural do "saber" sem sujeito como conhecimento objetivo ou, aliás, as novas versões do conhecimento organizacional, uma versão pragmaticista da síntese entre "conhecimento:ação", não se altera o fato de que o valor atribuído à maximização da produção dos conhecimentos independe da distribuição ou escassez de certas formas de capital cultural nos diferentes segmentos sociais e setores de atividades e nas esferas do trabalho. (27)

Clauss Offe analisa os "mercados de trabalho" como campo de posições estruturadas e polarizadas, onde a

"inteligência da produção" é o capital em jogo nesse campo e onde os atores desenvolvem estratégias orientadas à obtenção do maior lucro na apropriação e definição daquele capital técnico-cognitivo, que para o Capital se apresenta como "Informação Científico-Tecnológica" e para o Trabalhador como "Qualificação".

Os atores do mercado de trabalho desenvolvem, assim, ações orientadas a decidir a seu favor a competição, transformando relações ideal e formalmente abertas - de competição, em relações mais ou menos fechadas e estratégicas⁽²⁸⁾.

O monopólio dos conhecimentos, como estratégia ofensiva das Empresas Transnacionais, e o monopólio da qualificação, como estratégia defensiva dos trabalhadores e seus sindicatos, procuram colocar a favor desses atores a luta competitiva pela definição e apropriação de um "valor" cognitivo que no paradigma produtivista pode ser definido como "a inteligência requerida para uma produção".

O trabalhador seria o principal interessado na "guarda", defesa e valorização da "inteligência de um processo de produção", pois ela é sua única garantia de controle do processo de trabalho e de afirmação de sua autonomia.

"para um assalariado, isto é, para alguém que vive da venda de sua força de trabalho, a importância da atividade de reflexão que deve desenvolver para assegurar a tarefa que lhe foi confiada, delimita - todos os outros fatores permanecendo iguais - a autonomia que ele pode adquirir na organização do trabalho, o poder que pode exercer e a correlação de forças que pode estabelecer, o valor mercantil de sua força de trabalho, o interesse do trabalho, o domínio de seu itinerário profissional, e, portanto, de seu futuro pessoal."(29)

Em relação ao trabalhador, a estratégia capitalista seria, pelo contrário, de introdução de formas de divisão de trabalho que geram processos de desqualificação.

Os critérios de repartição social da "inteligência da produção" mantêm o princípio de polarização da força de trabalho, de modo que uns poucos possam dominar o processo completo de produção, procurando substituir cada vez mais a atividade intelectual de outros trabalhadores.

"... não há um movimento generalizado de desqualificação ou um movimento de aumento geral da qualificação, mas um movimento contraditório de desqualificação do trabalho de alguns pela "superqualificação" do trabalho de outros, isto é, uma polarização das qualificações requeridas que resulta de uma forma particular de divisão do trabalho, que se caracteriza por uma modificação da repartição social da "inteligência" da produção."(30)

A definição da qualificação de uma tarefa, posto de trabalho ou segmento da "força de trabalho", é mais bem de natureza política e social, e diz respeito ao estado das relações entre os atores envolvidos no empreendimento econômico, e não de natureza técnica ou especificamente econômica. A própria redução da definição da variável tecnológica e da qualificação dos trabalhadores a uma equação técnico-administrativa é já uma operação política que retira da discussão os lugares e os horizontes de fins e valores onde a definição se efetiva: na esfera de decisão da empresa e dos conglomerados capitalistas ou nos espaços tecno-burocráticos do Estado.

Se, por convenção, considerarmos a "inteligência da produção" como ancorada em dois vetores: um, um corte no continuum do conhecimento científico-tecnológico, outro, um corte no continuum da "qualificação" dos trabalhadores, podemos afirmar que não existe nenhuma figura identitária ("categoria profissional", "tarefa", "tecnologia de ponta") que estabeleça valores fixos para cada vetor ou para pontos simétricos desses vetores.

"Qualificação", assim, não designa o atributo ou um conjunto de atributos de um "papel" profissional definível por parâmetros excludentes e através de um "ponto de corte" ("cut off") bem estabelecido em relação a outros "ofícios" ou "profissões".

"Qualificação" designaria um "estado das relações instantâneas" entre diferentes parâmetros, tais como "saber", "habilidades", "postos de trabalho", etc. - sendo que cada parâmetro não é uma série estática de valores, mas uma dinâmica de posições que possuem "duração" e são plausíveis de transformação.⁽³¹⁾

Se considerarmos em separado qualquer um desses parâmetros que compõem a "qualificação" para um "posto de trabalho", tal como o "saber", ver-se-á que é indicador de um processo e que implica "durações" que lhe são próprias. Como saber incorporado no trabalhador, sua formação está atrelada à reprodução ampliada da força de trabalho, o que implica um processo complexo de investimento social que abrange o salário do pai e uma parcela recebida em função de sua "qualificação", a participação do Estado no oferecimento de oportunidades educacionais - educação geral, técnica, especializada, etc., mas tudo isso a partir de um "solo" cultural que estabelece demandas de "formação", conforme categorias ou classes, conforme os gêneros, conforme expectativas de absorção ou rejeição do processo de modernização.

"O saber profissional, desde que não é mais adquirido pelo próprio exercício do trabalho, é recebido no início da vida, a partir de um financiamento complexo onde entra a remuneração dos pais. O uso deste saber pela empresa acarreta um custo, um acréscimo de salário para o trabalhador, que, por sua vez, esforça-se por educar seu filho. O processo de formação tem, por

unidade última, o tempo de uma vida inteira de trabalho, e se desenvolve ligando, uma a outra, gerações assalariadas inteiras." (32)

O "quantum" da "inteligência" da produção, enquanto incorporado como "saber do trabalhador", distribui-se ao longo de uma vida de formação e de trabalho, transmite-se de uma geração a outra, desdobra-se em variáveis regionais e locais, institucionais, biográficas e permite compor, em momentos e espaços específicos "coletivos de trabalho mais ou menos estáveis". É, assim, uma realidade coletiva, relacional, produto de lutas e de negociações, da articulação de experiências e de relações sociais. (33)

De fato, conceituar "qualificação" como uma medida da inteligência da produção, enquanto incorporada no trabalhador, é já um "operador" político-administrativo para lidar com as relações de trabalho:

"Assim, a codificação da qualificação não representa a estruturação de uma realidade que preexistiria a ela, mas a constituição de um processo de intervenção nos fluxos de trabalho, no sentido de regularizar seu curso, sem risco de interrompê-lo." (34) (o grifo é nosso)

O mercado de trabalho, longe de ser o "locus" ou o princípio orientador que permita identificar as variáveis que definem o quantum e a repartição da "inteligência da produção nas categorias do trabalho, é um mecanismo que só intervém a posteriori, no equacionamento de parâmetros

cuja duração e transformação são estabelecidos fora de sua esfera.

Em primeiro lugar, a capacidade do mercado de equilibrar a demanda/oferta de trabalho, está limitada pela "transcendência" dos atores ao "comando" que ele exerce por definição: a operação de alocação contratual de força de trabalho só pode equacionar "a posteriori" fatores sujeitos a processos formativos que lhe são externos e que condicionam por um lado, a demanda de trabalho (iniciativa de investimento, escolha tecnológica) e, por outro lado, a oferta de trabalho (qualificação).

Com efeito, os atores do mercado de trabalho não esgotam suas potencialidades no contexto do mercado de trabalho. Além de pertencerem ao sistema econômico como trabalhadores, pertencem ao sistema político como cidadãos dotados de direitos e são membros de uma comunidade cultural que os coloca como intérpretes e formuladores de valores e significados sociais.

Indivíduos e grupos, antes de sua entrada no mercado de trabalho e durante toda sua vida produtiva, experimentam processo de socialização, normativamente regulamentados que, ainda sob efeito dos mecanismos hegemônicos, não respondem de maneira direta e causal aos desígnios do mercado.

Por outro lado, se a decisão de investimento pertence ao capital e a suas unidades de realização (empresas, conglomerados transnacionais), a "decisão" acerca da formação de "competências" e "capacidades" - como viu-se antes - é tomada na família, no contexto das ofertas educacionais acessíveis, mas conforme interpretações, valores e experiências das pessoas, suas histórias de vida, suas memórias comunitárias, cujas motivações e condicionamentos nunca poderiam responder de maneira linear e causal às demandas pontuais do mercado de trabalho. É uma representação sócio-cultural dessa demanda, em todo caso, o que orienta as expectativas futuras de trabalho e educação.

Se, conforme um modelo estratégico da ação, considerarmos que o investimento privado na formação dos indivíduos (educação geral, técnica, especializada) orienta-se por um cálculo custo-benefício, dois fatos parecem "complicar" a eficácia explicativa da equação utilitária: primeiro, implicaria uma escolha realizada conforme critérios racionais e em uma situação de plena informação: só um cenário dotado "a priori" de tais "transparências" poderia permitir um cálculo custo-benefício que não fosse afetado pelas interpretações culturais das informações e parâmetros de estimativa. Em segundo lugar, a temporalidade e "duração" das variáveis da formação profissional (os "tempos" de efetuação das grades curriculares, da aprendizagem, do treinamento,

etc.) não tem correspondência biunívoca com as séries temporais e os "ritmos" em que o empreendimento capitalista manipula a variável tecnológica e reorganiza o processo de trabalho. Os "ritmos" temporais do capital admitem "intensidades" (lentos, médios, rápidos) e condicionam o tipo de "respostas" dos trabalhadores, seus "tempos" de negociação - individual ou coletivo - frente às novas "demandas".⁽³⁵⁾

Vários fatores permitem manter essa afirmação: primeiro, o trabalhador não tem decisão de investimento, que é onde se inicia a cadeia produtiva e se toma decisões que afetam os processos de trabalho como um todo; segundo, o trabalhador não tem participação no "julgamento" e decisão com respeito à tecnologia a ser aplicada ou desenvolvida ou com respeito aos critérios de implementação da inovação tecnológica. Em terceiro lugar, as novas formas de organização do trabalho tendem a desenvolver mecanismos de agregação - numa unidade produtiva de novo desenho - das funções cognitivas, de planejamento, de administração, de "marketing" e de produção, numa interdependência sistêmica apoiada em mecanismos de automatização - cujos controles e desenho são total e igualmente externos ao trabalhador, que vai perdendo todo resíduo de autonomia, ainda em funções altamente "qualificadas" como as de elaboração de projetos e algumas das funções gerenciais de nível intermediário.

O trabalhador recorre a duas estratégias principais: a sindicalização, através da qual se protege da competição com respeito ao empregador, e o monopólio da qualificação, que é uma estratégia que leva ao confronto as próprias parcelas da força de trabalho, pois enquanto se protege uma parcela dos trabalhadores, excluem-se outras.

Ora, na medida em que se enfrentam umas com outras, as parcelas da classe trabalhadora, o monopólio da qualificação não é uma estratégia eficaz para o controle do processo de trabalho, pois não atinge o pólo da demanda patronal e sua capacidade de definir investimentos e inovação num setor da produção. Setores de competição "fechada" pelo "monopólio da qualificação" de um grupo profissional não estarão assim protegidos, em suas atividades produtivas e de serviços, por um "patamar" tecnológico definido por essas estratégias. Diversos fatores podem deslanchar mudanças na variável tecnológica ou em outros parâmetros de definição da "inteligência da produção" e outros mecanismos estratégicos responderão aos constrangimentos legais ou a outras ações defensivas dos atores monopolistas. Em consequência, o monopólio da qualificação pode ter um efeito contrário ao pretendido, expulsando o ator privilegiado do cenário da competição, agora deslocado pelas estratégias patronais e de setores antagônicos a outras esferas de demandas e definições de qualificação.

6. Produtividade e Qualificação

Uma mudança no conceito e no perfil das políticas de "recursos humanos", no estágio atual do capitalismo "pós-industrial", permite afirmar o passo de um paradigma econômico-tecnológico que associa a "produtividade" ao "desenvolvimento dos recursos humanos", a um novo paradigma no qual o aumento da produtividade fica desatrelado da expansão dos empregos ou do investimento na qualificação dos "recursos humanos".

No Pós-Guerra, presenciou-se o deslocamento da economia em direção à demanda de uma "mão-de-obra" especializada e com altos graus de escolarização, o que provocou um aumento de oportunidades para aqueles que possuíam formação universitária. O aumento de demanda de uma "mão-de-obra" especializada e de alta escolarização acompanhava, nos países de industrialização avançada, os movimentos ocupacionais, do setor agrícola ao setor industrial e logo, do setor industrial ao setor de serviços.

Alguma forma de acordo entre capital, trabalho e Estado, sob diversos modelos políticos (democracia de massas, social-democracia, desenvolvimento, ou, mesmo, capitalismo de Estado), orientava os investimentos para o aumento da produtividade dos recursos humanos, fosse

através de ações diretas do capital empresarial, fosse através do Estado.

A partir da década de 60, começaria a reversão desse processo. A década de 70 caracterizou-se pelo aumento das taxas de desemprego, o decréscimo dos salários, a redução real das taxas de lucro, a inflação.

No quadro da recessão econômica, novas políticas empresariais dirigiam-se a obter um aumento dos lucros reduzindo os custos com energia e "mão-de-obra".(35)

Para Claus Offe, na década de 70 as taxas de crescimento da produtividade do trabalho estão bem acima das taxas de crescimento da produção. Uma das consequências seria que a força de trabalho que é "expulsa" de um setor da produção já não poderia ser absorvida por outro setor. A variável emprego já não poderia ser manipulada pelo Estado do Bem-Estar, engrossando cada vez mais a "reserva" do mercado de trabalho (idosos, mulheres, imigrantes) ou compensando os processos de exclusão com mecanismos previdenciários de alto custo.

"Enquanto a escolha técnica permanecer no âmbito das decisões dos empresários, o desemprego gerado pela tecnologia é uma consequência concomitante às sociedades capitalistas."(36)

A ordem internacional introduz outros fatores desequilibradores e acelera as mudanças da variável tecnológica.

Por um lado, a fixação de parâmetros de definição técnico-cognitivo de um setor de produção depende, em grande parte, do grau de internacionalização dos mercados e dos tetos de inovação tecnológica que permitem manter a competitividade - e independe das decisões locais e seus constrangimentos sobre a expansão da variável tecnológica.

Por outro lado, acontecimentos políticos no cenário internacional - como os de Europa do Leste e da União Soviética em processo de desagregação, alteraram o mapa estratégico das sociedades pós-industriais e aumentam sobre elas as demandas de políticas compensatórias em áreas externas - demandas que por sua vez aumentam, nesses países, a pressão interna e a luta de diferentes segmentos para diminuir sua parte na distribuição dos custos (os empresários temem as cargas tributárias, mas atendem às novas expectativas de lucro, os trabalhadores temem a invasão de mão-de-obra barata, os grupos minoritários sentem crescer os espaços internos de exclusão).

Nesse quadro complexo e recessivo, o sistema educacional, e especificamente a Universidade, enfrenta a contradição produzida por dois objetivos conflitantes, expressão de uma "tensão" constante dos sistemas modernos,

entre o princípio de inclusão, expansivo, "democratizante" e o princípio de reprodução e de controle, processador das lógicas de privilegiamento e das assimetrias. A tensão ficaria estabelecida no sistema educacional enquanto é, ao mesmo tempo

"encarregado de reproduzir uma força de trabalho segmentada por classes, raça e sexo, e de promover a expansão da mobilidade social, da equidade, dos direitos humanos." (37)

O resultado da tensão entre os dois objetivos, terminaria levando à "super-expansão" do sistema educativo, de modo que existiria mais oferta de formados em faculdades que o número e os tipos de empregos que demandam conhecimentos e habilidades de nível superior.

Nesse quadro, estratégias dos setores de trabalhadores orientados pelo monopólio da qualificação ou pelo domínio das bases especializadas de conhecimento poderiam tornar-se ineficientes, assim como tornariam-se defasadas as expectativas individuais ou grupais de "escalada social". Por outro lado, o desemprego, a desproletarização, diminuiriam a extensão dos coletivos de adesão, assim como os efeitos de estratégias trabalhistas.

Para uns, tudo induz a pensar na desativação das energias transformadoras a partir da esfera do trabalho, esgotados seus impulsos emancipatórios e demistificadas as

pretensões revolucionárias que definiam atores e protagonistas na esfera das relações de produção.

A força dos componentes da situação não pode, porém, recolocar os modelos deterministas, afirmando-se novamente o caráter fixo, causal, das variáveis tecnológicas e das condições econômicas.

A "desativação" das energias emancipatórias da esfera do trabalho ocorre concomitantemente a um outro processo, quicá mais significativo e específico do mundo contemporâneo: a intervenção social sobre os processos de comunicação, de produção e distribuição dos conhecimentos e de transferência de informação.

Mudou de lugar o "eixo" da centralidade hegemônica? Deslocou-se o eixo do trabalho à cultura ou estabeleceram-se novas relações entre técnica, cultura e trabalho?

A industrialização das esferas da Cultura, da Comunicação e da Informação estabelece uma situação paradoxal, de sociedades que se caracterizam pelo modo de informação só e enquanto o modo de informação é caracterizado, de maneira radical, pelas lógicas produtivistas e pela industrialização.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INTRODUÇÃO

- (1) CARNOY (1986).
- (2) LYOTARD, J.P. (1986).
- (3) SARACEVIC, BRAGA e AFOLAYAN (1985).
- (4) Relatório citado em HEITZMAN, J. (1990), p.493.

PARTE 1

Capítulo 1

- (1) TUDJMAN, Miroslav (1991), p.232.
- (2) Weber considera como "ação social" uma ação dotada de significado:
 "We shall speak of 'action' insofar as the acting individual attaches a subjective meaning to his behavior ... Action is 'social' insofar as its subjective meanings takes account of the behavior of others and is thereby oriented in its course."
 WEBER (1968), P.4.
- (3) Eduardo Nicol apresenta esse ponto de vista. As "quatro relações do conhecimento" incluem a relação epistemológica, que se refere à relação do sujeito conhecedor com as coisas conhecidas; a relação lógica, que é a auto-referência do pensamento do próprio pensamento; a relação histórica, que é o desdobramento no tempo do conhecer como intersubjetivo, e a relação dialógica, onde o pensamento se define como um "ato de cooperação simbólico", e que mantém o conhecimento, sempre, num horizonte de interlocução. Cif. Nicol (1965), p.42-43.
- (4) Para Habermas, a demanda de "verdade", presente na função representativa do discurso, forma parte das condições normativas da comunicação:

Domínios da natureza	Modos de comunicação	Demandas de validade	Funções gerais do discurso
O mundo da natureza externa	Cognitiva	Verdade	Representação de fatos
"Nosso" mundo da Sociedade	Interativa	Legitimidade	Relações interpessoais legítimas
"Meu Mundo" da natureza interior	Expressiva	Sinceridade	Revelação da Subjetividade do Falante
Linguagem	—	Compreensibilidade	—

In: Habermas, J. "What is Universal Pragmatics?" (1979).

- (5) MORIN, Edgard, fala do "ciclo recursivo" em que o conhecimento é "produto" e "produtor" de uma realidade sócio-cultural: "o conhecimento depende de múltiplas condições sócio-culturais, e condiciona, por sua vez, essas condições". In: MORIN, E. (1989), p.146.
- (6) Como uma apresentação breve e criteriosa do tema, teríamos a EDGARD MORIN, O método, III. O Conhecimento do Conhecimento (1987), p. 13-33.
- (7) Lyotard, J.F. (1989).
- (8) Dois usos do conceito, em contextos diversos, poderiam servir de exemplos de sua ampla esfera de adequação: Cooper, R., Burrell, G. (1988), p. 97, e Dahlberg, Ingetraut (1978), p. 27 e p. 11.
- (9) Lyotard, J.F. (1986), p.3 e seguintes.
- (10) Aristóteles (1985), p. 126 e seguintes.
- (11) Cif. Habermas, Jürgen. "Conhecimento e Interesse", in: Benjamin, W. Horkheimer, Max, Adorno Th., Habermas, J. (1980), p. 303.
- (12) Cif. CONFORD, Francis M. (1957), p. 265 e PLATÃO, O Sofista, parágrafo 251A à 245B - no mesmo item.
- (13) PLATÃO, La República (1968), Livro VI; Especificamente 511b e c.
- (14) "Tres tesis caracterizan la manera tradicional de concebir la esencia de la verdad y la manera de opinar acerca de la definición que por primera vez se dio de ella: 1. El 'lugar' de la verdad es la

- proposición (el juicio). 2. La esencia de la verdad reside en la concordancia del juicio con su objeto. 3. Aristóteles, el padre de la Lógica, es quien refirió la verdad al juicio como a su lugar de origem, así como quien puso en marcha la definición de la verda como concordancia." Heidegger, Ser y Tiempo (1962), p.235.
- (15) ARISTÓTELES (1985), IV, 151.
- (16) HEIDEGGER, Ser y Tiempo (1962), p. 43.
- (17) CONFORD, F. (1957), p. 169-170.
- (18) O "conceito" como categoria intra-proposicional, após Frege; o "discurso" concebido como estrutura de relações inter-proposicionais: na "gramática do texto", assim, é pensável que o discurso poderia ser organizado por uma "macro-proposição". Cif. Teven A. Van Dijk (1984), "Macroestruturas", p. 195 e seguintes.
- (19) HEIDEGGER, M. (1964), p. 43.
- (20) Cif. Alliez (1991), p. 423 e seguintes.
- (21) Bruno Latour, apud STENGER (1990), p. 86.
- (22) HEIDEGGER, M., La pregunta por la cosa (1964), p. 229-230. "El principio supremo de todos los juicios sintéticos; el entre".
- (23) LOCKE, Ensayo sobre el entendimiento humano, México, FCEM, XXI, parágrafo 1º, p. 727.
- (24) LOCKE, op. cit.
- (25) KANT (1961), Seção Segunda, "Deducción transcendental de los conceptos puros intelectuales", parágrafo 15, p.236.
- (26) KANT (1961), p. 238-241.
- (27) HEIDEGGER, La pregunta por la cosa (1964), p. 42.
- (28) HEIDEGGER, La pregunta por la cosa (1964), p. 42.
- (29) KANT, I., Respostas à pergunta: que é esclarecimento? In: Textos Seleccionados, Petrópolis, Vozes, 1974, p. 104.
- (30) GOMEZ, Maria N. González de (1987), p. 162.
- (31) KANT, I., Cit. por Habermas, J., Mudança Estrutural da Esfera Pública (1984), p. 130.
- (32) THOMPSON, E.P. (1987), p. 18-19.

- (33) ZIMAN (1979), p. 157. Um dos problemas seria justamente a demarcação da comunidade científica, como comunidade de relevância e de legitimação da produção consensual do conhecimento científico.
- (34) VATTIMO (1987), p. 112-113.
- (35) ROBBINS, D. and JOHNSTON (1976), p. 350 e nota 6, p. 364.
- (36) Cif. BARRETTO, Aldo (1991), com respeito ao conceito de "estoques de informação". "Amadeus" é uma peça de Ionesco, onde os protagonistas tratam de esconder um cadáver numa casa, mas começa a crescer e a transpassar portas e janelas.
- (37) O trabalho de KUHN, de maior impacto no pensamento contemporâneo acerca das Ciências, é "A estrutura das revoluções científicas" (1978).
- (38) FREGE, apud POPPER (1975).
- (39) Popper distingue três "mundos" ou "universos", sem dar ao termo, porém, um sentido ontológico "forte": o mundo 1, dos "objetos físicos" ou estados materiais, o mundo 2, dos estados de consciência ou mentais, ou de "disposições comportamentais para agir" e o mundo 3, dos "conteúdos objetivos do pensamento. Uma das apresentações mais completas do assunto, a encontramos no ensaio "A epistemologia sem sujeito conhecedor", Popper (1975).
- (40) POPPER (1975), 111.
- (41) POPPER (1975), 108.
- (42) POPPER (1975), 114.
- (43) POPPER (1975), 119.
- (44) POPPER (1975), 122.
- (45) POPPER (1975), 219-220.
- (46) POPPER (1975), 218-219.
- (47) POPPER (1975), 121-122.
- (48) POPPER (1975), 220.
- (49) POPPER (1975), 213.
- (50) POPPER, K. (1975), "De nuvens e relógios", pp. 193-233.

- (51) BELL, concordando com outros autores, senhala o século XVIII como aquele em que o conhecimento começaria a fragmentar-se, especializar-se e acumular-se através de registros. Bell reproduz uma nota da 11ª Edição da Encyclopaedia Britannica,

"As primeiras edições da Encyclopaedia Britannica (1745-1785), como as suas predecessoras... haviam sido preparadas por um ou dois indivíduos, que ainda eram capazes de abranger todo o conhecimento humano compreendido em seu ramo. Foi com a Terceira Edição (1788) que se adotou por primeira vez o plano de se valer da Ciência de Especialistas."

Segundo a mesma fonte, em 1967 utilizaram-se 10.000 "reputados especialistas". Bell (1977), p.199.

- (52) Cif. SCHEMENT (1990).

- (53) Se observarmos os esforços dedicados à geração de instrumentos conceituais para a leitura macroeconômica dos fenômenos de informação (mercado, tecnologia, ocupações), poderíamos afirmar que, se as mudanças de estatuto do conhecimento e da informação nos leva às primeiras décadas do século XX, é a partir dos 60 e dos 70 que são tematizados problemas decorrentes da emergência de uma Economia da Informação.

Machlup (1962), Bell (1976), procuraram operacionalizar e descrever, para atender às novas demandas, os conceitos de "conhecimento" e de "produtor de conhecimentos". Retirando esses conceitos da esfera epistemológica ou ainda das sociologias do conhecimento e da ciência, procuravam definí-los conforme indicadores mensuráveis e capazes de acompanhar estatísticas e políticas públicas e de investimento.

O tipo de problemas que a abordagem econômica introduziria nos contextos de geração e circulação de conhecimentos, ficam claros no seguinte texto de Bell:

"Conhecimento é tudo o que chega a ser objetivamente conhecido, uma propriedade intelectual, associada a um nome ou grupo de nomes, e garantida por copyright ou por alguma outra forma de reconhecimento social (publicação, por exemplo). Paga-se por este conhecimento - com o tempo consagrado a escrever e pesquisar; com a compensação monetária atribuída à comunicação e aos meios educacionais. Ele fica sujeito ao julgamento proferido pelo mercado, pelas decisões administrativas ou políticas de instâncias superiores ou equivalentes, que aguilatam o valor dos resultados, e às exigências que deles advirão quanto aos recursos da sociedade sempre que surjam exigências deste tipo. Neste sentido, o conhecimento faz parte do investimento que a sociedade faz em suas despesas gerais; trata-se de uma formulação coerente, apresentada num livro, num artigo ou mesmo num programa de computador, redigida ou gravada em

um lugar qualquer para ser transmitida e sujeita a uma avaliação aproximada." Bell (1977), p.201.

- (54) PORAT, M.U. (1977), p.105. Apud Schement (1990), p. 452.
- (55) ZURKOWSKI (1984).
- (56) Sobre os conceitos de "documento" e "documentação", ver, entre outros, BRADFORD, S.C. (1961), 1ª edição, 1947.
- (57) KAPLINSKY (1985).
- (58) NESTEROV, V. (1991).
- (59) LADRIERE, Jean (1979), p.52.
- (60) NOBLE, America By Design, (1977), p.6, apud APEL, M.W. (1989), p. 64-65.
- (61) GOMEZ, Maria Nélida González de. (1983). ALMINO, João (1986), p. 35, apresenta o conceito elaborado por Edgard Morin.
- (62) O conceito de "descentração" elaborado por Piaget supõe "uma revisão contínua das perspectivas" ao mesmo tempo que "uma diferenciação e coordenação dos pontos de vista". Opõe-se ao egocentrismo, no plano do pensamento individual, que deforma a perspectiva por projetar o que é interior à pessoa (desejos, sentimentos, idéias) sobre as coisas e sobre os outros. No plano do pensamento coletivo, opõe-se ao "sócio-centrismo" ou egocentrismo sócio-mórfico, que é um pensamento centrado no sujeito social e que consiste em elaborar um "simbolismo coletivo", onde os conflitos e constrangimentos do plano concreto da ação são equacionados num universo ideal de realização dos desejos coletivos: tais seriam as ideologias. Cif. ao respeito, INHELDER, B., PIAGET, T. Da Lógica da Criança à Lógica do Adolescente, São Paulo, Pioneira, 1976, pp. 254 e seguintes, e JACQUES, Maitre. Sociologia da Ideologia e Entrevista não-diretiva, In: THIOLLENT, Michel. Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária, Polis, SP, 1982. Observamos, porém, que assim como o "nós" é uma construção "a posteriori", baseada nas co-operações dos "eu" - como sujeitos epistêmicos do pensamento formal, o pensamento coletivo operatório, que é um estágio de equilíbrio majorante da sociogênese, terá a forma da ciência, o saber de máxima convergência com o objeto e com o sujeito epistêmico ideal. A "espiral ascendente" dos processos de equilíbrio majorante, após de recorrer o percurso da psicogênese, se reconstrói a nível de uma sociogênese, mas projetando sempre o mesmo paradigma da racionalidade

operatória: os princípios, estruturas e operações do pensamento formal.

- (63) Para Innis, o monopólio do conhecimento tem três dimensões: a física, que resulta da capacidade de "transpor" informações a velocidades desiguais; a estrutural, relacionada a coleta, organização, disponibilidade e acessibilidade da informação e a cultural, que se refere aos critérios e procedimentos através dos quais o significado é legitimado como conhecimento (ou "informação"). Cif. MENZIES, Heather. Information Systems and Monopolies of Knowledge.

Capítulo 2

- (1) Ao ponto, aliás, de que nada pode ser pensado como "externo". O próprio marxismo terá como uma de suas premissas a lógica do capitalismo, dado que considera que toda mudança possível deverá vir de suas contradições internas. Ver a respeito: LACLAU, E. (1991), p.140.
- (2) Refirimo-nos a crise e dissolução do bloco dos países socialistas que formavam a União Soviética.
- (3) Se o representar produz uma unidade simbólica (a representação como substituto do que se representa), é porque o campo do representado possui uma identidade, pela realização de um atributo comum por todos seus componentes. Daí que o conceito, entendido como uma equação entre "compreensão e extensão", apresenta-se como o principal instrumento da representação).
- (4) Nietzsche nos oferece um antecedente na medida em que realiza, ao mesmo tempo, uma crítica ao paradigma da "representação", sustentado numa vinculação gnoseológica e conscientista, como ao modelo da "presença", baseado numa vinculação "ontológica", e reconhecível na figura da "testemunha".
- (5) Cif. ao respeito, Deleuze e Guattarri (1988), p.81-116.
- (6) BOVERO, Michelangelo. "O Modelo Hegelo-Marxiano". In: BOBBIO, N.; BOVERO, N. (1986), p.147.
- (7) HABERMAS, J. (1984).
- (8) SPINOZA, Baruch. Tractatus Politicus, cap. 11, parágrafo 4. Cit. em : Adorno, A. (1971), p.30.
- (9) HOBBS, Elementos Filosóficos, De Cive... Cit. em: Adorno (1971), p.30.
- (10) BOVERO (1986), p.149.

- (11) BOVERO (1986), p.149.
- (12) BOVERO (1986), p.144. Cabe destacar que se o primeiro "pactum" é a união das vontades individuais numa vontade única, o segundo transforma a união intencional em união de forças, a eficácia potencializada de ação da nova unidade produto da agregação.
- (13) Texto de Bluntschi, "jurista e político alemão", num artigo de 1859, citado por Adorino, op. cit., p. 24.
- (14) Texto citado no item anterior.
- (15) Kevergan resgata a esse respeito a crítica hegeliana. "Hegel mostra-se severo com relação a este individualismo primeiramente, porque repousa sobre o fundamento metafísico inexato da independência e da anterioridade da vontade singular, mas, acima de tudo, porque torna impensável o elo político propriamente dito, ou, o que Hegel chama de "a reunião enquanto tal"..."
KEVERGAN (1986), p.102.
- (16) ROUSSEAU, S.L. El Contrato Social (1969), V.II, cap.I, p.27.
- (17) KANT. Doutrina do Direito, parágrafo 46. In: HABERMAS, I. (1990), p.102.
- (18) KEVERGAN (1986).
- (19) ROUSSEAU (1978), L.II, cap.IV.
- (20) HABERMAS (1990), p.102.
- (21) ROUSSEAU (1978), L.II, cap.I, p.44.
- (22) ROUSSEAU (1978), L.I, cap.IV, p.33.
- (23) ROUSSEAU (1978), L.I, Cap.IV, p.33.
- (24) Cif. HABERMAS, J. (1990) e MONDOLFO (1962), Cap.IV.
- (25) ROUSSEAU (1978) L.III, cap.I. Ou seria a Democracia um "Governo de Deus?" Cif. Rousseau (1968), L.III, cap.IV, p.71.
- (26) ROUSSEAU (1978) L.II, cap.III.
- (27) HABERMAS (1990), p.103.
- (28) HABERMAS e Cif. Stuart Mill, "On Liberty" (1859) e Kroebel, J. (1848), Cit . por Habermas (1990), p.103.

- (29) MONDOLFO (1962), cap.VI, p.89.
- (30) Cit. ao respeito considerações de Laclau, sobre os conceitos de equivalência e representação. Laclau, E. e Mouffe, Ch. (1985).
- (31) KEVERGAN (1986).
- (32) HABERMAS (1990), p.104.
- (33) HABERMAS (1990), p.104.
- (34) HABERMAS (1990), p.104.
- (35) Sob diferentes conceitos, os processos de homogeneização dos comportamentos sob modelos prescritivos, tem sido tratados pela escola de Frankfurt ("produção do sujeito"), Foucault ("disciplina", "individualização"), Bordieu ("hábito"), Hannah Arendt (transformação da "ação" em "comportamento").
- (36) "Os alemães tem pensado o que os outros povos tem realizado". Marx, K. em : Introducción para la crítica de la Filosofía del Derecho de Hegel (1844). In: Hegel, F. (1968), p.14.
- (37) HEGEL, F. (1968), parágrafo 8, observações, p.259.
- (38) HEGEL, F. (1968), parágrafo 301 - Nota, p.253.
- (39) KEVERGAN, op. cit.
- (40) Usando o termo "burgerliche gesellschaft", traduzido por alguns como "sociedade civil burguesa", Hegel estaria marcando o deslocamento desse conceito do espaço "político" que lhe estaria reservado nas filosofias iusnaturalistas. Se nela se inclui uma função econômica, pois a sociedade civil garante a propriedade privada, trata-se de uma função derivativa, de modo que sociedade civil e sociedade política são termos equivalentes naquele contexto. Hegel, incorporando a tradição dos Economistas Ingleses, retém para a sociedade civil uma significação fundamentalmente econômica. Cit. BOVERO (1986), p.30 e Notas de Jean-Pierre Lefebvre à tradução francesa de textos da "Sociedade Civil", de Hegel (1979), p.60-61.
- (42) HEGEL (1979), aditivo 182, p.63.
- (43) HEGEL (1979), parágrafo 182, aditivo, p.78.
- (45) HEGEL (1979), parágrafo 188, p.71-72.
- (46) BOBBIO (1982), p.36.

- (47) HEGEL (1979), parágrafo 197, aditivo, p.82.
- (48) HEGEL ((1979), parágrafo 187, p.71.
- (49) HEGEL (1968), parágrafo 311; comentário de KEVERGAN (1986), p.99.
- (50) WEINSTEIN, Michael E. (1988), p.37-47; comentários sobre Russel Jacoby. Lembrar Alfred Schutz.
- (51) HEGEL (1968).
- (52) HEGEL (1968), parágrafo 311, Notas, p.261/2.
- (53) KEVERGAN (1986), comentários, p.99.
- (54) Hegel utiliza o conceito de "stand", categoria de caráter classificatório, que designa ao mesmo tempo "estado", no sentido de "situação" e o "estatuto social". Uma carta de Engels (carta a Victor Adler, 11 de janeiro de 1984), coloca em relação o texto de "estado" e "classe", desde o ponto de vista marxista"
 "(...) os proletários mostrarão aos franceses que o proletariado não é como eles gostam dizer por falsa analogia, le quatriens état... mas uma nova classe, moderna, incompatível com toda essa velha quinquilharia de estados."
 No parágrafo 243, da Filosofia do Direito, Hegel usa a expressão inglesa (class) e não "estado":
 "Por outro lado, em virtude da universalização da conexão dos homens entre si pelas suas carências, e das maneiras de preparar e fornecer os meios que satisfaçam essas carências, a acumulação das riquezas aumenta (porque se teria maior lucro nessa redobrada universalidade), do mesmo modo que, por outro lado, aumentam a singularização e o caráter limitado do trabalho particular, e, por aí, a dependência e a miséria da classe ligada a esse trabalho."
 Cit. Hegel (1979), anotações, parágrafo 202, p.86 e parágrafo 243, anotações, p.135.(55).
- (55) HEGEL (1968), parágrafo 303, P.256.
- (56) HEGEL (1968), parágrafo 303, p.256-7.
- (57) KEVERGAN (1986), p.106.
- (58) HEGEL (1968), parágrafo 308. Ver também parágrafo 316.
- (59) Conceito equivalente ao de "opinião de massas", de WEINSTEIN (1988).
- (60) HEGEL (1968), parágrafo 316, p.263.

- (61) Cit. NEGT (1980).
- (62) HEGEL (1968), parágrafo 318, p.265.
- (63) FREITAG, B. (1989), p.18.
- (64) Sobre as premissas epistemológicas tradicionais mantidas por Marx, e que interferem em sua concepção do ser social, cif. Poster (1987), p.83; Laclau (1985), entre outros.
- (65) GRAMSCI, A. (1980), p.9.
- (66) GRAMSCI, A. (1989), p.4. Gramsci tem que acertar "contas" com toda uma corrente que faz dos intelectuais uma elite dirigente. Tal o idealismo de Croce, a sociologia positivista das elites de Mosca, Michels e Pareto. Num sentido crítico e negativo, teria-se também o sindicalismo revolucionário de Sorel. Cit. Buci, Glucksmann, p.65 e seguintes.
- (67) Na década de 30, encontramos diversas manifestações da mudança do papel da ciência na sociedade ocidental. Após a recessão de 29 e a responsabilização da ciência pelo desemprego tecnológico, e do Congresso Internacional de História da Ciência, em 1931, onde os cientistas russos levantariam a questão da relação entre ciência e Estado, começaram a colocar-se as questões da "função social" da ciência. Surgem grupos de estudos em Cambridge, Bernal escreve sua "história social da ciência" e, menos conhecidos, Ranganathan e Bradford estudam o comportamento da produção de conhecimentos científicos e seus registros. Orientados a justificar as demandas da ciência, que ao mesmo tempo pretende-se autônoma e é cada vez mais sustentada pelo Estado, ou consequência do deslocamento da ciência a novos planos de relevância econômica - como insumo da produção industrial, os novos estudos ganham sua formulação funcionalista, através dos estudos de Merton e Sorokin, em 1935, conforme modelos empírico-quantitativos. Cif. entre outros Lécuyer, Bernard-Piere (1978).
- (67) Sobre a regulamentação do trabalho intelectual na década de 30, cit. Victor da Silva Freire (1936).
- (68) GRAMSCI, A. (1984), p.58. Cit. também no Maguiavel, p.91, "A Ciência da Política".
- (70) GRAMSCI, A. (1989), p.7-8.
- (71) GRAMSCI, A. (1989), p.10.
- (72) GRAMSCI, A. (1989), p.3.
- (73) GRAMSCI, A. (1989), p.12.

- (74) GRAMSCI, A. (1980), p.92.
- (75) GRAMSCI, A. (1980), p.75.
- (76) GRAMSCI, A. (1980), p.146.
- (77) GRAMSCI, A. (1980), p.144.
- (78) GRAMSCI, A. (1980), p.145.
- (79) GRAMSCI, A. (1980), p.146-147.
- (80) GRAMSCI, A. (1980), P.147.
- (81) GRAMSCI, A. (1980), p.147.
- (82) GRAMSCI, A. (1980), p.147.
- (83) GRAMSCI, A. (1980), p.148-149.
- (84) PRZEWORSKI (1980).
- (85) PRZEWORSKI (1980), p.34.

Capítulo 3

- (1) LYOTARD, J.P. (1986), p.58 e seguintes.
- (2) PARSONS, Talcott. Politics and Social Structure, Free Press: Mac Millan, 1969.
- (3) LACLAU, E. (1985), p.118.
- (4) LACLAU, E. (1985), p.195.
- (5) GRAMSCI (1980), p.90.
- (6) LACLAU, E. (1985), p.147.
- (7) LACLAU, E. (1985), p.153.
- (8) Cit. FOUCAULT, M. (1984), entre outras de suas obras; Wittgenstein, Ludwig. Investigações Filosóficas (1987) e sobre a noção de "Bloco Histórico", de Gramsci, Portelli, Hugues (1977).
- (9) Cit. FOSTER (1987), p.23 e seguintes e p. 43 e seguintes.
- (10) HOLLANDA, Heloísa Buarque de (1990).
- (11) Cit. Foster (1987).
- (12) GUATTARI (1990), p.46-47.

- (13) O ator hegemônico pode transformar sua enunciação em ação, em transformação de seus contextos de ação.
- (14) LACLAU, E. (1985).
- (15) O'DONNELL, G; SCHMITTER, Ph. (mimeo). Especific: "Defining some concepts (and exposing some assumptions)", p.6-14 e O'DONNELL, G. (1979) "Tensions in the Bureaucratic and authoritarian State and the question of Democracy".
- (16) O conceito de "excedente" é apresentado por Paul Baran (1968) e redefinido por Theotonio dos Santos (1987) p. 121 e seguintes.
- (17) LACLAU, E. sobre as lógicas da "equivalência" e da "diferença" (1985), p.181 e seguintes.
- (18) O conceito de "articulação" conforme Laclau, denomina: "... any practice establishing a relation among elements such that their identify is modified as results of the articulatory practice". Laclau (1985), p.105. Ver também p. 105 à 114.
- (19) Cit. ao respeito Laclau, E. (1985) e Touraine (1989).
- (20) PRZEWORSKI (1980).
- (21) Remetemos ao uso do conceito em Piaget, apresentado no capítulo 1.1: parte, nota 62.
- (22) NEGΤ, O. (1980).
- (23) APEL, Karl-Otto (1989).
- (24) HABERMAS, J. (1989), p.128 e seguintes.
- (25) HABERMAS, J. (1989), p.126.
- (26) HABERMAS, J. (1989), p.129.
- (27) HABERMAS, J. (1989), p.115. Ver também WHITE, Stephen (1989), p.74-75.
- (28) Cit. WHITE, Stephen (1989), p.70.
- (29) Ver a respeito WHITE, Stephen (1989), p.75 e seguintes.
- (30) LYOTARD, Jean-François (1985)

PARTE 2

Capítulo 1

- (1) HABERMAS, J. (1987), p.295.
- (2) HABERMAS, J. (1987), p.315.
- (3) Cif. ao respeito SCHMITTER, P. (1977), p.19.
- (4) SCHMITTER, Ph. (1977), p.20.
- (5) KANT (1974), p.100.
- (6) DESCARTES (1967), p.149.
- (7) FOUCAULT, Michel (1977), p.171-172.
- (8) HABERMAS, J. (1987), Especificamente "The normative content of modernity", p.336-367 e (1983).
- (9) HABERMAS, J. (1983), p.88.
- (10) HABERMAS, J. (1983), p.88.
- (11) HABERMAS, J. (1983), p.88.
- (12) HABERMAS, J. (1987), p.340.
- (13) HABERMAS, J. (1987), p.340.
- (14) ARENDT, Hannah (1983), p.42.
- (15) FOUCAULT, M. (1977), p.195.
- (16) FOUCAULT, M. (1977), p.194-195.
- (17) FOUCAULT, M. (1977), p.171.
- (18) Cif. FOUCAULT (1977), sobre a "individualização descendente", p.171-2 e sobre a dualidade da ação disciplinar, p.195.
- (19) Cif. ao respeito LYOTARD, J.F. (1986).
- (20) Cif. BARRETO, A., op. cit.
- (21) DONOHVE, G.A.; TICHENOR, P.J.; OHEN, C.N (1975).
- (22) LYOTARD, J.P. (1986), p.7.

Capítulo 2

- (1) HABERMAS, J. (1981) p.33-34.

- (2) Cif. OFFE, Claus (1984), p.91.
- (3) Cif. REVEL (1989), p.186-187.
- (4) REVEL, J. (1989), p.185.
- (5) Cif. Coornaert, apud REVEL, J. (1989), p.191.
- (6) REVEL, J. (1989), p.188.
- (7) REVEL, J. (1989), p.188.
- (8) REVEL, J. (1989), p.193.
- (9) REVEL, J. (1989), p.199.
- (10) Cif. REVEL, J. (1989), princip. p.195.
- (11) DURKHEIM (1983).
- (12) OFFE, Claus (1989a), p.86.
- (13) OFFE, Claus (1989a), p.86.
- (14) OFFE, Claus (1984), p.62.
- (15) Cif. O'DONNELL (1990), acerca das "empresas transnacionais", "ETs", p.35 e seguintes.
- (16) O'DONNELL (1990), p.43.
- (17) O'DONNELL (1990), p.44-45.
- (18) Cif., entre outros, as afirmações de Falabella, G., in: NEDER, R. (1988), sobre a introdução da automação microeletrônica, e Carnoy, M., Levin. H. (1987), sobre as mudanças na área do trabalho (p. 233 e seguintes).
- (19) Cif. LYOTARD, J.P. (1986), p.77 e seguintes.
- (20) Cif. OFFE, Claus (1984).
- (21) Cif. OFFE, Claus (1984), p.82 e seguintes.
- (22) Cif. BRAVERMAN (1984), p. 79-80.
- (23) Cif. BRAVERMAN (1984), p.112 e seguintes: "Principais efeitos da Gerência Científica".
- (24) Cif. SANTOS, Theotonio dos (1983), entre outros.
- (25) CARNOY, M.; LEVIN, H. (1987), p.195.
- (26) KAPLINSKY (1985), p.428.

- (27) APPLE, M.W. (1989), p.62.
- (28) Cif. BERGER, Johanes; OFFE, Claus: "O Futuro do Mercado de Trabalho". In: OFFE, C. (1989a), p.83-111.
- (29) FREYSSENET, Michel (1980), p.76. In: HIRATA, Helena (org.) Divisão Capitalista do Trabalho.
- (30) FREYSSENET, M., op. cit., p.75.
- (31) Cif. ROLLE, Pierre (1989), p.86. In: HIRATA, Helena (org.) op. cit.
- (32) ROLLE, Pierre, op. cit., p.86.
- (33) FREYSSENET, M. (1980), p.81. In: HIRATA, Helena (org.) op. cit.
- (34) ROLLE, Pierre (1989), p.87. In: HIRATA, Helena (org.), op. cit.
- (35) Cif. Falabella, G. (1986), p.22. In: NEDER, R.T. et alii.
- (36) OFFE, C. (1989a), p.92.
- (37) CARNOY, M.; LEVIN, H.M. (1987), p.187.